

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

*A Escola Profissional para o Sexo Feminino
através da imagem fotográfica*

Nailda Marinho da Costa Bonato

Orientador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

AGOSTO / 2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TESE DE DOUTORADO

*A Escola Profissional para o Sexo Feminino através da imagem
fotográfica*

Autora: Nailda Marinho da Costa Bonato

Orientadora: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

**Este exemplar corresponde à redação final da tese
defendida por NAILDA MARINHO DA COSTA
BONATO e aprovada pela Comissão Julgadora.**

Em 06/08/2003

Assinatura: _____
(orientador)

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. José Luís Sanfelice _____
Prof. Dr. Dermeval Saviani _____
Prof^a Dr^a Angela Maria de Souza Martins _____
Prof. Dr. Sergio Eduardo M. Castanho _____

2003

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

Bibliotecário: Gildeir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

B64e Bonato, Nilda Marinho da Costa.
A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica /
Nilda Marinho da Costa Bonato. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : José Claudinei Lombardi.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Malta, Augusto César, 1864-1957. 2. Escolas profissionais – Rio de Janeiro (RJ). 3. Educação feminina. 4. Fotografias – Rio de Janeiro (RJ). 5. Mulheres – Educação – Brasil. 6. Brasil – História – República Velha – 1889-1930. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

03-145-BFE

*À minha amada filha Sofia, que chegou
durante a produção dessa tese.*

Meus sinceros agradecimentos:

A José Claudinei Lombardi não apenas pela orientação acadêmica, mas pela compreensão e amizade, dando-me força para continuar quando precisei; e por ter apresentado, no mundo acadêmico, a história da educação de maneira tão ampla;

aos professores do Curso de doutorado, pelo muito que aprendi em suas aulas;

ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), onde encontrei interlocutores que me ajudaram a aprofundar a discussão sobre a pesquisa em História da Educação; e, especialmente, à Maria Isabel Nascimento pela interlocução mais próxima, e pela ajuda inigualável, nos momentos em que mais precisei, devido à questões pessoais;

aos funcionários da Unicamp, em especial aos do Programa de Pós-graduação em Educação, sempre dispostos a atender às solicitações;

à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, através do Departamento de Ensino Fundamental, por ter propiciado a entrada nas escolas em busca de fontes para a pesquisa; e, a direção das escolas Rivadávia Correa e Bento Ribeiro, pela amável acolhida;

à direção do Colégio Estadual Paulo de Frontin, que permitiu a busca no acervo e a interlocução sobre o encontro das fontes no seu Arquivo;

às instituições-memória, nas quais pude pesquisar, em especial, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som e Fundação Casa de Rui Barbosa, na pessoa de seus funcionários, pelo trabalho de preservação dos acervos arquivísticos e fotográficos;

ao Sergio, marido e companheiro, pelo apoio ao meu trabalho, pelo escaneamento e inserção das imagens; e por dividir comigo, em todas as horas, o cuidado com a nossa filhinha;

ao Richan, mas do que um ex-aluno, foi o fotógrafo amigo, responsável pela reprodução das imagens do Museu da Imagem e do Som;

ao Adair Rocha, então Subsecretário de Cultura do estado do Rio de Janeiro, que possibilitou o acesso às imagens do Museu da Imagem e do Som;

aos amigos Carmem Sanches, Franciane, Dalton e Débora, cada qual a sua maneira, contribuiu com esse momento;

à minha grande família, muito festeira que, embora contestando, compreendeu a minha ausência em alguns eventos;

a Unirio, por garantir meu afastamento, durante a realização do Curso;

à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro durante os quatro anos do Curso.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Resumo | xv |
| Abstract | xv |
| | |
| INTRODUÇÃO - A trajetória até a definição do objeto de estudo | 1 |
| | |
| 1. A educação feminina como objeto de estudo: “fotografando” a Escola Profissional | 7 |
| | |
| CAPÍTULO I - O objeto e as fontes: questões teórico-metodológicas | 15 |
| | |
| 1.1 A educação da mulher como objeto de estudo..... | 17 |
| 1.2 A fotografia como fonte documental..... | 19 |
| 1.3 Uma metodologia em construção..... | 29 |
| 1.3.1 <i>Garimpando</i> fontes nos acervos..... | 30 |
| 1.3.2 Organização e sistematização das fotos..... | 39 |
| | |
| CAPÍTULO II - Imagens do Instituto Profissional Feminino | 59 |
| | |
| 2.1 A origem do registro das imagens..... | 46 |
| 2.2 O fotógrafo, a cidade e as escolas primárias..... | 50 |
| 2.3 Série instalações físicas..... | 53 |
| 2.4 Série oficinas e aulas..... | 69 |
| 2.5 Série grupo..... | 87 |
| | |
| CAPÍTULO III - Imagens da Escola Profissional Feminina | 99 |
| | |
| 3.1. Imagens da 1ª Escola Profissional Feminina: Escola Profissional Bento Ribeiro | 111 |

| | |
|---|------------|
| 3.2. Imagens da 2ª Escola Profissional Feminina: Escola Profissional Rivadavia Correa..... | 117 |
| 3.2.1 Série instalações físicas..... | 118 |
| 3.2.2 Série oficinas e aulas..... | 130 |
| 3.2.2.1 Subsérie exposição de trabalhos manuais..... | 132 |
| 3.2.2.2 subsérie atividades culturais e passeios..... | 134 |
| 3.2.3 Série grupo..... | 143 |
| | |
| 3.3 Imagens da Escola Profissional Paulo de Frontin..... | 154 |
| | |
| CONCLUSÃO..... | 175 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 179 |

RESUMO

A tese estuda a Escola Profissional para o Sexo Feminino tendo como fonte privilegiada a imagem fotográfica. Esse tipo de escola foi instituída na esfera pública de ensino do Distrito Federal na Primeira República como Instituto Profissional Feminino (1898), Primeira Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro] e Segunda Escola Profissional Feminina [Rivadavia Correa] (ambas em 1913) e Escola Profissional Paulo de Frontin (1919). A investigação ao “olhar” para as imagens produzidas da escola busca os motivos do registro, reconstituir as atividades didático-pedagógicas do seu cotidiano, sua estrutura e funcionamento e o que representou para a educação feminina no projeto educativo republicano do poder municipal, considerando que as imagens trazidas foram produzidas por Augusto Malta, contratado da Prefeitura como fotógrafo, cargo criado na gestão de Pereira Passos (1902-1906) para documentar visualmente as obras de transformação da cidade naquele período, permanecendo na função até 1936. À “leitura” da imagem foram trazidas outras fontes documentais, como relatórios, ofícios, livros de ata, decretos, leis, jornais.

ABSTRACT

The present thesis aims at studying the Professional School for Women having photographic image as privileged source. This type of School was instituted in the sphere of public education at the Federal District during the First Republic, as Instituto Profissional Feminino - Professional Institute for Women (1898), Primeira Escola Profissional Feminina - First Professional School for Women [Bento Ribeiro] and Segunda Escola Profissional Feminina - Second Professional School for Women [Rivadavia Correa] (both in 1913), and Escola Profissional Paulo de Frontin - Paulo de Frontin Professional School (1919). A “look” at those School images helps research to seek a motive for the recording, trying to reconstruct the didactical-pedagogical every-day activities, their structure and work, and what this republican city-level educational project represented for female education at the time. The images were produced by Augusto Malta, who was hired by Town Hall as photographer, post created during Pereira Passos Administration (1902-1906), to make a visual documentation of the works that were transforming the city during that period; he remained in the post until 1936. The “reading” of those images was helped by other documents such as reports, official letters, minute-books, decrees, laws, newspapers.

INTRODUÇÃO

A TRAJETÓRIA ATÉ A DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O contato com acervos fotográficos e, especialmente, com as imagens das escolas objeto desse estudo constitui-se em um processo iniciado bem antes de ingressarmos no programa de pós-graduação da Unicamp. Após o término do curso de pedagogia, em 1983, comecei no ano seguinte o curso de graduação em arquivologia. Paralelo às aulas que ministrava como professora de 1ª a 4ª séries do 1º grau, desde 1981, iniciei os estágios naquela área, passando por várias instituições arquivísticas. Em 1986, cheguei à Fundação Casa de Rui Barbosa, lá permanecendo inicialmente até 1988¹. Especificamente no setor Arquivo Museu de Literatura Brasileira tive a oportunidade de organizar arquivos privados pessoais de escritores brasileiros, contendo cada um deles uma série² iconográfica (desenhos, charges, caricaturas, fotografias, entre outros tipos de fontes). Na ocasião, tomei contato no setor Arquivo Histórico, que abriga e preserva predominantemente o acervo de Rui Barbosa, com algumas reproduções fotográficas de Augusto Malta, indicando a ficha catalográfica pertencer o original das mesmas ao acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Entre as reproduções, muitas referentes às escolas primárias e profissionais para o sexo feminino e as escolas mistas do Distrito Federal (Rio de Janeiro) no período da Primeira República.

¹ Graduada em Arquivologia pela UFF em 1987, depois de formada trabalhei como prestadora de serviços em 1988, retornando em 1994 como arquivista concursada.

² Entendida aqui como seqüência de unidades de um mesmo tipo ou espécie documental. É também a subdivisão de um **fundo arquivístico**, podendo ser subdivididas em subséries. **Ver nota n. 9**

Em 1990-1991, quando desenvolvi um trabalho de organização de arquivos privados pessoais no Museu da Imagem e do Som³ soube da existência naquele acervo dos arquivos fotográficos de Augusto Malta e Guilherme Santos, aos quais tive acesso.

Exercia paralelamente as atividades pedagógicas⁴ e arquivísticas. Em 1993, como orientadora educacional concursada pela prefeitura de Duque de Caxias-RJ, Baixada Fluminense, considerando o ambiente escolar e as atividades exercidas, fiz meu projeto de mestrado sobre educação sexual, uma questão bastante presente no cotidiano da escola e no trabalho de orientação, considerando o contingente de professores majoritariamente feminino e a comunidade atendida.

Tendo como objeto a sexualidade na educação na perspectiva histórica, a dissertação de mestrado⁵, defendida em 1996, entre outras questões, apontou na estrutura do ensino primário oficial da Primeira República a existência de escolas separadas para o sexo feminino e para o sexo masculino, sendo as mistas para meninos e meninas de até 10 anos de idade, devido à Reforma Leôncio de Carvalho ocorrida ainda no Império.

³ Na época trabalhamos com os arquivos privados pessoais de Elizete Cardoso e Francisco Mignone, contendo séries fotográficas. Fizemos parte do projeto de implantação do sistema automatizado de todo - o acervo do Museu da Imagem e do Som, que sofreu solução de continuidade após a mudança de governo estadual.

⁴ Nos anos de 1980, como professora do primeiro segmento do Ensino Fundamental, e na década de 1990, como orientadora educacional, professora de ensino médio na área de arquivo e professora de ensino superior na área de educação.

⁵ Orientada pela Profa. Dra. Siomara Borba Leite, em outubro de 1996, defendi, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a dissertação de mestrado intitulada: "Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente", que tinha como tema a sexualidade na educação. A discussão privilegiou o pensamento do filósofo francês Michel Foucault, que entende ser a sexualidade um dispositivo histórico de poder. Entre os espaços de poder constituidores desse dispositivo de sexualidade, Foucault aponta a escola como uma das instituições controladoras dos corpos e definidoras das identidades sexuais masculina e feminina. No Rio de Janeiro do século XIX, a escola reforça a figura da mulher idealizada como o sexo frágil, meiga, sensível, destinada à maternidade, afeita às coisas do coração, em contraponto ao homem macho, viril, forte, provedor, racional. Nessa educação, a instrução da mulher, a co-educação, balizadas pela medicina higienista surgida na Europa do século XVIII, já eram preocupações consolidadas entre nós no final do século XIX.

Em 1994, quando iniciei o curso de mestrado retornei à Fundação Casa de Rui Barbosa⁶. Sabedora da existência daquelas fontes imagéticas naquele acervo, trago como ilustração algumas fotografias das escolas primárias para o sexo feminino na dissertação. No final de 1996, prestei concurso para o quadro de professores da UNIRIO obtendo êxito. Como professora dessa instituição, a partir de 1997, costumava realizar visitas com meus alunos⁷ às instituições arquivísticas, entre elas, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e a Biblioteca Nacional, incluindo as seções de iconografia. No Arquivo Geral, descobri a coleção⁸ fotográfica Augusto Malta, dentro do Fundo⁹ Prefeitura do Distrito Federal, conforme classificado pelo Arquivo. Também orientei três monografias de graduação sobre ou incluindo acervos fotográficos¹⁰.

Tudo isso em minha trajetória profissional¹¹, aliado a outros trabalhos voltados para a educação feminina em outras instâncias educativas não formais e de organização da documentação arquivística e iconográfica, motivou o estudo sobre a escolarização feminina no Rio de Janeiro através do registro imagético, o que

⁶ Como arquivista concursada pela Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO e remanejada para a Fundação Casa de Rui Barbosa, lá permanecendo até 1997, quando fui aprovada em concurso público para o quadro de professores da mesma universidade.

⁷ Especificamente alunos do curso de graduação em arquivologia.

⁸ Entendida como um conjunto de documentos sem relação orgânica entre si, ou seja, acumulados aleatoriamente, mas que apresentam algumas características comuns.

⁹ Neste sentido, é um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma mesma fonte geradora (Prefeitura do Distrito Federal).

¹⁰ Monografias de graduação elaboradas por Rodrigo de Oliveira Albernaz, intitulada "A organização do acervo arquivístico da Cidade do Rio de Janeiro considerando suas transformações político-administrativas", incluindo a iconografia, 1999; de João Cláudio Parucher da Silva, intitulada "Arquivos fotográficos: o caso do Museu da Imagem e do Som - RJ", 1998; e de Fabiane Ricardo de Negreiros, intitulada "Os arquivos fotográficos do Museu Histórico Nacional: sua organização e importância como fonte de pesquisa", 1998. Que apontavam, entre outras questões de arranjo e guarda, de forma incipiente, para a existência de uma memória fotográfica sobre escolas, através das séries levantadas pelos alunos.

¹¹ A intenção era realizar uma pesquisa que aliasse os conhecimentos adquiridos em minha dupla formação acadêmica à experiência profissional, tendo em vista as atividades desenvolvidas que foram descritas minuciosamente no Memorial para o Exame de Qualificação.

pretendi investigar no doutorado, mas ainda sem muita definição teórico-metodológica, embora já apontasse no projeto de doutorado como fonte preferencial o acervo do fotógrafo Augusto Malta.

De acordo com o objeto e as fontes, apresentava-o na perspectiva dos *novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, considerando os estudos realizados por pesquisadores da corrente historiográfica denominada de *Nova História*¹² da terceira geração dos *Annales*¹³, na França. Os pesquisadores alinhados a esse movimento

¹² A expressão “a nova história” é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de dez ensaios editados pelo medievalista francês Jacques Le Goff, em colaboração com Roger Chartier e Jacques Revel, em 1978. Ele também participa na edição da coleção de ensaios acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Nesses casos, está claro o que é a nova história: é uma história *made in France* (...) Mais exatamente, é a história associada a chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* (Burke, 1992, p.9). Neste sentido, diz Le Goff no prefácio à edição de 1998: “Em primeiro lugar, quero deixar claro que não sou líder de uma escola e que, mais ainda do que em 1978, falo aqui em meu próprio nome e não comprometo outro historiador além de mim. É verdade, porém, que meus vínculos com a revista *Annales E. S. C.* e com a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, a que devo uma parte importante de minha formação, fazem de mim uma testemunha engajada, embora eu me esforce, tanto hoje como em 1978, antes de mais nada em dar informações sobre a história nova (Le Goff, 2001, p.2). Sobre o movimento dos *Annales* e a História Nova cf. BURKE, 1992; DOSSE, 1992 e LE GOFF, 1988. Ver também “História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema de Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad. In Vainfas, Ronaldo, Cardoso, Ciro Flamarion. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-417, onde o autores discutem a fotografia e o cinema como fontes para a história.

¹³ Revista fundada em 1929, tendo à frente Lucien Febvre e Marc Bloch. Aliados a outros historiadores franceses, criticavam a história tradicional, reivindicando uma nova metodologia no “fazer história”, tendo em vista uma história questionadora, sem respostas prontas e definitivas, trazendo uma nova concepção de história, propondo uma “história-problema”. “Traçam um percurso centrado nos aspectos econômicos e sociais, abandonando completamente o campo político, que para eles se torna supérfluo, anexo, ponto morto no horizonte deles.” (Dosse, 1994, p.25). De acordo com Elias Thomé Saliba, no prefácio do livro **A história em migalhas**, de Dosse, “O que os unia, em 1929, era ‘baterem-se contra uma história ‘evenementielle’” (factual), contra a história historicizante, que cultivava um ‘fetichismo dos fatos’, chegando, no máximo, a uma reconstrução genética (ou teleológica) da história. Febvre e Bloch pretendiam romper com o ranço positivista de conceitos como os de racionalidade, progresso e ordem, que ainda perduravam na historiografia” (1994, p.9). Neste momento, embora houvesse afinidades entre os participantes do grupo, não havia entre eles um eixo teórico definido como fio condutor de suas pesquisas. Porém, conforme Dosse, “A escola dos *Annales* operou recentemente uma verdadeira decomposição da história, que se escreverá daqui em diante no plural e com inicial maiúscula. Não existe mais a história, mas as histórias. Trata-se da fragmentação do real e não mais da história real” (Dosse, 1994, p.168). Essa é uma das contestações feita por alguns críticos aos pesquisadores alinhados a essa corrente de pensamento mais recente denominada de Nova História.

valorizam em suas pesquisas a análise microscópica, a história do homem comum, o cotidiano das chamadas minorias, da família, do operário, da mulher, a fala dos vencidos, entre outras possibilidades. Nesse movimento, a fonte escrita perde a característica de única possibilidade de fazer história valorizando-se como fonte outros vestígios da ação humana até então ignorados, ampliando assim a noção de documento, entre eles a fonte imagética.

A crítica à noção de documento como sendo apenas aquele escrito, começou a ser elaborada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista dos **Annales d'histoire économique et sociale**. Conforme Miguel:

Pioneiros de uma história nova, os fundadores da Escola dos Anais insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento. Criticaram a historiografia positivista centrada na noção do fato histórico, no qual o documento era sempre uma prova e afirmava-se essencialmente como um documento escrito. A história nova, insistiam, deveria levar em conta o estudo das conjunturas, das estruturas e também do caráter multiforme da documentação histórica. (1993, p.122)

O projeto de doutorado foi apresentado em 1998, logrando sucesso na seleção para a turma do ano seguinte. Segundo Eco (1998): “A primeira tentação do estudante é fazer uma tese que fale de muitas coisas.” (p. 8) O projeto intitulado “A trajetória escolar da mulher através da imagem fotográfica: vasculhando arquivos escolares” propunha que através do resgate e sistematização dessa memória-fotográfica da qual, havia tomado contato de forma aleatória e esporádica referente à escola para o sexo feminino, se pudesse reconstituir a trajetória de inserção da mulher como aluna, em todos os âmbitos de ensino, no Distrito Federal da Primeira República. A fotografia como fonte iconográfica é privilegiada na investigação, justificando que ela também nos ajuda a revelar um tempo passado, uma memória individual e coletiva, uma história.

Como já dissemos, algumas questões suscitadas pela dissertação de mestrado motivaram o estudo sobre a escolarização feminina no Rio de Janeiro. E mais, considerando ser o Rio de Janeiro, no período imperial, município da Corte e, com o advento da República, Distrito Federal, portanto sede do poder central, cujas ações tinham ressonância em todo o país, as questões colocadas pela pesquisa eram: como se caracterizava a sociedade do Rio de Janeiro no período em estudo? Continuidades e rupturas econômicas, culturais, sociais e políticas. Qual a participação da mulher neste contexto? Que debates educativos estavam colocados sobre a instrução feminina, e permeados por quais concepções? Quais os motivos que levaram o sexo feminino para o espaço escolar? Como as meninas foram ganhando ou perdendo espaço? Qual a condição sócio-econômica das alunas? Como eram retratadas no espaço escolar? Quais foram os fatores motivadores do registro da imagem? Qual a representação do *ser feminino* na e para a escola e sua relação com a sociedade? Qual a proporção de meninas em relação ao número de meninos matriculados? Tudo isso sem perder de vista a organização do sistema escolar, as reformas de ensino, os acontecimentos que permearam aquela sociedade.

Para elaborar o projeto, fiz uma pesquisa exploratória em busca de uma bibliografia na área de educação que tivesse como objeto de pesquisa a educação da mulher, mais especificamente sobre a escolarização, visando entender o processo histórico-educativo sofrido por ela na instituição escolar, tendo em vista que a produção acadêmica da área tendo a mulher como objeto de estudo tomou impulso a partir da década de noventa, na perspectiva de gênero, seguindo a tendência atual das ciências humanas e sociais.

No nosso entendimento, buscar essa trajetória de inserção do sexo feminino no âmbito da educação oficial, através das fotografias disponíveis, aliado a outros documentos, representava um “olhar” diferente para as instituições educativas, que tinha (ou não) essa educação como objetivo e com isso revelar como o Estado tomou para si a questão da educação feminina de maneira geral.

Descobrimos no processo de pesquisa que isso tudo implicava buscar imagens que focalizassem o funcionamento da Escola Normal da Corte para formação de professores para o magistério primário, escola consolidada oficialmente em 1880 e que ao longo do tempo foi se caracterizando como escola para o sexo feminino; as escolas primárias criadas exclusivamente para o sexo feminino; a escola mista instituída a partir da Reforma Leôncio de Carvalho, em 1878; o Instituto Profissional Feminino, criado em 1898, e as escolas profissionais para o sexo feminino, surgidas em 1913 e 1919; até o processo de entrada das mulheres no Colégio Pedro II, consolidado definitivamente em 1927.

Como nos diz Lombardi “... Afirmar simplesmente que o projeto inicial era extremamente ambicioso, amplo e de difícil realização é um tanto óbvio.” (1993, p.17) Principalmente quando se está amarrado a um tempo, o tempo acadêmico. E foi isso que o exame de qualificação apontou, me fazendo enxergar a imensidão do projeto, que implicava um leque de questões muito amplo. A Banca aconselhou-me a limitar o foco em um único tipo de escola¹⁴. Neste sentido, optamos pela Escola Profissional Feminina, por ser a menos ou quase nada estudada. Assim, do “megalomaniaco projeto” fizemos o “trabalho possível” (Id., *ibid*, p.15).

1. A educação feminina como objeto de estudo: fotografando a Escola Profissional

A escola pública profissional, seguindo o sistema educativo da época, foi dividida em escola para o sexo feminino¹⁵, escola para o sexo masculino¹⁶ e escola

¹⁴ Tendo em vista o expressivo volume de fontes que já havia levantado sobre a escolarização feminina no Rio de Janeiro, esse recorte valeu-me a produção de alguns artigos publicados em livros e revistas, assim como apresentar trabalhos em diversos eventos.

¹⁵ Como utilizado na época para se referir às escolas onde as meninas estudavam.

¹⁶ As escolas criadas para o sexo masculino foram as seguintes: O Instituto Profissional Masculino João Alfredo (inaugurado em 1875, como “Asilo dos Meninos Desvalidos”), Ferreira Viana e a Escola Visconde de Mauá. Quanto a essas escolas profissionais para o sexo masculino, ver a tese elaborada

mista. No âmbito da educação oficial, esse tipo de escola para o sexo feminino é marcado pela criação do Instituto Profissional Feminino, em 1898; e, seguindo a lógica da denominação dada às escolas primárias da época¹⁷, a instituição da 1ª Escola Profissional Feminina (Bento Ribeiro) e da 2ª Escola Profissional Feminina (Rivadavia Correa), ambas em 1913¹⁸; e por último da Escola Profissional Paulo de Frontin, em 1919. Essas escolas foram se modificando ao longo do tempo, sofrendo alterações de espaço físico, modalidades e programas de ensino e organização curriculares, de acordo com reformas educacionais, políticas e administrativas, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Hoje, com outras características e subordinadas a esferas de poder diferentes - três são do município e uma estadual, são denominadas Escola Municipal Orsina da Fonseca, Escola Municipal Bento Ribeiro, Escola Municipal Rivadávia Correa e Colégio Estadual Paulo de Frontin.

Quanto às fontes, sabedora de sua existência nos arquivos públicos, privilegiamos as imagens contidas no acervo fotográfico de Augusto Malta, fotógrafo oficial da prefeitura do Rio de Janeiro, contratado na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), permanecendo até a gestão de Pedro Ernesto Batista (1935-1936).

O quadro teórico-metodológico foi se construindo ao longo da investigação. Quanto às fontes, conforme Jacques Le Goff - todo documento é monumento. Para ele, “monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação...” (Lê Goff, 1984, p. 535). O que se propõe é que se faça uma crítica que encare o documento enquanto monumento, qualquer que seja ele. Só esse entendimento é que vai permitir a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente. Aí o trabalho do historiador é fundamental, pois é seu olhar que vai dar o status de fonte ao documento/monumento, independentemente da forma

por Maria Ciavatta Franco para o Concurso Público para Professor Titular de *Educação e Trabalho*, da Universidade Federal Fluminense, intitulada **A Escola do trabalho: história e imagens**. Niterói, 1993.

¹⁷ As escolas primárias eram denominadas, por exemplo, como: 1ª escola primária para o sexo feminino do 1º distrito.

¹⁸ Essa denominação dada às escolas profissionais foi alterada dois anos depois, ou seja, em 1915, como veremos no texto.

material em que se apresente. Deve fazer uma análise das condições em que o documento foi produzido, visando “desestruturá-lo”, considerando que o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Ibid., p.545). Nesta perspectiva, a fotografia da Escola Profissional Feminina é encarada como documento/monumento, considerando o tempo e o espaço em que foram produzidas (capital federal, Rio de Janeiro, primeiras décadas do século XX) e a sua agência produtora - a Prefeitura do Distrito Federal (contratante) e o seu autor o fotógrafo Augusto Malta, contratado para registrar as transformações urbanas levadas a cabo pelo então prefeito Pereira Passos.

Porém, não deixamos de considerar a fala de Cardoso que, ao se referir ao uso dessas novas fontes como recurso historiográfico, nos traz uma informação mas ao mesmo tempo demonstra uma preocupação.

Setores de pesquisa como a História Antiga, devido à relativa raridade das fontes escritas, já se tem longa tradição o recurso à iconografia como documento, embora, no passado (mesmo recente), tal recurso se caracterizasse muitas vezes por métodos simplistas e inadequados. (Cardoso, 1990, p.11)

A preocupação do historiador, nos parece, não é quanto à utilização do recurso em si, e sim a possibilidade do seu uso indevido. Para ele, a crítica feita pelo historiador às fontes não escritas não difere, em essência, da realizada aos documentos ditos tradicionais. Neste sentido, entende que as fontes iconográficas devem ser confrontadas com outros tipos de documentos, não sendo isso uma exceção, pois esse procedimento deve ser aplicável a qualquer fonte. (Ibid., p.17)

Resgatar, tornar públicas essas fotografias da Escola Profissional Feminina, que ficam nas reservas técnicas dos museus e nos depósitos dos arquivos, desconhecidas em sua maioria do público em geral, de pesquisadores e dos próprios profissionais da educação da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, constituem uma

forma diferente de olhar sobre o que foi essa instituição educativa e o seu papel na Primeira República quanto à educação feminina no âmbito oficial de ensino.

Esse tipo de escola era entendida como uma escola de formação profissional, comercial e doméstica, objetivando “formar moças prendadas, para o lar e para o trabalho, em caso de necessidade”, conforme regulamento.

Tendo como objeto a Escola Profissional Feminina instituída na esfera pública de ensino do Distrito Federal, nas primeiras décadas da República, a investigação ao olhar para as fotografias, aliadas a outras fontes disponíveis, busca:

- verificar como as alunas eram retratadas no espaço escolar; quais os fatores motivadores do registro da imagem;
- reconstituir, dentro do possível, as atividades didático-pedagógicas do seu cotidiano, ou seja, o que as imagens nos apontam quanto aos tipos de ofícios que a escola profissional propiciava às alunas. O que continha o seu “plano de estudos”;
- quais os eventos e atividades didático-pedagógicas cotidianas que se destacam nas imagens? Por quê?
- sua estrutura e funcionamento;
- o que a escola representou para a educação feminina e o seu papel no projeto educativo do poder municipal na Capital Federal;
- quais os personagens destacados no cenário imagético;
- a relação das imagens com as transformações sofridas pela cidade do Rio de Janeiro, nos planos arquitetônico, político, cultural, educativo, que como capital da República era “tambor” nacional.

Em busca da compreensão dessa linguagem imagética, no tempo de trabalho dessa pesquisa, nos dedicamos a muitos “passeios fotográficos”. Através da imagem fixa registrada por Augusto Malta, tentamos buscar pistas, indícios e sinais do que foi a Escola Profissional Feminina.

Embora sem palavras e sem voz, a fotografia nos fala, e como fonte de estudo “admite uma volta infinita ao ponto de observação, uma contemplação detida, longa, múltipla e repetida” (Leite, 1993, p.151), travando-se um diálogo entre fonte e pesquisador. Ouvir a sua “voz”, identificando aquele que a produziu e também todos aqueles que a habitam (o que nem sempre foi possível), é a orientação.

Fizemos um vasto levantamento na busca das fontes, pois sabemos que muitos arquivos fotográficos e pessoais estão dispersos nas instituições-memória, seja por um motivo ou outro. Neste sentido, para o desenvolvimento da pesquisa vasculhamos e garimpamos fontes iconográficas e escritas em diversos acervos públicos, pois cada busca indicava mais um caminho a percorrer: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Biblioteca, Arquivo e Iconografia); Fundação Casa de Rui Barbosa (Arquivo Museu de Literatura Brasileira, Arquivo Rui Barbosa e Biblioteca Central); Arquivo Nacional; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional (setor de Obras Raras, de Referência e de Iconografia); Museu da Imagem e do Som; além dos acervos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de bibliotecas universitárias. Também os acervos das escolas¹⁹ municipais Rivadávia Correa, Bento Ribeiro, Orsina da Fonseca e do Colégio Estadual Paulo de Frontin²⁰.

¹⁹ Muitas vezes depositados em locais insalubres, por isso, lamentavelmente, às vezes encontramos muitas fontes já em avançado processo de deterioração. A diretoria de duas escolas municipais demonstrou interesse pela preservação e divulgação das fontes, inclusive dialogando comigo quanto às formas possíveis, dentro das condições que a escola possui, de melhor guarda da documentação, visando sua preservação. Faltam recursos materiais, financeiros e humanos para tal objetivo. A documentação mais recente das escolas, apesar de apresentar alguns problemas de preservação e conservação, se encontra em melhor estado.

²⁰Para ter acesso aos acervos escolares procedi da seguinte forma: a) **quanto às escolas municipais**: de posse da carta de apresentação do orientador e com uma cópia do projeto, conforme exigência, compareci ao Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação, órgão que concede a autorização de acesso às escolas e onde o pesquisador assina o “Termo de compromisso”, se comprometendo a apresentar os resultados da pesquisa. Como o sistema municipal de ensino é dividido por dez Coordenadorias Regionais de Ensino e cada escola de meu interesse estava ligada a três diferentes, fui encaminhada para cada uma delas com a “Autorização para pesquisa”, documento fornecido pelo Departamento. Nas CREs, recebi um memorando de apresentação à direção de cada escola, o que permitiu agendar a entrada nas escolas. Um detalhe: tanto o DGE quanto as CREs e a direção das escolas estavam em processo de reestruturação, devido à mudança de governo municipal ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 2000; com isso, todos estavam se acomodando e se encontrando em seus respectivos cargos. Das três escolas visitadas, uma não apresentou interesse por

E, ainda, no acervo do Centro de Memória da Educação do Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Paralelo à busca nos arquivos fizemos um vasto levantamento bibliográfico. Recorremos às obras de educadores, historiadores da educação e historiadores que contribuísem para situar o contexto histórico-político-educacional no Rio de Janeiro, como também a questão da educação feminina e o uso teórico-metodológico das fontes.

Apesar de ter como ponto de partida a fotografia, entendemos ser necessário resgatar outras fontes, muitas inéditas, num processo de intercomplementaridade com as fontes fotográficas, ou seja, procurei fotografar com o meu *click*, talvez suspeito, outros documentos que nos ajudassem a ler as imagens, ampliando o universo dos espaços de pesquisa. O grande volume de documentos escritos, impressos, aliado às imagens, propiciou um trabalho intertextual. O flash de um e de outro iluminaram fortemente a pesquisa. Num diálogo entre essas linguagens - texto-imagem, imagem-texto -, espero trazer como contribuição a memória-histórica da educação escolar profissional feminina no Rio de Janeiro.

Em síntese, a proposta de estudo vem sendo norteada por dois procedimentos metodológicos, não excludentes, a **pesquisa bibliográfica** e a **análise documental**; está desenvolvida a partir das fontes “garimpadas” nos arquivos, dentro dos meus limites de pesquisa, pois, se por um lado se tornou extremamente instigante, principalmente na descoberta de novas fontes, por outro foi extremamente trabalhosa à pesquisadora. A investigação foi minuciosa. Por não contar com uma

parte da direção em relação à pesquisa. Nas outras duas escolas, não só a direção recebeu-me muito bem como também demonstrou grande interesse pela pesquisa e por solucionar os problemas existentes com a documentação, buscando trocar comigo possíveis soluções para preservação da documentação, considerando-a importante para pesquisa sobre a história da escola. Nessas escolas vasculhamos direto a documentação, pois não há pessoal para atendimento específico para esse tipo de consulta; b) **quanto à escola estadual**: o pedido de autorização à consulta ao acervo foi feito num contato direto com a direção, que demonstrou interesse por preservar a documentação e pela pesquisa.

equipe de pesquisa, o trabalho foi cansativo e demorado, e devido à natureza das fontes bastante oneroso.

A tese vem estruturada em três capítulos: o primeiro traz questões teórico-metodológicas em torno do objeto e das fontes, em especial, a fotográfica. Nesse caminho apresentamos também como ocorreu o processo de busca das fontes nos acervos, privilegiando as fotografias produzidas por Augusto Malta, e sua organização e sistematização para o desenvolvimento desse estudo e entendimento de seu objeto: a Escola Profissional Feminina. No segundo, trazemos as imagens do Instituto Profissional Feminino produzidas por Malta; os motivos que levaram o seu registro, contextualizando a ação do fotógrafo no tempo e espaço de sua produção como funcionário público contratado pela prefeitura do Distrito Federal. Considerando as pertinências observadas nas imagens, elas foram organizadas em três séries fotográficas: Instalações físicas, incluindo o prédio e suas partes; série oficinas e aulas, destacando as oficinas e as atividades de educação física; série grupo: destacando o corpo docente e discente, diretora e visitantes. No terceiro capítulo, apresentamos as imagens das Escolas Profissionais Femininas: Escola Profissional Bento Ribeiro, Escola Profissional Rivadavia Correa e Escola Profissional Paulo de Frontin. Para a segunda foi possível a apresentação dividida em séries fotodocumentais, de acordo com o volume de fotos existentes e as que foram resgatadas no limite de nossa pesquisa.

CAPÍTULO I

O OBJETO E AS FONTES: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Numa sociedade construída sobre os pilares patriarcais, a mulher só se torna objeto de estudo a partir da emergência das novas tendências da história. De acordo com Joan Scott (1992) as pesquisas em torno da *história das mulheres* e seu reconhecimento como campo de estudo se deram a partir da década de setenta. Esse movimento ocorreu principalmente nos Estados Unidos porém não deixando de ser, segundo ela, uma prática instituída em várias partes do mundo.

Scott entende que a política feminista gestada na década de sessenta, principalmente com a presença e a participação das feministas acadêmicas - que reivindicavam o reconhecimento profissional enquanto historiadoras intelectuais e uma história que resgatasse a importância das ações das mulheres na história, ou melhor, como sujeitos históricos e de atuação política -, foi o ponto de partida.

Na década de oitenta, se firma o “olhar” sobre as mulheres na perspectiva de gênero, que surge como um termo a princípio neutro e desprovido de qualquer conotação ideológica. Com isso, se firma a história das mulheres como um campo de estudo.

Gênero foi o termo usado pelos historiadores para teorizar a questão da diferença sexual, social e culturalmente instituída entre homens e mulheres, a qual contribuiu para gerar a supremacia masculina. Ao longo do tempo, a categoria gênero foi se ampliando para o entendimento da questão da diferença entre as diferenças.

Na década de 1980, o caráter unitário da categoria “mulheres” foi sendo questionado, pois “mulheres” eram identificadas apenas como aquelas pertencentes a uma classe média branca e heterossexual. Essa crítica levou à ramificação de novas categorias de identidade, portanto passíveis de análise e estudos, como mulheres

negras, judias, lésbicas, trabalhadoras pobres, mães, mães solteiras, solteiras, entre tantas outras. Todas essas categorias se impunham àquela. Essa fragmentação tipológica e cultural se deu no campo político, no interior do movimento de mulheres.

A historiadora Raquel Soihet (1997) aponta que, embora as mulheres não tivessem sido logo incorporadas à historiografia pelos *Analles*, este grupo também contribuiu para que isto se tornasse uma realidade. Quanto ao marxismo, diz ela que, a partir dos anos sessenta, as mulheres aparecem como uma de suas preocupações de estudo através das:

correntes revisionistas marxistas, engajadas no movimento da história social (...) ao assumirem como objeto de estudo os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível significativo de organização, e, também, as mulheres do povo. (p. 276)

Soihet, parafraseando Lucien Febvre, quando entende que o “conhecimento histórico deve ter como referência ‘os homens, nunca o Homem’”, afirma “tornar-se inadequado falar-se, hoje, em uma ‘história da mulher’”. Pois sendo as mulheres “diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a ‘história das mulheres’”, não existiria **a história da mulher** e sim a história das mulheres em suas várias classificações, como a história da mulher prostituta, da camponesa, da operária, da negra etc. Segundo ela, houve uma grande reviravolta nos estudos históricos nas últimas duas décadas, com as preocupações se voltando para as “temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse”, surgindo as mulheres como objeto de estudo. Nesta perspectiva, foi fundamental a história cultural “preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns”. Dessa forma, prossegue ela, “pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse

bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”. (Ibid., p. 275)

1.1 A educação da mulher como objeto de estudo

No campo da educação, no rastro da história e das ciências humanas e sociais, a partir da década de oitenta, desenvolvem-se pesquisas tendo como referencial teórico-metodológico as novas tendências. Cambi entende que, a partir dos anos oitenta, “a pedagogia foi atravessada por um feixe de ‘novas emergências’, novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais”. Para esse autor, entre essas novas orientações político-culturais, temos os movimentos femininos iniciados ainda no século XIX, visando buscar o resgate social e a afirmação política das mulheres, reclamando o voto, a instrução, as tutelas sociais para o trabalho feminino e a maternidade e, colocando, no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do 'gênero'. (Cambi, 1999, p. 638).

No rastro da construção de uma nova história da educação, o objeto educação da mulher tomou impulso, assim como a utilização das fontes iconográficas, em especial a fotografia, aparecendo isto, então, como um fenômeno novo na produção de pesquisa em história da educação. Para Gadotti:

No início da década de 90, o discurso pedagógico foi enriquecido pela discussão da *educação como cultura*. Temas como diversidade cultural, diferenças étnicas e de gênero (mulher e educação) começaram a ganhar espaço no pensamento pedagógico brasileiro e universal. (1997, p. 237)

Assim, a questão da educação da mulher tem ocupado, principalmente a partir da década de noventa, uma posição relevante no conjunto dos temas relacionados à educação no Brasil. A produção literária a partir dessa década,

sobretudo na perspectiva de gênero, traz à cena preocupações com a educação, que envolve sobretudo a sexualidade, o papel sexual, o mercado de trabalho, a família, entre outros aspectos referentes à formação profissional e à inserção da mulher na sociedade como cidadã, reclamando reconhecimento social em pé de igualdade com os homens.

Portanto, é recente o interesse pelo estudo da educação da mulher, e especialmente da educação escolar da mulher no Rio de Janeiro, na perspectiva histórica.

Acredito ser esse trabalho de pesquisa realizado mais uma contribuição, que não se esgota em si mesmo, pois, ao ser exposto, abre múltiplas possibilidades de discussão, o que dá o tom da produção e pesquisa acadêmica.

Sobre a educação profissional da mulher no Rio de Janeiro da Primeira República, especificamente sobre a educação propiciada pela Escola Profissional, tendo a imagem fotográfica como fonte, encontramos o trabalho de Sonia de Oliveira Câmara intitulado “Revisitando a escola: considerações para uma leitura da Reforma Fernando de Azevedo”, apresentado no Seminário “Pedagogia da imagem, imagem da Pedagogia”, ocorrido na Faculdade de Educação da UFF, em 1996. Em sua fala, ela disserta sobre a experiência de trabalho desenvolvida na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro no levantamento de fontes documentais nas escolas públicas municipais, visando mapear os acervos documentais existentes nas escolas municipais, culminando com a criação do Centro de Memória da Educação, e na recuperação de 2.000 fotografias que compõem o acervo das escolas municipais. Esse encontro impulsionou o desejo de pesquisar sobre o ensino profissional para o sexo feminino na Reforma Fernando de Azevedo no período de 1927-1930, privilegiando a fotografia como fonte, com destaque para as Escolas Profissionais Orsina da Fonseca e Rivadavia Correa.

Outro trabalho da mesma autora, intitulado “Reinventando a escola: considerações acerca do ensino profissional feminino nas reformas de Carneiro Leão e Fernando de Azevedo para o Distrito Federal durante os anos 20”, foi apresentado

no I Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2000. Ela desenvolveu sua dissertação de mestrado em educação sobre o tema na Uerj.

Na busca de fontes para a produção desse nosso trabalho, também fomos ao Centro de Memória da Educação. Lá encontramos várias fotos da Escola Profissional para o sexo feminino, produzidas por Augusto Malta nas décadas de 1910 e 1920, entretanto não nos foi possível a reprodução. Porém, coletamos dados de fontes documentais escritas.

Essas escolas também são trazidas por Armando Martins de Barros em sua tese de doutorado intitulada “Da pedagogia da imagem às práticas do olhar: uma busca de caminhos analíticos” (1997), que analisou uma série de sessenta e cinco cartões-postais editados pela Prefeitura do Distrito Federal no período de 1909 a 1912, constituídos de fotografias de 25 escolas primárias públicas, tendo como autor das imagens Augusto Malta. Entre os cartões-postais encontram-se as duas escolas: o Instituto Profissional Feminino e a Escola Profissional Rivadavia Correa. Anterior a sua constituição em 1913, o prédio era ocupado pela Escola Normal.

Discutindo a imagem do **ser feminino** como representação social, elas também surgem na pesquisa desenvolvida por Rosane Nunes Rodrigues, no mestrado em Educação da USP. O trabalho em andamento também foi apresentado no I Congresso Brasileiro de História da Educação, já mencionado. A partir das categorias de classe e gênero, ela analisa o ensino profissional doméstico contido no “Plano de Estudos” dessas escolas e sua influência na formação da imagem do feminino na sociedade carioca daquele período.

1.2 A fotografia como fonte documental

Ao longo da história, o triunfo do documento como texto escrito ocorreu no século XIX com a escola positivista. Nessa concepção, só se faz história com documentos escritos, este como prova, testemunho, desde que autêntico. Tradicionalmente, ele é entendido como um registro escrito: leis e regulamentos,

normas, pareceres, cartas memorandos, diários, autobiografias, jornais, revistas, discursos, atas, mapas de notas, correspondência.

Com os *Analles*, amplia-se tal conceito de documento. Jacques Le Goff, no texto Documento/monumento, entende que à **memória coletiva** e a sua **forma científica - a história**, aplicam-se dois tipos de materiais: os **documentos** escolhidos pelo historiador, essencialmente um testemunho escrito, e os **monumentos** como herança do passado, apresentando-se como testemunho geralmente não escrito (Le Goff, 1984, p. 541). Entre os documentos não escritos estão as fontes iconográficas, os registros imagéticos estáticos, preciosidades do tipo carte de visite, daguerreótipo, negativo de vidro, cartão-postal, fotografias, charges, caricaturas, desenhos, entre outros.

Segundo Cardoso, na área de história, especificamente, a iconografia, em suas diversas representações, penetrou primeiramente na forma de ilustrações, depois como fonte para a história e até mesmo como objeto de estudo. Apresentando a influência francesa nessa nova perspectiva, entre outras obras, o historiador nos fala do volume compilado por Charles Samaran, publicado em 1961, que dedica dois capítulos ao tema: um relativo à fotografia e ao cinema, encarados então como testemunhos; o outro capítulo é dedicado ao uso de tais testemunhos pelo historiador. Nessa influência menciona o movimento da Nova História, ao nos informar sobre um artigo de Marc Ferro que trata da utilização do cinema como fonte para pesquisa histórica, publicado em 1973 nos *Analles*, republicado um ano depois em integrante de uma obra de três tomos entendida como “uma espécie de manifesto” da Nova História. Diz ele:

em 1974, numa obra em três tomos que é uma espécie de manifesto do que se costuma chamar de Nova História, foi reproduzido o artigo sobre o cinema como fonte que Marc Ferro publicara um ano antes no ‘*Annales*’. (Cardoso, 1990, p. 9)

Em 1978, em outro artigo, Marc Ferro “concede mais espaço à fotografia e ao cinema”.

Na área de educação, nessa discussão sobre as fontes documentais e a noção de documento, Eliane Marta Teixeira Lopes no artigo, “Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher”, se propõe a dar uma classificação para as fontes documentais na perspectiva do alargamento do conceito de documento como fonte. Na subseção do texto, intitulada “Fontes documentais”, ela diz:

Assim, tomemos **fonte** - que partindo de fons, fontis, seria fonte, nascente, mas também origem, causa primeira - nessa aparentemente simples concepção: traços, pistas, sinais, resíduos. Por que então usar o sisudo **documentais** como seu complemento?

Estaremos pensando em documento, como testemunho escrito e texto? Sim, se nos ativermos à concepção positivista da história reinante em fins do XIX, princípios do XX, que se aferrava à idéia de que o documento é escrito, é testemunho escrito, e é tudo. Ou seja, que é a **prova** de uma época, de um fato, de uma vida, deve ser necessariamente escrito, pois só assim pode ser posto à prova (vejam: é prova, e é posto à prova).

Mas, é bastante óbvio que, se pensarmos em paradigma indiciário (incendiário ou incidiário em um anagrama), há que se alargar a idéia de documento. Samaran (citado por Le Goff) precisa: “há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de “qualquer outra maneira”. (Lopes, 1992, p.107)

O que permeia a necessidade do registro de uma imagem? É possível dizer que a fotografia é uma fonte histórica onde podemos ler com freqüência relações pessoais, políticas, de poder, muitas vezes omitidas, relegadas e até mesmo negadas pelos indivíduos envolvidos. Permite também mostrar elementos que compõem a realidade vivenciada pelas pessoas retratadas e sua época, através dos trajés, posturas, expressão, cenários e ambientes registrados. A fotografia é um fragmento

do passado, propiciando diferentes leituras ao se combinar com outros documentos. Ela deixou de ser entendida como espelho do real, como "a imitação mais perfeita da realidade", discurso inicial sobre ela.

Para Walter Benjamin, a possibilidade de reprodução das coisas através da fotografia supera o seu caráter único, levando o observador à investigação.

Apesar de toda a perícia do fotógrafo e de tudo que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar nesta imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás. (Benjamin, 1987, p.94)

Para Miriam Moreira Leite, a imagem fotográfica é capaz de nos revelar "comportamentos, representações e ideologias". Características físicas da imagem fotográfica, como "tamanho, formato, suporte, enquadramento, nitidez, planos, horizontalidade e verticalidade", devem ser consideradas na análise, assim como elementos explícitos e acessíveis na própria imagem retratada, como indumentária, objetos, área, expressões, poses (1993, p.19).

Philippe Dubois, especialista em cinema, vídeo e fotografia, em *O ato fotográfico* apresenta os posicionamentos teóricos sobre a imagem fotográfica, aqui sintetizados dessa forma: o primeiro posicionamento vê a fotografia como uma reprodução exata do real, a fotografia como espelho do real (o discurso da mimese), a imitação do real; a segunda vertente vê a fotografia como uma produção não neutra, sobretudo um ato intencional e culturalmente codificado; assim, a fotografia é ideológica, por isso não representa o real, ao contrário, transforma o real ao ser produzida, é "o discurso do código e da desconstrução", a fotografia como operação de codificação das aparências. Aqui a realidade é uma pura "impressão", é um

simples “efeito” fotográfico, por isso não é um espelho neutro “mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real, como a língua, por exemplo, e assim, também culturalmente codificada. (Dubois, 1993, p. 26)

O terceiro olhar trazido por Dubois vê a fotografia através do pensamento semiótico de Peirce, entendida como um signo representando algo distinto de si mesma. A fotografia é vista como um “traço do real” (o discurso do índice e da referência em oposição ao ícone representação por semelhança e ao símbolo representação por convenção geral). As duas primeiras vêem a imagem fotográfica como portadora de um valor absoluto, a última vê a imagem como indiciária e dotada de um valor todo singular ou particular, determinado exclusivamente pelo seu referente como traço de um real. Contudo, para ele:

A foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação, o resultado de um fazer e de um saber-fazer, uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto infinito), é também, em primeiro lugar, um verdadeiro **ato** icônico, uma imagem, se quisermos, mas **em trabalho**, algo que não se pode conceber fora de suas **circunstâncias**, fora do **jogo** que a anima sem **comprová-la** literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma **imagem-ato**, estando compreendido que esse “ato” não se limita trivialmente apenas ao gesto da **produção** propriamente dita da imagem (o gesto da “tomada”), mas inclui também o ato de sua **recepção e de sua contemplação**. (Ibid., p.15).

Assim, a fotografia é vista como de natureza indiciária, icônica e simbólica.

Tendo a fotografia como fonte histórica, em estudo que vem desenvolvendo com sua equipe sobre a “Escola do trabalho”, discutindo os conceitos fundamentais para a interpretação da imagem fotográfica, baseada em diversos autores, entre eles Walter Benjamin, diz Maria Ciavatta:

A fotografia emerge no mundo ocidental sob o signo do modernismo, sob a racionalidade iluminista e a ótica renascentista. Através das sucessivas mutações técnicas, que a aperfeiçoaram, a fotografia atravessa os dois mundos, do modernismo ao pós-modernismo, partilhando das diversas temporalidades, criando formas cristalizadas em segundos, perpetuadas como documento/monumentos de um tempo, que ganham movimento como um “rio de memórias”, para mais tarde, dissolvidas em fragmentos, desfeitas em imagens fugidias, sempre mais velozmente, projetar-se criando realidades inéditas, tão surreais como a própria realidade, simulacros que são também novas realidades. (1998, p.1)

A fotografia aparece como um fenômeno da modernidade, período de grandes descobertas científicas, do desenvolvimento do processo de industrialização, e modificação do ritmo de vida do homem, se tornando mais acelerado. No seu **Dicionário de Política**, Norberto Bobbio (1992) define modernidade como:

Conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que tem caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial Inglesa, que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. (Bobbio, p. 768).

Segundo Walter Benjamin, o daguerreótipo foi exibido publicamente em 1839, por Daguerre, marcando o início oficial do surgimento da fotografia, embora experiências anteriores tentassem fixar a imagem por meios mecânicos. Cada clichê

era composto de placa de prata, iodada e exposta na 'câmara obscura'; era peça única; em média, o preço de uma placa, 1839, era de 25 francos-ouros. Não raro, os clichês eram guardados em estojos, como jóias. (Benjamin, 1987, p. 93) A superfície espelhada dos daguerreótipos só permitia a identificação da imagem em determinada posição e não era possível obter cópias.

A nova técnica de reprodução da imagem vai se modificando ao longo do tempo. No plano cultural, conforme Benjamin, em seu ensaio intitulado "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", analisa a penetração do capital nas artes, passando a obra de arte de "valor-de-culto" para "valor-de-exposição", devido aos novos meios técnicos de reprodução no século XIX. Para ele, a descoberta da fotografia traz uma nova concepção de arte, onde a aura – entendida como o caráter único, singular das obras de arte – é destruída, a partir do momento em que com o desenvolvimento ao longo do tempo da nova técnica de representação da imagem, se pode fazer *n* reproduções a partir de um único negativo. Com isso, o homem moderno vê na fotografia a realização do desejo de reproduzir fielmente a realidade e, para além do desenho e da pintura.

Ao longo do tempo a fotografia vira mercadoria. O desenvolvimento técnico-fotográfico aos poucos simplificou o processo, tendo como consequência o barateamento, vindo a viabilizar a sua popularização, de acordo com os interesses do mercado capitalista que se instituiu.

Seu estatuto de fonte histórica, no rastro da nova história, surge como um fenômeno da pós-modernidade. Essa, para alguns autores instituída após as duas grandes Guerras Mundiais, é caracterizada pela crítica à racionalidade, a objetividade no fazer ciência posto pela modernidade, e indica mudança na sociedade capitalista, sendo a burguesia ameaçada enquanto centro de um sistema econômico.

Na perspectiva da nova história, a fotografia como fonte histórica pode ser entendida como um documento/monumento, como preservação de uma memória do ponto de vista de seu produtor e/ou seu acumulador. Continua Ciavatta:

A reflexão sobre a natureza documental da fotografia enfatizada em nosso projeto implica também no seu tratamento enquanto monumento, ou seja, na análise de sua condição inevitável de construção histórica destinada à perpetuação de alguma memória, do ponto de vista do grupo social que produziu e/ou apropriou-se das fotos. Se por um lado a fotografia possui um caráter informativo, ela sempre é, simultaneamente, uma recriação da realidade conforme a visão particular do grupo que a produz. (Ibid., p.19)

As fotografias referentes ao período em estudo foram encontradas em arquivos públicos, não significando a não existência dessas fontes nos arquivos das escolas pesquisadas, porém algumas são reproduções das existentes nos arquivos públicos e outras posteriores ao recorte temporal. Como já dissemos, as imagens fotográficas utilizadas nesse trabalho foram produzidas por Augusto Malta¹, fotógrafo oficial do Distrito Federal no período de 1903 a 1936, com datas-limite de 1902-1928, portanto, fotos posadas para e preparadas pelo fotógrafo, visando a seus objetivos de funcionário público, a serviço do governo municipal.

Há um farto registro fotográfico produzido por esse fotógrafo. Quem quiser estudar qualquer aspecto do Rio de Janeiro tendo a fotografia como fonte de pesquisa no período da Primeira República, necessariamente tem de passar pela obra fotográfica de Malta.

¹ Augusto Malta nasceu em Alagoas, em 14 de maio de 1864. Depois de viver no Recife veio para o Rio por volta de 1888, passando a trabalhar inicialmente como “auxiliar de escrita” em um estabelecimento comercial da rua Larga de São Joaquim. Foi casado com Laura de Oliveira Campo com quem teve cinco filhos: Lutgardes, Arethusa, Callestenis, Aristocléa e Aristógiton. A esposa morreu em 1904. Casado pela segunda vez com Verschueren Malta Campos, teve quatro filhos: Eglé, Dirce, Amaltea e Uriel. Faleceu aos 93 anos, de infarto, no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1957 e, conforme depoimento da filha Amaltea ao Museu da Imagem e do Som, como paradoxo do destino, embora ateu, foi enterrado com o hábito da Venerável Ordem Terceira da Penitência.

As fotos anteriores a esse período são mais escassas, se considerarmos o surgimento da fotografia no segundo quartel do século XIX, chegando logo no Brasil, porém para uns poucos privilegiados.

Essa técnica fotográfica entrou no Brasil em 1840 pelas mãos do abade Compte, membro de uma comitiva que estava dando a volta ao mundo e desembarcou no Rio de Janeiro objetivando pesquisar a natureza local e a geografia, levando informações e imagens para estudos posteriores. O abade produziu o primeiro registro fotográfico entre nós, portanto um ano após ter sido inventada pelo francês Daguerre (1789-1851). É sabido que o imperador D. Pedro II era grande admirador do invento, sendo o primeiro fotógrafo brasileiro. Adquiriu o equipamento no mesmo ano de 1840, com 14 anos (Lopes, 1996).

Na obra **A pesquisa histórica no Brasil**, de José Honório Rodrigues, uma nota de rodapé referente ao item quatro da parte “Representações plásticas de festas, cerimônias em geral, cultos, caricaturas, películas cinematográficas”, o autor, ao se referir à classificação dada por Ernst Bauer quanto às “fontes transmitidas por meio de representação plástica”, nos chamou a atenção. Nela, o historiador classifica a fotografia como uma **fonte primordial**², evocando as vozes de um Carlos Drummond de Andrade, que previa o uso da fotografia como fonte e um Múcio Leão³ que lamentava a pouca importância dada pelos arquivos oficiais ao arquivo fotográfico de Guilherme Santos⁴, opiniões publicadas nos jornais na década de cinquenta. Nas palavras do autor:

² É aquela fonte que “contém uma informação de testemunha direta dos fatos (...) é original” (Rodrigues, 1978, p.143). É a fonte primária.

³ Nasceu em Recife-PE em 17 de fevereiro de 1898 e faleceu no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1969. Foi jornalista, contista, poeta, crítico, romancista, orador. Eleito para a Cadeira n. 20 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Humberto Campos, em 1935 (Fonte: ABL).

⁴ Encontra-se no MIS uma coleção fotográfica “Guilherme Santos”. Fotografou festas populares, acontecimentos políticos e culturais cariocas, além de Petrópolis e São Paulo, através da técnica da estereoscopia (três dimensões). O acervo é constituído de 17.500 negativos, mais de 7.000 positivos em vidro, ampliações feitas em papel e 12 aparelhos estereoscópicos. (Fonte: folder de propaganda do Museu)

A fotografia é uma fonte primordial e adquire cada vez maior força de decisão. Diz com muita precisão Carlos Drummond de Andrade que 'já muitos pleitos se decidem pela força da imagem, que inunda os autos de uma súbita e luminosa verdade. Não é demais esperar que os juízos históricos de amanhã repousem por sua vez no depoimento da objetiva, que captou, paralisou e cristalizou o fato controvertido...' (**O Fotógrafo, Correio da Manhã**, 10-6-1956). Grandes coleções de fotografias não foram incorporadas aos arquivos públicos. Múcio Leão noticiava a existência do arquivo fotográfico de Guilherme Santos, de cerca de 17.000 clichês. Vide "De um precioso arquivo", **Jornal do Brasil**, 1-1-1955. (Rodrigues, 1978, p.141).

Independentemente do olhar que tinha o poeta sobre a fotografia como reprodução do real, já na década de cinquenta via-se a possibilidade da fotografia como juízo histórico no futuro. Múcio Leão, ao lamentar a pouca importância dada à preservação do arquivo fotográfico de Guilherme Santos, por parte dos arquivos oficiais, também visualizava a importância da fotografia como fonte. Ambos vislumbravam o nosso mergulhar sobre ela como fonte de pesquisa histórica. Infelizmente, muitas fotografias/documentos, embora pertencentes aos acervos do Poder público, são levados para casa ou destruído quando há a troca de governos e administradores, seja para apagar a presença do outro ou mesmo por outras questões que não cabe desenvolver aqui.

Felizmente, essa memória fotográfica, o acervo fotográfico de Augusto Malta, foi preservada ou pelo menos grande parte dela e a possibilidade de seu acesso nos proporciona, através de suas imagens, múltiplas pesquisas como a por nós desenvolvida referente à escola pública de formação profissional para o sexo feminino nas primeiras décadas do século XX.

Para Barros (1997), os acervos fotográficos constituem uma memória da ação pública percebida pelo Estado, por isso foram preservados. Assim transforma em documento o que na verdade é **monumento**, entendido como um registro imagético

intencional das ações do Estado, no caso das nossas imagens, registro mediado pelo fotógrafo contratado Augusto Malta.

Os acervos serviram à constituição de uma memória pública. A partir da disseminação dessa percepção, o Estado preservou como “poder doador” acervos fotográficos em arquivos públicos, transformando em documento o que, na verdade, era **monumento**, recorte favorável da realidade visível, construído com uma intencionalidade mediada pelo fotógrafo contratado.” (Barros, p. 50).

1.3 Uma metodologia em construção

Concordamos com Maria Ciavatta quando diz que ainda está em construção uma metodologia para a fonte fotográfica, principalmente na área de educação. Opinião compartilhada por Stela Borges de Almeida que, na introdução da obra “Negativos de vidro: coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930”, fruto de sua tese de doutorado, quanto ao processo de construção do quadro teórico-metodológico, ao se referir a sua própria pesquisa no que concerne ao uso da fonte fotográfica, entende que:

... o quadro teórico-metodológico da pesquisa constitui-se ao longo do processo de investigação. Ele resulta do intenso trabalho de reflexão e diálogo teoria-empíria que o pesquisador realiza com as fontes, enquanto vai percebendo os limites e as possibilidades no percurso da pesquisa. (Borges, 2002, p.17).

Na nossa pesquisa, levamos em consideração: a existência de fotografias sobre as escolas profissionais para o sexo feminino nos arquivos, quem as produziu, por que e para quê – razões e finalidades de sua produção, local e data de sua realização, quem as preservou, o contexto histórico, cultural e social. Dentro do possível,

situamos arquivo, série, data, local, tema, objetos, ambiente, poses, pessoas registradas.

O tempo retratado nas imagens não deixou de ser vivido, os espaços não deixaram de existir, era preciso re-contextualizar, retornar à escola, às salas de aula, às oficinas, ao trabalho nelas desenvolvidos.

Para a “leitura” das imagens resgatamos preliminarmente a descrição fornecida pelo trabalho de identificação feito pelos técnicos das instituições-memória (arquivo e museu) depositárias dos acervos fotográficos. Confrontando os dados colhidos com o olhar sobre a imagem, tentamos ler o dito, procurando o não dito, perceber o velado no visível aparente no registro do cotidiano das escolas profissionais revelado pelo clique do fotógrafo Augusto Malta, em consonância com o olhar de seu contratante – a prefeitura municipal.

1.3.1 *Garimpando fontes nos acervos*

As imagens de interesse dessa pesquisa foram encontradas nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Museu da Imagem e do Som e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Além das do já mencionado Centro de Memória da Educação, da Diretoria de Educação Fundamental – Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação.

Começamos a pesquisa a partir da coleção de Augusto Malta, localizada no **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**⁵, onde fizemos o levantamento das fotografias existentes da Escola Profissional Feminina. Foram selecionadas um total de 28 imagens representativas do conjunto disponível e uma do auto-retrato do fotógrafo.

⁵ O acervo fotográfico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro está guardado adequadamente, ou seja, em pastas próprias confeccionadas exclusivamente para esse fim. As fotografias estão envolvidas por protetor individual, só podendo ser manuseadas com luvas, cuidados necessários visando a sua preservação.

Um dos instrumentos de busca é a catalogação digitalizada do acervo pelo sistema Microsis, dentro do Projeto FotoMemória⁶. Esse projeto vem facilitando sobremaneira a busca e recuperação, pois propiciou a criação de um Banco de Dados das imagens produzidas por Augusto Malta, às quais tivemos acesso. Ainda em andamento, trata-se de disponibilizar um acervo de cerca de 5.300 documentos fotográficos, entre negativos de vidro, em base flexível de poliéster e fotos originais, referente ao Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX⁷.

É importante frisar que as fotografias encontradas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro estão identificadas como uma coleção dentro do acervo do Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal, já que Malta foi fotógrafo oficial da Prefeitura no período de 1903-1936⁸, como já dissemos. Quando fotografava, estava cumprindo sua função administrativa de funcionário público, ou seja, fotografar o que lhe era solicitado pela Prefeitura, de acordo com seus interesses. Não estamos querendo dizer que não houvesse prazer no que fazia. Conforme as fontes consultadas, ele era apaixonado pelo seu trabalho, uniu simplesmente o útil ao agradável, ou seja, o seu ofício à necessidade de sobrevivência. Acompanhando a transformação da cidade, fotografou o desmonte do morro do Castelo (1922), a abertura da Av. Central (atual Rio Branco), a construção do Cais do Porto. Registrou também acontecimentos culturais da cidade, como a Feira de Amostras de 1908 em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos e a Exposição Internacional

⁶ Tem como objetivo criar um Banco de Dados e Imagens a partir da digitalização das fotografias produzidas por Augusto Malta. Geralmente os projetos sofrem solução de continuidade devido a falta de verba, pessoal, material etc.; por isso ainda não foi concluído.

⁷ Fonte: folder de propaganda do AGCRJ.

⁸ Ainda em 1909 o cargo de fotógrafo é extinto, ficando Malta adido à subdiretoria de Serviços da Carta Cadastral, vinculada à Diretoria de Viação e Obras. Na gestão do prefeito Bento Ribeiro (1910-1914), o laboratório fotográfico de Malta é transferido para o Arquivo Municipal. O prefeito justificava seu ato em mensagem a Câmara de Vereadores de abril de 1911, argumentando que o laboratório precisava de melhores instalações. Isso sinaliza uma mudança administrativa e política em relação ao fotógrafo e a seu laboratório. Nessa, em 1913, o cargo de fotógrafo é recriado com todas as vantagens. Na regulamentação de julho de 1919, o cargo retorna à Diretoria de Viação e Obras pelo decreto n. 1365 de 22 de julho de 1919.

Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, da qual o prédio do Museu da Imagem e do Som é remanescente.

No seu percurso profissional não se limitou a registrar apenas as atividades oficiais. Captou também com sua câmara o cotidiano das ruas, as festas populares, entre elas o Carnaval, o surgimento das favelas, os populares, hábitos e tradições que foram desaparecendo ou se modificando com o processo de modernização da cidade.

Na gestão de Pereira Passos:



A paixão de fotografar leva-o a extrapolar suas funções. E enquanto o prefeito Pereira Passos se prepara para executar a modernização viária e arquitetônica da capital federal, Malta percorre o centro da cidade, fotografando a abertura das avenidas, as obras de modernização do porto e de alargamento de vias, a construção do Teatro Municipal e o casario decadente. Ao enquadrá-lo, incluiu os que ali (con) vivem, os que por ali transitam; os vendedores ambulantes e os funcionários públicos que passam. Ao seu olhar não escaparam o morro, a favela. Registra flagrantes extra-oficiais como o conjunto de chorões, junto a uma biosca, no morro da Favela; o doceiro no morro de Santo Antonio; as crianças que não participam das festividades, na escola Bartolomeu Mitre, morro do Pinto. (Agcrj, 1994, p.16)

Auto-retrato: Augusto Cezar Malta
Acervo: AGCRJ
Série: Personalidade; s/ aut.; s/ d
Pasta 497
(F-1)

Foi também profissional autônomo, registrando imagens encomendadas por outros contratantes ou mesmo pelo prazer de exercitar sua arte - fotografar. Malta também foi editor de fotografias e cartões-postais, sendo sócio fundador da Associação de Cartofilia na cidade do Rio de Janeiro, em 1904.

No registro da cidade, as escolas primárias não foram perdidas do clique do fotógrafo, incluindo o Instituto Profissional Feminino e as escolas profissionais. No entanto, o ato de fotografar o cotidiano da nossa Escola era balizado pelo interesse do Poder que ele representava e para quem ele trabalhava, o governo do Distrito Federal.

Trazemos a imagem de uma escola profissional que o fotógrafo e o seu contratante quiseram mostrar naquele espaço e tempo determinados. Ele registrou os prédios e suas instalações, reformas, formaturas, situações do processo de ensino-aprendizagem, a limpeza, a disciplina, os grupos de alunas perfiladas lado a lado, em pose, organizadas no pátio interno e externo dos prédios escolares, em seus diversos uniformes; as oficinas e exposições de trabalhos manuais produzidos pelas alunas, como arranjos de flores, chapéus, bordados, vestidos, coletes, indumentárias de modo geral; as oficinas de culinária e lavanderia, de datilografia; aulas de ginástica; laboratórios; eventos como a festa da bandeira; visitas a monumentos e museus, além da presença de autoridades políticas e eclesiais e a supremacia da diretora, sempre posicionada no centro da imagem, entres outros registros.

Nas fotos das escolas predominam a “pose”. Em muitas delas, percebemos que a pose dos personagens e a distribuição dos objetos para se chegar ao cenário desejado pelo fotógrafo eram pensados minuciosamente, o que demandava uma longa duração de exposição por parte dos personagens retratados até o momento da ação do registro da imagem. Em outras, em menor quantidade, os personagens parecem mais a vontade, como se tivessem sido surpreendidos pelo fotógrafo, embora soubessem da sua presença ali naquele espaço e de seu objetivo: registrar o evento, o acontecimento, a situação. Para Oliveira Junior “...o trabalho inicial de um fotógrafo é dispor ou distribuir objetos e personagens dentro de um espaço, no caso o

visor da câmera” (1994, p. 67) de modo a conseguir captar, enquadrar toda a cena que lhe interessa registrar. Em muitas das fotografias percebe-se a intenção do artista em revelar uma certa hierarquia dos personagens retratados e uma escola “que deu certo.”

O seu fazer fotográfico, enquanto determinação dada pela ação do poder público o leva a posicionar sua câmera sob o mesmo ponto de vista da elite política que define e dirige o processo de modernização urbanística. O lado da visão de mundo do poder está perfeitamente registrado... (1994, p.111)

Para Malta, o registro das escolas públicas não era problema, pelo menos na primeira década do século XX, pois a natureza de sua função como fotógrafo oficial da prefeitura, portanto servidor público municipal credenciado e em razão de interesse desta, o autorizava a ingressar sem dificuldade em qualquer prédio público e a interromper aulas nas escolas municipais, transformando sem maiores resistências as jornadas escolares em “sessões fotográficas”. Barros em sua tese nos diz:

Na primeira década do século, o acesso de um fotógrafo ao interior de cada uma das 25 escolas públicas enfocadas na série postal somente seria possível mediante dois caminhos: a autorização de cada uma das direções escolares ou a autorização da própria Diretoria Geral de Instrução, responsável como secretaria de governo na gestão do sistema público de ensino. Na primeira alternativa, a obtenção de autorização de cada uma das escolas não teria sido seguramente tarefa fácil para aquele que se propusesse a empresa. A cada diretor de unidade, na ótica restrita do bom uso do tempo escolar, o ingresso de um fotógrafo em sala de aula trazia prejuízos para toda a jornada de ensino.(Barros, 1997, p.151)

O fato é que cada registro fotográfico levava um grande tempo para se efetivar devido aos cenários utilizados – enfocando as fachadas dos prédios escolares, os espaços de circulação interna aos prédios, oficinas, grandes grupos de alunas entre outros registros imagéticos. E mesmo com os recursos fotográficos da época, suas fotos demonstram uma qualidade de definição, fixação, enquadramento, no que se refere aos aspectos técnicos das imagens. Diz Campos: é “impressionante a nitidez, a definição de imagens obtidas com um instrumental sem maiores recursos e a profundidade de campo, nas vistas.” (Campos, 1987, p. 29) Contudo, Oliveira Junior informa que o fotógrafo teve:

... amplo apoio material da prefeitura carioca, que adquiria todo o equipamento necessário, Malta pôde desenvolver sua técnica rapidamente. Utilizando câmeras de grande formato de negativo, 24 x 30cm, 18 x 24cm ou 13 x 18cm, operadas com chapas de vidro à base de gelatina, bastante sensíveis à luz, que permitiam trabalhar com diafragmas bem fechados e velocidades de obturador entre 1s e 1/4s, vai acompanhando passo a passo e foto a foto a transfiguração da cidade. (1994, p.109)

Tudo indica que a prerrogativa de Malta em fotografar as escolas sem maiores dificuldades continuou em toda a sua passagem pelo Governo municipal⁹. Pois as imagens das escolas disponíveis da década de vinte sinalizam continuar representando a visão das autoridades ou do Estado, portanto representam a

⁹ Começando pela gestão de Francisco Pereira Passos (29 dez. 1902-16 nov. 1906), seguido de Francisco Marcelino de Souza Aguiar (16 nov. 1906-30 jun. 1909); Inocêncio Serzedelo Correia (30 jun. 1909-16 nov. 1910); Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro (16 nov. 1910-16 nov. 1914); Rivadávia da Cunha Correia (16 nov. 1914-5 maio 1916); Antonio Augusto de Azevedo Sodré (5 maio 1916- 14 jan. 1917); Amaro Cavalcanti (14 jan. 1917-15 nov. 1918); Manoel Cícero Peregrino da Silva (15 nov. 1918-22 jan. 1919); Manoel André Santos Paulo de Frontin (22 jan.-28 jul. 1919); Milciádes de Araújo Sá Freire (28 jul. 1919-8 de jun. 1920); Carlos César de Oliveira Sampaio (8 jun. 1920-15 nov. 1922); Alaor Prata Soares (15 nov. 1922-1926); Antonio Prado Junior (1926-1930). Neste ano entra o interventor Adolfo Bergamini (1930-1931) no governo de Getulio Vargas; []; até Pedro Ernesto Batista (1935-11936).

memória oficial. A característica de “pose” e, muitas vezes, de “vitrine” predominam em muitas das fotografias de Malta.

Tecnicamente, as fotos produzidas por ele, enquanto fotógrafo contratado pela prefeitura para esse fim, fazem parte do Fundo Arquivístico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Elas são consideradas parte representativa das ações empreendidas por um todo orgânico - a prefeitura, na figura de seus governantes. A coleção fotográfica trazida é parte integrante desse conjunto documental, produzido e acumulado no percurso do fazer e do pensar político-administrativo no período em que Malta esteve a serviço daquela instância de poder. Por isso, no AGCRJ, as fotos são identificadas como sendo do **Fundo/Coleção** Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo **Coleção** fotográfica (1903-1958) Augusto Malta.

No sistema, a busca é feita por palavras-chave. Na série **escolas**, encontramos catalogadas as fotos das Escolas Profissionais Femininas objeto de nosso estudo, em maior ou menor quantidade de acordo com cada escola.

Outro instrumento de busca é o catálogo publicado pelo Arquivo, em 1994, intitulado Augusto Malta: catálogo da série de negativo de vidro, da obra de Augusto Malta e seu filho Aristógiton Malta. Consta que ele substituiu o pai como fotógrafo oficial da prefeitura, após sua aposentadoria, em 1936.

Organizado tematicamente, o Catálogo traz a descrição de aproximadamente 900 imagens do acervo, com datas-limite 1903-1940, de um total de 2.250 da documentação especial do acervo com as seguintes séries fotográficas: abastecimento, comemorações oficiais, Conselho Municipal, diversões, exposições, higiene e assistência pública, instrução pública, limpeza pública, matas e jardins (Arquivo, 1994). Na série instrução pública, estão as escolas para o sexo feminino. Na introdução, o Catálogo nos indica como podemos identificar as imagens de Augusto Malta em relação aos registros produzidos pelo seu filho Aristógiton Malta. A autoria das fotos é identificada pela legenda propiciada pelos próprios autores e pela forma de assinar: Augusto Malta assina na horizontal e Aristógiton Malta, na vertical. (AGCRJ, 1994, p. 49)

Há também um fichário, onde encontramos muitas escolas ainda não indexadas no sistema automatizado.

As informações propiciadas pela identificação, fruto do trabalho dos técnicos do Arquivo foram de grande valia para o início de nossa pesquisa. Os dados, propiciados pelo punho do próprio autor - grafados na superfície da imagem, também foram de grande valia. Podemos dizer que essa coleção fotográfica foi o fio condutor e sedutor para novas buscas. Para nossa sorte, Malta a seu modo não apenas guardou mas também registrou, organizou, catalogou, identificou a maioria de suas fotografias; geralmente datava e assinava e fazia observações nas fotos; embora tais informações não fossem suficientes para a nossa pesquisa, esses dados são significativos.

Coexistindo com essa coleção, há no **Museu da Imagem e do Som** um acervo que foi produzido e acumulado pelo próprio Augusto Malta. Esse acervo foi comprado da família Malta pelo governo do Estado da Guanabara em 1965, na gestão de Carlos Lacerda, sendo colocado sob a guarda no MIS¹⁰, portanto, é um acervo adquirido. Dessa maneira, as fotos, ao contrário das do AGCRJ, não foram produzidas como parte das atividades administrativas do Museu, tendo Malta como funcionário, por isso constitui uma coleção.

Atuando como profissional autônomo, foi contratado pela The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltda., entre outras agências e, como fotógrafo-jornalista, Malta foi colaborador de alguns jornais da época. O fotógrafo costumava ficar com reproduções de suas fotos, provavelmente esta prática ocorria com as fotos da prefeitura, acumulando com isso seu próprio arquivo pessoal, pois encontramos a mesma imagem tanto num acervo quanto no outro. No Palácio da Prefeitura, onde residiu parte de sua vida profissional, contava com um laboratório e um arquivo, para onde mandava uma cópia de toda fotografia por ele tirada. Segundo Barros:

¹⁰ O Distrito Federal virou estado da Guanabara com a transferência da capital para Brasília.

Malta participou com imagens de sua propriedade em álbum editado em 1922 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelas comemorações do centenário da independência. No álbum em questão, o fotógrafo dispôs imagens de diversas escolas que identificamos pertencerem hoje ao MIS. Era portanto viável o “trânsito” de imagens fotográficas do arquivo particular de Malta para o uso pelo Distrito Federal... (1997, p.157)

No MIS, a coleção fotográfica de Malta é constituída de 80 mil fotos, 2600 negativos de vidro e 400 negativos panorâmicos do período de 1903-1936. Quase dois terços de sua produção¹¹ foram indexados no Instrumento de Pesquisa intitulado “Índice Iconográfico Museu da Imagem e do Som”, onde encontramos as fotos das escolas profissionais de nosso interesse, na “Coleção Augusto Malta/série Escolas”. Do conjunto selecionado inicialmente, só foi possível a reprodução de 31 imagens das escolas de acordo com os critérios da Instituição.

No acervo da **Fundação Casa de Rui Barbosa** as fotos da Escola Profissional estão identificadas como reproduções da “Coleção do acervo: AMRJ - Escola Profissional”, fotógrafo Augusto Malta, com dimensões: 18x24 cm. Comparadas nem todas foram encontradas naquele acervo. Das fotos disponíveis foram selecionadas um total de 6 imagens da Escola e uma de uma loja de chapéus, um tipo de produto feito pelas alunas.

A reprodução das fotos foi realizada com a autorização das instituições depositárias do arquivo/coleção. O Arquivo Geral e a Fundação Casa de Rui Barbosa possuem uma estrutura que permite que a própria instituição se responsabilize pela reprodução a partir da solicitação do pesquisador já o Museu não conta com essa estrutura, dessa maneira fica por conta do pesquisador providenciar o fotógrafo para a reprodução das imagens¹², após a seleção, considerando que não se pode scanear.

¹¹ Fonte: folder de propaganda do MIS.

¹² As fotos desse acervo foram reproduzidas pelo fotógrafo Richan Samir Hassan Sobh.

Isso visa a preservação das mesmas, pois o manuseio inadequado e a ação dos equipamentos contribuem para a deterioração.

Algumas fotos não puderam ser resgatadas pela pesquisa devido à frágil identificação, à imagem esmaecida, à pouca legibilidade, empecilhos para quem trabalha com esse tipo de material. Em outros acervos públicos e nos de algumas escolas foram encontradas reproduções já resgatadas ou de período posterior aos interesses de nossa pesquisa.

1.3.2 Organização e sistematização das fotos

Após o levantamento fotográfico das imagens nos acervos, partimos para a seleção das que entrariam no trabalho, considerando o volume expressivo, a impossibilidade de reprodução de algumas e a repetição das imagens nos mesmos.

Garimpadas as fotos, nós as dispomos de diversas formas, buscando uma “leitura” possível das fotografias no seu tempo/espaço de produção. Ou seja, feito o levantamento, a identificação - através das legendas que foram produzidas pelo próprio fotógrafo e situadas na superfície das imagens, e da descrição dos técnicos das instituições-memória -, a seleção e a reprodução, tentamos construir uma metodologia de análise. Preliminarmente, fizemos um arranjo cronológico dentro de cada escola, independentemente do acervo, tendo como referência a data em que Malta começou o seu registro das escolas para a prefeitura. Com esse procedimento foi possível identificar:

- as datas-limite das imagens referentes a cada Escola;
- que a imagem mais antiga era do Instituto Profissional Feminino, de 1902;

- que a maioria das imagens era da Escola Rivadavia Correa na década de 1920 , seguida das do Instituto Profissional Feminino - IPF da década de 1910;
- a maioria das fotos sem data era do Instituto;
- parte significativa das imagens da Escola Profissional Paulo de Frontin era do final da década de 1920, do início do período da reforma Fernando de Azevedo.
- que a única imagem que conseguimos resgatar da Escola Profissional Bento Ribeiro era de 1916;
- datar aproximadamente algumas fotos, já que uma imagem datada encontrada num determinado acervo nos apontava a data aproximada de outra existente no outro acervo, devido ao tipo de registro.

Analisando as imagens foi possível também:

- perceber a existência de imagens registradas pelas lentes do fotógrafo referentes a um mesmo evento, nos diferentes acervos. Por exemplo, várias fotos da visita de uma autoridade em determinada Escola;
- observar os elementos aparentes no registro da imagem de uma e de outra escola, verificando quais se repetiam ao longo do tempo;
- comparar tipo de imagem, enquadramento, personagens e sua disposição, indumentárias;
- que o alvo preferencial do registro imagético eram as oficinas de trabalhos manuais, seguido do prédio e suas partes.

A partir daí:

- criamos séries temáticas e estruturais fotográficas possíveis de acordo com o volume fotodocumental encontrado em cada escola e a forma de

Malta fotografar. Os dados de identificação e as referências de que dispomos sobre cada uma delas estão ao lado das imagens.

Quadro das imagens fotográficas das escolas utilizadas na tese

| Acervo Escola | AGCRJ | MIS | FCRB | OUTROS | TOTAL por escola |
|---|--------------|------------|-------------|---------------|---------------------------------|
| Instituto Profissional Feminino | 3 | 19 | 1 | 1 | 24 |
| Escola Profissional Bento Ribeiro | - | 1 | - | | 1 |
| Escola Profissional Rivadavia Correa | 19 | 7 | 5 | 2 | 33 |
| Escola Profissional Paulo de Frontin | 6 | 4 | - | - | 10 |
| Outras imagens | 1 | - | 1 | - | 2 |
| TOTAL por acervo | 29 | 31 | 7 | 3 | 70 |

Pelo quadro, observamos que do Instituto Profissional Feminino temos 24 imagens, apenas uma da Escola Bento Ribeiro, da Escola Profissional Rivadavia Correa, 33 e da Escola Profissional Paulo de Frontin, 10. Assim consta um maior número de imagens da Escola Rivadavia Correa, seguida do Instituto Profissional Feminino em detrimento das outras duas escolas. A pergunta que se colocava era: o por que da prevalência de imagens de umas Escolas em relação às outras nos acervos?

Com esses procedimentos de “leitura”, fomos tentando compreender o registro da imagem fotografada, para além do que estava aparente, do visível do corpus documental em análise composto de 68 imagens das escolas, 1 do auto-retrato de Augusto Malta e 1 imagem de uma loja de chapéus e flores. Isto nos empurrou para outros documentos.

Clarice Nunes entende que a ampliação das fontes proporcionadas pelas novas abordagens implica uma maior complexidade do olhar sobre elas, olhar que não pode acontecer de maneira isolada, ou seja, a leitura de cada fonte só é possível ser efetivada, de forma analítica, pelo historiador da educação, se relacionada a outras fontes consultadas.

A ampliação das fontes trouxe dificuldades ao seu exame, já que o seu manuseio não é uma tarefa que se esgota em cada documento localizado nos arquivos. A construção do seu entendimento exige a relação entre os vários documentos consultados, o que amplia o próprio sentido de cada peça isolada. (Nunes, 1992)

Por isso, as informações contidas, tanto na documentação oral, verbal, escrita ou fotográfica, apresentam limitações, por ser um recorte da realidade produzido pelo “olhar” humano, variando de acordo com as concepções ideológicas, políticas, culturais e interesses do seu produtor; com isso, não devem ser examinadas isoladamente e sim confrontadas em seus diversos tipos pelo pesquisador na análise e interpretação de seu objeto de estudo. Neste sentido, fomos buscar outras fontes que nos ajudassem a reconstituir e entender o que foi o espaço/tempo da escola pública de formação profissional para o sexo feminino, após os dados colhidos através das fotografias. Com isso, visava esclarecer lugares, situações, personagens do seu cotidiano presentes nas fotografias das escolas, procurados à medida que elas nos apontavam para essa necessidade.

Cotejamos a “leitura” da imagem fotografada com a de outros tipos de fontes, tais como: jornais, revistas, leis, decretos, ofícios, relatórios e outros documentos escritos, para se ter um corpus de interlocução para a compreensão do nosso objeto de estudo, tendo em vista as ações do Estado em relação à educação profissional

feminina. Fomos encontrá-las nos arquivos das escolas¹³, em grande parte em precárias condições de funcionamento e preservação¹⁴ dos documentos, se perdendo no tempo¹⁵, e nos arquivos públicos oficiais.

Embora oriundos de acervos diferentes, não seria demais afirmar que os conjuntos fotográficos referentes às escolas constituem um corpus iconográfico aparentemente semelhante em forma e conteúdo, pois têm como referência temporal

¹³ No caso dos acervos escolares se, por um lado, a forma de preservação e conservação por parte das escolas pode se constituir num problema, o que constatamos no processo de pesquisar esses arquivos, por outro, a falta de conhecimento da existência dessas fontes e de sua divulgação também é fato.

¹⁴ Aqui destacamos o conceito de preservação trazido por Silva (1998): ... “toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. É o ‘guarda-chuva’, sob o qual se ‘abrigam’ a conservação, a restauração e a conservação preventiva. Tecnicamente conservação é entendida como: “um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras”. Já conservação preventiva: “abrange não só a melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda do acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando retardar a degradação dos materiais. É, pois, um tratamento de massa, feito em conjunto”. As ações de conservação preventiva são aconselhadas por serem mais econômicas, dando uma longevidade ao documento, evitando com isso uma intervenção mais radical como a restauração. Esse processo é muito mais caro e agressivo, fragilizando o suporte de papel. Conceitualmente é entendido como: “um conjunto de procedimentos que visa recuperar, o mais próximo possível, o estado original de uma obra ou documento”. (Silva, 1998, p. 9) Toda documentação eliminada, seja por avaliação ou por deterioração, deve ser registrada na **Lista de eliminação**, sendo autorizada pela autoridade competente e assinada pelos envolvidos no processo.

¹⁵ É certo que esses arquivos estão em parte desorganizados, e sujeitos a toda sorte de destruição, o que prejudica a pesquisa, provocando perdas irreparáveis a essa história da educação. Muitas encadernações encontram-se com a capa solta, folhas acidificadas, rasgadas e coladas devido à ação dos microorganismos e outros agentes destruidores do papel, considerando o local de guarda inadequado, o que dificultou muito a consulta, tornando-se um trabalho penoso. Contudo, é um desafio vasculhar esses arquivos para garimpar fontes. O uso de máscara e luva cirúrgica e jaleco para proteção foi necessário. Em algumas escolas, o espaço destinado à documentação acumulada é identificado como “arquivo morto”. Até hoje essa é uma velha e incorreta denominação para a documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade e o que é pior – descartável (Solis, 1992, Bonato, 1998). Porém, se por um lado, alguns documentos estão em estado tão crítico que são irrecuperáveis até pelo processo de restauração, o que é lamentável, por outro ainda há muitos documentos passíveis de recuperação e consulta. No município, as escolas são responsáveis pela sua documentação até sua extinção. Quanto às escolas estaduais, há um projeto de organização e recuperação da documentação referente às escolas extintas do estado do Rio de Janeiro, que vem sendo desenvolvido pela Unirio - Universidade do Rio de Janeiro, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação. O projeto tem a participação de estagiários das Escolas de Arquivologia e Educação, porém vem sofrendo solução de continuidade.

o período da Primeira República, são majoritariamente de autoria de Augusto Malta, da rede municipal do Distrito Federal.

Quanto às escolas com um maior número de imagens - o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca e a Escola Profissional Rivadavia Correa, embora as imagens disponíveis apontassem semelhanças no seu cotidiano, como o registro de ambientes amplos e agradáveis, onde as meninas viviam e aprendiam os ofícios, alguns personagens representativos, como visitas de autoridades políticas e eclesiásticas, fomos descobrindo ao longo da pesquisa que em sua natureza e origem não eram iguais.

Quanto ao Instituto Profissional Feminino, nasceu com objetivos diferentes das escolas denominadas de profissionais para o sexo feminino. Percebemos, com isso, a necessidade de um capítulo específico para o Instituto, considerando as suas peculiaridades, e um outro capítulo para a Escola Profissional Feminina, divididos como exposto na introdução desta pesquisa.

CAPÍTULO II

IMAGENS DO INSTITUTO PROFISSIONAL FEMININO

Neste capítulo, olharemos para o Instituto Profissional Feminino, surgido no final do século XIX, através da imagem fotográfica, tentando demonstrar que tipo de preparação profissional era dada às meninas, seus motivos e a que servia. Conforme dissemos, esse destaque para o Instituto se justifica por apresentar, principalmente, em sua gênese algumas características diferentes das escolas denominadas e entendidas como Profissional Feminina. Estas foram criadas a partir do decreto n. 838, de 20 de outubro de 1911, referente à organização do ensino técnico-profissional, que estipulava a criação de vinte escolas profissionais, sendo dez para o sexo masculino e dez para o sexo feminino. Sobre essa Escola Profissional Feminina, trataremos no capítulo três.

Aqui desse Instituto, objeto de nosso interesse, trazemos ao todo 23 imagens registradas, pelas lentes de Augusto Malta, considerando os motivos que o levaram a registrar imagetivamente as escolas primárias municipais, entre elas, o Instituto, a partir do período em que conheceu o prefeito e foi contratado pela gestão Pereira Passos.

Por mais neutra que possa parecer, a fotografia reflete o *olhar*, a postura do fotógrafo diante da realidade a ser fotografada. Boris Kossoy (1989) entende ser a atuação do fotógrafo um filtro cultural, tendo por base aspectos como a eleição de um tema a ser fotografado e o seu respectivo tratamento estético, a preocupação com a organização visual dos detalhes, a forma de utilização dos recursos oferecidos pela tecnologia. O ato fotográfico, de certa forma, representa uma tomada de posição crítica ou a-crítica, seja de um fotógrafo anônimo ou de um fotógrafo oficial, como é o caso de Augusto Malta, no Rio de Janeiro. A fotografia é ideologizada, mesmo que o autor não perceba isso.

Nas imagens trazidas por essa pesquisa do Instituto, o mobiliário (mesas, armários, cadeiras, cristaleiras) e os recursos materiais (ferro de passar, máquina de costura, arame para armação de chapéus, máquina de datilografia (da marca Oliver), papel, material para corte costura (tecido, linha) e composição de arranjos florais) também fazem parte da composição da imagem, bem como as aulas de ginástica e as exposições de fim de ano de trabalhos manuais, como parte da avaliação. A distribuição de prêmios em sessão solene e com exposição de fim de ano dos trabalhos artísticos e industriais produzidos pelas alunas era prevista no regulamento. Professoras e alunas dispostas em pose para a câmera ou em atividades didático-pedagógicas nas oficinas e aulas daquele cotidiano escolar, são retratadas demonstrando a disciplina e a obediência das alunas em relação as professoras, mestras e contramestras, só suplantadas pela autoridade da diretora.

Foram organizadas por séries temáticas: instalações físicas (prédios e seus ambientes); série oficinas e aulas (bordado, chapéus, coletes, datilografia, engomar, flores, lavanderia; aula de ginástica e outras práticas desportivas); grupo (nela é possível ver alunas de várias idades, professoras, mestras e contramestras, a diretora, autoridades).

2.1 A origem do registro das imagens

De inspiração positivista, a República brasileira começou com uma ditadura militar, pelas mãos do marechal Deodoro da Fonseca, sem participação popular, ficando o Rio de Janeiro como *Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil*. O decreto n. 1 de 15 de novembro de 1889 instituiu a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, declarando o município neutro, Rio de Janeiro, como sede do poder central (Distrito Federal). Proclamada a República pelos militares na capital do país, foi instaurado o novo regime político, ficando

porém o governo da cidade do Rio de Janeiro somente organizado pelo decreto n. 85 de 20 de setembro de 1892¹. Naquela sociedade que se consolidava, a educação tinha como intenção formar o cidadão republicano, nos moldes das nações ditas modernas.

O fato é que o período de transição do Império para a República foi marcado por uma efervescência intelectual e ideológica, com a possibilidade de construção de um novo país aos olhos das elites. Entusiasmadas, discutiam os rumos da nação através das idéias sobre federalismo, democracia, de educação para todos, visando tirar o atraso deixado pelo antigo regime, embora, conforme Aristides Lobo, citado por Carvalho (1999, p.9), o povo tenha assistido à ascensão do novo Regime *bestializado*. A separação entre Estado e igreja é ponto marcante nessa transformação; de leiga, a concepção positivista se alinhava com teorias pedagógicas modernas e científicas européias e norte-americanas.

A nova filosofia implantada com a República desejava a remodelação dos hábitos sociais e os cuidados pessoais. Com isso, a educação do povo é tema de debate e preocupação no novo Brasil que se constituía, tendo como cenário principal a cidade do Rio de Janeiro. A escola primária, principalmente, se apresenta como uma possibilidade de se incutirem novos hábitos, valores, deveres e símbolos do novo regime político, visando à construção de uma identidade e um sentimento de cunho nacional do povo brasileiro, com marca e características próprias.

Conforme Max Fleiuss (1928), a república encontra um quadro educacional, em relação às escolas públicas, inalterado desde 1876. Os dados encontrados nos *Pareceres* de Rui Barbosa apresentados à Câmara do Império em 1882, visando à reforma do ensino primário, são significativos da situação do ensino primário. Eles apontam que naquele ano o município da Corte possuía 96 escolas públicas

¹ Referendado por Fernando Lobo Leite Pereira, então ministro do Interior do marechal Floriano Peixoto – vice-presidente da República em exercício. O marechal Manoel Deodoro da Fonseca havia renunciado ao cargo.

primárias; dessas, 54 eram destinadas ao sexo masculino e 42 ao “*segundo sexo*”. O número de matriculados do sexo masculino nas escolas públicas era de 3.042, e nas escolas particulares de 2.592; para o sexo feminino, era de 3.087 matrículas nas escolas públicas e 2.939 nas particulares. O número total de matriculados nas escolas públicas era de 6.129 e, nas particulares, de 5.531, perfazendo um total de 11.660, para uma população de 312.554 pessoas livres (Barbosa, 1947, p. 18-24). O que Rui Barbosa tenta mostrar é que neste item, educação, a capital está atrasada em relação à média do país, reforçando a necessidade de uma reforma educacional.

No caso dos estabelecimentos particulares de ensino primário, de acordo com Fleiuss, o total era de 121, sendo 53 destinados aos meninos e 68 às meninas. Isso representava um aumento de 20 escolas em relação a 1876, assim distribuído: 7 escolas a mais para os meninos e 13 para as meninas. Dessas escolas particulares, 16 eram subvencionadas pela União. Um dado que merece destaque é que enquanto o número de escolas públicas destinadas às meninas era inferior ao dos meninos, aqui o quantitativo era maior.

Havia também a escola noturna para adultos, para as já constituídas classes operárias, mantida pela Sociedade de Instrução, as aulas no Liceu de Artes e Ofícios, várias aulas noturnas nos subúrbios, a Escola Senador Correia, o Asilo dos Meninos Desvalidos, posteriormente Instituto Profissional Masculino, o Instituto dos Surdos-Mudos e o Instituto de Cegos, ambos oferecendo instrução primária e secundária. Quanto à instrução secundária, especificamente, havia, além do Colégio Pedro II, só para meninos e em regime de internato e externato, mais 62 colégios particulares.

Havia também a Escola Normal da Corte, inaugurada em 8 de abril de 1880. No caso da instrução superior, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Academia de Belas-Artes e o Conservatório de Música.

Esse era o quadro educacional encontrado pela República. A população da cidade contava então 522.651 habitantes; desses, 429.745 viviam na área urbana e 92.906 nos subúrbios.

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, cada uma das antigas províncias passou a formar um estado da federação brasileira, continuando o Rio de Janeiro como Capital da União ou Capital Federal (Fleius, 1928). No que se refere à educação, na Capital, conforme a Lei Orgânica, cabe ao Conselho Municipal legislar sobre a instrução primária, profissional e artística; estabelecer, custear e subvencionar qualquer instituto de educação e instrução de acordo com as necessidades do município.

Num Relatório datado de 1894, apresentado ao prefeito do Distrito Federal pelo diretor geral de Instrução Pública Municipal, em relação à instrução primária, dada pelo decreto de 9 de maio de 1893, encontra-se:

O Decreto de 9 de maio de 1893, de certo inspirando-se no pensamento do regimen politico que se inaugurava a 15 de novembro de 1889, deu uma nova organização a instrução publica primaria, por entender que a nova Constituição política importava de necessidade o estabelecimento de novas leis orgânicas as quaes deviam reflectir o espirito novo e a ele obedeceu....atentta a radical transformação política da Constituição do Estado: Cumpres-se não esquecer que o Decreto de 9 de maio de 1893 não é simplesmente revogador de outro promulgado dentro do mesmo regimen político; é uma nova lei, que obedece o pensamento novo, inspirando-se na forma de organização do poder público, oriundo do acontecimento de 15 de novembro de 1889...²

² Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Seção de Documentação Escrita.

Neste caminho para o ensino profissional feminino, é criado por decreto em 1897 e inaugurado em 28 de outubro de 1898³, como responsabilidade do poder municipal, o Instituto Profissional Feminino, para meninas entre 8 a 15 anos de idade oferecendo 120 vagas e recebendo as mesmas normas administrativas impostas ao Instituto Masculino⁴. Esse foi criado para menino entre 12 e 20 anos, oferecendo 300 vagas.

Nas duas instituições são recebidos, em regime de internato, de preferência as crianças pobres e desamparadas e órfãos de pai e mãe, ou só de pai ou de mãe nessa linha de orfandade, e filhos de funcionários públicos, sendo oferecido gratuitamente com toda a assistência educativa, prática, alimentar e de vestuário.

2.2 O fotógrafo, cidade e as escolas primárias

Conforme Luiz Edmundo, na obra **O Rio de Janeiro do meu tempo**, de 1938, ao tomar posse como presidente do país, Rodrigues Alves (1902-1906) resolve tomar medidas capazes, senão de transformar a *urbs* por completo, pelo menos de melhorá-la; com esse objetivo convida o engenheiro Pereira Passos⁵ para prefeito do Distrito Federal, visando empreender reformas, segundo o seu

³ Data consagrada às comemorações de seu aniversário.

⁴ O Asilo dos Meninos Desvalidos foi inaugurado, no município da Corte, em 14 de março de 1875. O decreto n. 5.849, de 9 de janeiro de 1875, que regulamentou o decreto n. 5.532 de 24 de janeiro de 1874⁴, transforma o Asilo dos Meninos Desvalidos em estabelecimento profissional que, segundo seu regulamento, seria “um Estabelecimento de Assistência aos Meninos pobres, desamparados”. Pelo decreto n. 722, de 30 de janeiro de 1892, transformou o Asilo dos Meninos Desvalidos no Instituto de Educação Profissional, incorporando a ele a Casa de São José, outra entidade assistencial Pública. (Cunha, p.93-4). Deste se originou, em 1894, o Instituto Profissional Masculino. (Cf em Cunha, 2000, Ciavatta, 1993, Costa, 1958, Freitas 1954)

⁵ Membro da aristocracia cafeeira, no seu percurso como engenheiro ferroviário se ligou às elites defensoras da modernização, da industrialização e do progresso como valores a serem conquistados.

pensamento de padrão de cidade aos moldes urbanos dos grandes centros europeus, onde a civilização e o progresso se faziam presentes no projeto de modernidade pretendido por aqueles. Tendo em vista esse modelo, a introdução de novos hábitos e costumes na cidade era necessária para se tirar o “atraso” oriundo do regime anterior – o imperial.

O problema da cidade era muito sério, segundo o presidente, porque não era só de saúde e beleza que precisava, mais do que isso, precisava dos mais elementares serviços, capazes de transformá-la em uma metrópole moderna como as de outros países civilizados (Abreu, 1987, Rocha, 1995, Vaz, 2002). Nesta perspectiva, o prefeito contrata o fotógrafo Augusto Malta para registrar visualmente os feitos da transformação da cidade. No cenário de transformação levada a cabo pelo prefeito, as imagens registradas pelas lentes de Augusto Malta nos revelam aspectos sociais e urbanos da “nova” capital federal, entre eles prédios escolares construídos ou adquiridos dentro dos objetivos do Estado modernizador.

Pereira Passos, em sua gestão, pioneiramente implementou um laboratório fotográfico como órgão da administração pública, tendo à frente Augusto Malta como funcionário público contratado como fotógrafo documentalista.

Em toda obra lá estava o fotógrafo para registrar o feito e, conforme seu manuscrito de 29 de setembro de 1936, registrar a “transformação da velha capital da Monarquia e da República numa linda cidade moderna, cheia de vida, de jardins, asfaltada, limpa, confortável...”⁶ (Malta apud. Campos, 1987, p.14); registrar a transformação da capital da República numa cidade moderna e sobretudo higiênica. O cargo foi criado justamente para isso. Foi em 1903 que

⁶ Segundo Campos, a citação foi retirada de uma legenda em um fotograma de Malta datado de 29 de agosto de 1936, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional.

ingressei na Prefeitura para um cargo inexistente: o de fotógrafo⁷. Eu vinha do comércio, onde exerci a profissão de guarda-livros...” (Ibid., p.11)

Malta não desempenhava função apenas administrativa ou burocrática. Além de ser o primeiro funcionário municipal tendo cargo de fotógrafo no Distrito Federal, exercia um papel político-social, inserindo suas imagens dentro de um projeto politicamente bem definido: como já dito, o da transformação da antiga cidade colonial em uma capital moderna, comparável às européias.

Maria Ciavatta, em sua pesquisa sobre a “Escola do trabalho”, tendo como fonte a fotografia de Augusto Malta, quanto a necessidade de registrar visualmente a “modernização” da cidade do Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal, sintetiza da seguinte forma:

Na política de “modernização econômica” do governo Rodrigues Alves, no início do século, o Rio de Janeiro, capital federal do país, seria a “vitrine” de um Brasil supostamente civilizado segundo os padrões europeus. Para isso, dizia-se necessário “limpar” a cidade de seus restos coloniais para fazê-la ingressar na civilização. O prefeito Pereira Passos, investido de um poder excessivo pelo governo federal, passa a impor, de forma autoritária, a transformação do espaço urbano, negando e condenando quaisquer formas de tradicionalismo ou elementos da cultura popular. Semelhante ao seu homólogo, [Eugènes] Haussmann, o prefeito de Paris, Pereira Passos criou o cargo de fotógrafo da Prefeitura, e Augusto Malta se tornou fotógrafo oficial para registrar os principais

⁷ Para alcançar o cargo oficial de fotógrafo, como vendedor autônomo de tecidos, teve acesso à residência de Pereira Passos, sendo apresentado por um amigo comum. Antes de ser contratado realizou alguns trabalhos. Autodidata, tudo começou quando trocou com um freguês sua bicicleta de trabalho por uma câmera. Tornou-se um apaixonado pela arte de fotografar. Possuiu várias câmeras, acessórios e uma câmara especial, para panorâmicas. Não deixou de ter algumas de suas fotos censuradas, como as do gabinete do Barão do Rio Branco, no Palácio Itamarati, em que aparece uma mesa sem toalhas e cheia de papéis e livros, conforme depoimento de sua filha Amaltéa Malta Carlini, prestado ao Museu da Imagem e do Som, em 1980.

acontecimentos e as obras de transformações da cidade, além das inaugurações e solenidades oficiais em geral. (1998, p.2).

Hausmann utilizou as fotografias na documentação das ações de seu governo em Paris, fato que Pereira Passos pôde testemunhar pois lá se encontrava no período, realizando estudos de especialização na década de 1850. Hausmann utilizou o recurso fotográfico de suas ações como testemunha da remodelação urbana que promoveu.

A fotodocumentação⁸, além de servir como prova dos feitos do governo da capital, era um instrumento de divulgação visual da reforma a que fora submetida a cidade, a partir de Pereira Passos, entre elas a construção e aquisição de novos prédios escolares. Inseridas nesse projeto mais amplo, algumas das escolas públicas, entre elas, o Instituto Profissional Feminino. Neste registro, o Instituto Profissional Feminino (criado em 1898) foi também alvo do clique do fotógrafo, principalmente na década de 1900, sendo que a fotografia mais antiga que encontramos data de 1902.

Feitas as colocações iniciais, a seguir apresentamos as séries fotográficas temáticas constituídas a partir das imagens encontradas nos acervos.

2.3 Série instalações físicas

A presença do imperador D. Pedro II e seus conselheiros nas Exposições Universais⁹, entre eles os engenheiros Pereira Passos e Joaquim Bittencourt,

⁸ Conforme Oliveira Junior.

⁹ Na Exposição Internacional de Higiene e Educação, realizada em Londres (1884), o Brasil enviou participantes e palestrantes, entre eles o conselheiro do império Leôncio de Carvalho, que dissertou sobre educação e trabalho. (Carvalho, Leôncio. **Educação da Infância desamparada**. Conferência efetuada na Exposição Pedagógica. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 9

realizadas a partir de 1851, fez com que tomassem contato, principalmente nas duas últimas décadas do regime imperial, com o que era considerado moderno nos países avançados, símbolo de progresso, recebendo várias informações. Essas Exposições eram verdadeiras “vitrines do progresso”¹⁰, reunindo a produção internacional. Os próprios espaços construídos para abrigar as exposições representavam essa modernidade e progresso da sociedade industrial, que se constituía no mundo ocidental europeu e norte-americano. Em busca de mercado, a nova descoberta – a fotografia e seus equipamentos fotográficos, como imagens estereoscópicas, cartões-postais fotográficos era apresentada por seus fabricantes nesse eventos.

Pouco mais de meio século após o início das bem-sucedidas Exposições Universais, o engenheiro Pereira Passos, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em mensagem encaminhada à Câmara Municipal defendia a necessidade da presença no arquivo público municipal de um acervo fotográfico que servisse aos futuros historiadores da cidade. Nesse contexto, Passos patrocinou a criação de um laboratório fotográfico do Estado, a criação do cargo de fotógrafo nos quadros do serviço público e o desenvolvimento de um parque industrial no Distrito Federal em condições de divulgar, através de cartões-postais, imagens da cidade reformada para o restante do país e para o exterior. (Barros, p.80).

Paralelamente às Exposições Universais aconteciam congressos especializados em diversas áreas, sendo possível aos conselheiros do imperador entrarem em contato com as idéias pedagógicas européias e norte-americanas,

¹⁰ Cf. Barros, 1997.

entre elas, sobre a educação feminina¹¹. Com esse olhar sobre países europeus e da América do Norte, a partir da segunda metade do século XIX, começam a ocorrer mudanças na educação brasileira, influenciadas pelas reformas educacionais ocorridas naqueles países, e a construção de novos prédios representava uma dessas mudanças na área educacional, fato que se intensificou entre o final do século XIX e o início do XX.

Visando ao melhoramento urbano da cidade do Rio de Janeiro, ainda no império, que incluía a construção de prédios escolares, Francisco Joaquim Bittencourt¹² e Francisco Pereira Passos responderam pela concepção arquitetônica de várias obras na capital, ambos pertencentes à Comissão de Melhoramentos da Cidade, instituída em 1874 (Abreu, 1987). O primeiro foi responsável pelo prédio onde mais tarde se instalou o Instituto Profissional Feminino e o segundo pelo prédio da Escola Pública da freguesia de Sant'Ana, na Praça da Aclamação, onde foi instalada posteriormente a Escola Normal e depois a Escola Profissional Rivadavia Correa, sobre a qual falaremos no terceiro capítulo.

O ministério do império adquiriu dois terrenos na rua São Francisco Xavier, no bairro da Tijuca, um em 13 de agosto de 1873 e o outro em 14 de janeiro de 1874. Nesses terrenos, foram construídas uma escola particular, com subvenção municipal, e duas escolas públicas primárias, a 2ª Escola Masculina e a 2ª Escola Feminina do 5º Distrito Escolar, sendo responsável pelo projeto de construção o engenheiro Francisco Joaquim Bittencourt. Foi edificado à custa dos cofres públicos, porém recebeu donativos. A pedra fundamental foi lançada em 12 de dezembro de 1873 e a inauguração ocorreu em 1877. Nesse local, se

¹¹ Sobre educação, trabalho e ocupação da mão-de-obra feminina no processo de consolidação da sociedade capitalista cf. Saffioti, Heleieth (1979).

¹² Francisco Joaquim Bittencourt estudou com Grandyean de Montigny na Academia de Belas-Artes, assumindo o cargo de arquiteto da Câmara Municipal entre 1850 e 1859. Participou da criação da Sociedade Propagadora de Belas-Artes (1856), do Liceu de Artes e Ofícios (1858) e foi professor-adjunto na Escola Politécnica.

instalou em 1901 o Instituto Profissional Feminino (Freitas, p.278).

Nesse ano, o decreto n. 844 de 19 de dezembro de 1901, estipulava que o ensino do Distrito Federal compreendia: ensino primário; ensino normal; e o ensino profissional e artístico. E o decreto n. 282, de 27 de fevereiro de 1902, estabelecia que “O ensino profissional será ministrado pelos dous estabelecimentos: Instituto Profissional Masculino e Instituto Profissional Feminino” ; e que será oferecido gratuitamente.

Na linha de higienização da cidade, quanto à matrícula nos dois Institutos, fica estabelecido pelo decreto n. 282, de 27 de fevereiro de 1902, que não seriam admitidos¹³ os menores que sofressem de moléstias contagiosas ou tivessem defeitos físicos que os impossibilitassem para o estudo e aprendizado profissional. Com isso, antes da efetivação da matrícula, os candidatos seriam inspecionados/as pelo médico do estabelecimento de ensino); deveriam ser saudáveis. Cada candidato apresentaria os seguintes documentos: requerimento ao prefeito, assinado por um responsável, mesmo não sendo o pai ou a mãe, acompanhado de certidão de idade ou, na falta desta, justificativa prestada perante o juiz competente. Nenhum aluno seria admitido no respectivo Instituto sem que tivesse um responsável que se obrigasse a respeitar e a cumprir todas as exigências do Regulamento; atestado de vacina contra varíola ou já ter sido acometido pela doença, um problema na cidade¹⁴. Essa condição perdura por bastante tempo; transcrevemos abaixo os termos de um atestado de saúde de 1916.

O abaixo assignado Doutor em Ciências medico-cirurgicas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

¹³ Embora me referindo aos dois sexos, vou utilizar no genérico para uma melhor leitura.

¹⁴ Quanto a isso, ver José Murilo de Carvalho **Os Bestializados**.

Attesta que D. Bárbara da Conceição foi vacinada e não sofre de nenhuma moléstia contagiosa.
Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1916
Dr. Francisco [?]¹⁵

A admissão era feita pelo diretor geral de Instrução pública, mediante autorização do prefeito. E aquele que no curso de seus estudos não demonstrasse “aptidão para o aprendizado profissional, se não puder ou o responsável por elle não quizer que seja aproveitado nos serviços domésticos, será desligado”. Constituían motivos de desligamento: reprovação por duas vezes na mesma série; os que cometessem delitos, e os acometidos por moléstia grave. Depois de desligados, seriam entregues a seus responsáveis. Aqui trataremos do Instituto Profissional Feminino.

Inicialmente, para o funcionamento do Instituto, foi adquirido o palacete do Barão de Itacurussá, na Rua Hadock Lobo, 131, onde então funcionava o Colégio Americano Brasileiro, sob a direção de D. Evangelina Monteiro de Barros, que, por sua “reconhecida competência” foi convidada para dirigir o novo Instituto Profissional Feminino.

A mudança para aquele endereço pode ser confirmada através do ofício datado de 10 de janeiro de 1902, do diretor geral de Instrução Pública Medeiros e Albuquerque ao prefeito do Distrito Federal comunicando que as chaves do prédio do sr. Barão de Itacurussá, onde funcionou o Instituto Profissional Feminino, foram entregues a eles em 27 de dezembro de 1901¹⁶.

No primeiro ano de gestão, em suas mensagens à Câmara, Pereira Passos já sinalizava para um reordenamento das despesas da Diretoria de Instrução Pública, visando, senão a extinção, ao menos a parcial substituição das escolas

¹⁵ Fonte: Arquivo Permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin.

¹⁶ Fonte: acervo do AGCRJ.

subvencionadas¹⁷ por unidades localizadas em prédios próprios da municipalidade, seguindo uma concepção arquitetônica adequada a seus fins pedagógicos e ao cenário urbano reformado. Conforme Mensagem à Câmara Municipal, de setembro de 1903, Passos informa apenas dispor de recursos para a manutenção de alguns colégios, entre eles o Instituto Profissional Feminino (Barros, p. 323)¹⁸ Entendido como uma “casa de caridade” que visa educar meninas necessitadas, as imagens do prédio do Instituto Profissional Feminino registram uma nova concepção de ensino de uma cidade que se pretende moderna em contraste com o atraso do período imperial, dentro do projeto de reestruturação do ensino primário e recuperação das crianças necessitadas, mesmo que não atenda a todo o contingente feminino nesta condição. Para Barros ao fazer a tomada de prédios escolares de nível primário, na primeira década do século XX, entre eles o do Instituto Profissional Feminino, em vários ângulos, Malta, em suas fotografias, desejava enfatizar aspectos significativos da arquitetura, enquanto reafirmadores da modernidade proposta pelo governo à sociedade.

Observamos nas imagens do prédio a sua amplitude, uma arquitetura arejada, majestosa e imponente, que se destaca no contexto da cidade, para abrigar “meninas desvalidas”. Apresenta aspectos como ventilação, iluminação, arejamento, circulação, limpeza e asseio, no prédio todo arborizado. Dormitório, lavatório, refeitório representando um ambiente saudável, varandas, quadras

¹⁷ Na época, as escolas primárias subvencionadas não tinham condições pedagógicas e higiênicas; os professores residiam na própria escola, sendo os seus donos. Pereira Passos entende que isso provoca prejuízos pedagógicos: por morar com sua família, a professora pode se descuidar dos misteres da docência; o tom doméstico dada à função do magistério pode levar o professor a considerar a escola patrimônio seu; interesses pessoais, como alterarem os levantamentos sobre matrículas, vagas e frequências em suas escolas, no intuito de serem favorecidos pela política que a municipalidade adotasse.

¹⁸ E também o Instituto Profissional Masculino, a Escola Modelo localizada na Praça Marechal Deodoro, a Escola Duque de Caxias, a Escola de Santa Cruz, a Escola Gávea e a Escola Benjamin Constant. (Mensagem do prefeito à Câmara Municipal, set. 1903, p.36 (Barros, p.323)

para a prática desportiva, visando à educação disciplinar do corpo, salas para as oficinas, pátio interno, jardim interno, grades e o grande portão de ferro da entrada principal do Instituto também são visíveis naquele cotidiano pedagógico assistencialista para a educação profissional das meninas.

Uma tomada frontal da fachada do prédio principal (**F-2**) registra acima do portão de ferro a denominação “Instituto Profissional Feminino” com grande destaque. Embora a fotografia faça parte do acervo do Museu da Imagem e do Som, trazendo no verso a seguinte inscrição “atual escola Orsina da Fonseca”, segundo Barros, essa imagem foi veiculada na forma de cartão-postal editado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em outra imagem (**F-3**), Malta destaca a vista lateral do prédio em profundidade. Embora sem data, afirmamos ser as fotografias anteriores a 1912. Em algumas imagens do prédio aparece “Instituto Profissional Feminino” e em outras “Instituto Orsina da Fonseca”. A diferença ocorre devido à homenagem feita à esposa do Presidente da República marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1911-1914). A Primeira Dama, após visita com o marido por ocasião de uma solenidade naquele estabelecimento de ensino, “se afeiçoara às meninas pobres”, em sua maioria órfãs, prestando-lhe assistência social, “dedicação e ternura”. Após a sua morte, em 1912, ao nome do Instituto foi acrescentado o de Orsina da Fonseca¹⁹.

Se por um lado encontramos registros de imagens do refeitório vazio, sem a presença das alunas, com longas mesas e bancos para as refeições, tendo pratos, talheres e copos à mostra como prova do ambiente e assistência oferecidos às

¹⁹ Fonte: Álbum Seriado da Exposição itinerante “A Escola de Outros Tempos”, organizada em 1995 pelo Centro de Memória da Educação e Dicionário Mulheres do Brasil, ver verbete Orsina Francione da Fonseca, p.461-2. Segundo o **Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: V e VI regiões administrativas**, de Paulo Berger, Orsina da Fonseca nasceu em Niterói, RJ, em 19 de dezembro de 1858 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 30 de novembro de 1912. O nome de Orsina da Fonseca também foi dado a uma rua no bairro da Gávea, pelo decreto n. 3.079, de 10 de julho de 1929. A antiga denominação de rua Vicente de Sousa não era reconhecida oficialmente. (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.89-90, 1994).

alunas naquele estabelecimento de ensino pelo poder municipal, por outro, uma outra imagem do refeitório (F-4) traz uma grande quantidade de alunas uniformizadas, sentadas à mesa de refeições, organizadas para o registro da imagem, mantendo as mãos cruzadas nas costas na mesma altura; parecem aguardar o final da fotografia ou a autorização do fotógrafo para se movimentar, pois todas olham em direção à câmara. Nela se destaca em sua maioria a presença de meninas de cor branca, porém pardas e negras aparecem, sugerindo a idéia de uma convivência harmônica entre os “diferentes”, não havendo discriminação em relação à cor naquele espaço educativo, considerando a recente “libertação dos escravos”. A tomada fotográfica visualiza a ordem, a disciplina, a limpeza, a higiene presentes naquele espaço de convivência coletiva. Um olhar mais atento observa que os pratos e copos estão vazios, porém dispostos de forma milimétrica sobre a mesa, com os devidos talheres. A foto foi preparada antes da refeição. Todas as alunas estão bem penteadas e usam o mesmo uniforme. No lado direito, amplas janelas e luminárias demonstrando ser o espaço arejado e claro, com a presença da luz elétrica. Embora sem data provavelmente é posterior a 1912, pois é a partir desse ano que ao nome do Instituto foi acrescentado o de Orsina da Fonseca, e a imagem traz grafada em sua superfície pelo fotógrafo essa denominação.

Outro ambiente vazio da presença humana, o lavatório (F-5), numa tomada de toda a sua extensão, sendo ele próprio o ator principal. Como signo de modernidade novamente a presença de luminárias elétricas dentro da escola. A iluminação indica que a eletricidade já chegou, não só ao Instituto, mas, e principalmente, à cidade. Embora não esteja datada pela inscrição na superfície da foto de “I. P. Feminino – lavatório – Rio”, acreditamos não ser anterior a 1906, pois é a partir deste ano que a Light se instala na cidade, viabilizando a iluminação pública nas ruas e nas escolas da capital, nem posterior a 1912, pelos motivos aludidos.

Sabemos que no Instituto, em período posterior, é lavada a roupa de

outras escolas, como se constata no ofício datado de 26 de abril de 1915, da Diretoria Geral de Instrução Pública, pelo diretor geral Azeredo Sodré, enviado à diretora da 2ª Escola Profissional Feminina Rivadavia Correa, fazendo o seguinte comunicado:

Comunico-vos, foram tomadas as providencias necessarias para que seja lavada a roupa dessa escola, no Instituto Profissional Orsina da Fonseca.

Saudacoes.

O Director Geral

A . Sodré²⁰

O ofício é sinalizador das atividades externas do Instituto. Porém não fica claro quem lava, as alunas como laboratório de aprendizagem ou o pessoal “subalterno”, conforme a legislação da época, que não encontramos nas imagens.

Mesmo que em 1911 o Instituto passe a funcionar também com regime de externato, a imagem do dormitório (F-6) demonstra o regime de internato do Instituto. De imensas dimensões, é outro ambiente que aparece vazio, sem a presença das alunas. Asseado, com camas alinhadas rigorosamente em fileiras dispostas lado a lado, todas na mesma posição, arrumadas, com colchão, lençol e travesseiros impecáveis, a imagem parece querer provar a existência e divulgar o ambiente. A quantidade de camas é significativa do aglomerado de meninas no mesmo espaço, com a provável intenção de um controle centralizado por parte dos agentes educativos do estabelecimento de ensino; parece indicar estar sob o mesmo olhar de vigilância, mostrando ordem no recinto coletivo de dormir. É arejado e iluminado, pois a tomada em profundidade permite-nos observar as amplas janelas e portas, que no momento do clique estão em sua maioria abertas, representando um ambiente saudável.

Embora as imagens nos sugiram que as meninas tenham sido sempre

²⁰Acervo do Arquivo da Escola Municipal Rivadavia Correa.

muito bem atendidas pela instrução pública naquela cidade, pelo menos no ensino profissional, e que melhoramentos foram feitos ao longo de sua existência, o número de vagas era insuficiente e suas instalações não vinham atendendo ao que se propunha. É significativo o Relatório da Instrução Pública, datado de 1909, referente ao ano de 1908, do diretor geral Leôncio Correa (1907-1909), na gestão do prefeito Francisco Marcelino de Souza Aguiar. Nesse relatório, com base no recenseamento de 1906, informa-se que a população escolar cresceu extraordinariamente de 1901 até aquele ano no Distrito Federal; modificações proporcionais de pessoal e material de ensino deviam ser consideradas, o que não vinha acontecendo, embora o pessoal docente tivesse aumentado, porém não na mesma proporção da frequência escolar. O Censo revela que apenas 20% da população infantil escolar era atendida pela instrução pública²¹. No ensino profissional especificamente aponta o Relatório em relação aos dois Institutos:

Os dois institutos profissionais mantidos pela municipalidade estão reclamando urgentemente uma reforma, desde o serviço de inspeção até a regularidade das aulas e a conveniente instalação das oficinas. Em ambos esses estabelecimentos há falta de espaço que comporte folgadoamente os internados.

Segundo o relato neste ano de 1908, no Instituto Profissional Masculino, cujo Regulamento fixa em 300 o número de alunos, os pedidos de admissão haviam subido para 400, se tornando impossível devido as acomodações; por outro lado, indica a necessidade de ampliação desse Instituto considerando ser

²¹ O recenseamento de 1906 apontou que no Distrito Federal, dos 811.433 habitantes, 436.453 eram do sexo masculino e 347.990 do sexo feminino, havendo pois uma desigualdade numérica entre os dois sexos. Conforme os graus de instrução, o recenseamento aponta os seguintes dados: do contingente de habitantes, 421.072 sabiam ler e escrever e 390.371 eram analfabetos; 260.941 homens sabiam ler e 202.512 eram analfabetos; das mulheres, 160.131 sabiam ler e escrever e 187.859 eram analfabetas. Em torno de 26% da população era de origem estrangeira.

preciso que a diretora fixasse moradia no prédio, atendendo a legislação vigente de 1902 e a melhoria das instalações das oficinas.

O edifício do Instituto Profissional Feminino precisa igualmente ser ampliado, de modo a comportar a residência da Directora, funcionaria que deve morar no estabelecimento para melhor exercer a necessária fiscalização e bem assim accomodar melhor as officinas, que actualmente se acham installadas em salas acanhadas [?] que mal comportam as aprendizas²².

Propõe adotar medidas necessárias que dependeriam do Poder Legislativo, sendo uma delas a criação de vagas para inspetores para os dois Institutos (masculino e feminino). No Instituto Feminino, esse serviço podia ser feito por ex-alumnas maiores de 17 annos, percebendo uma gratificação de 100\$ mensais, sendo estas indicadas pela diretora demonstrando o poder da mesma nessa Instituição educativa²³.

Outro Relatório significativo é o de Carneiro-Leão ao final de sua gestão frente a mesma Diretoria (1922-1926). No documento coloca a necessidade de uma reforma nos Institutos que lhes desse maior eficiência, uma organização mais perfeita, embora sua crítica recaia principalmente nos Institutos destinados ao sexo masculino. No caso do Instituto para o sexo feminino Orsina da Fonseca, segundo ele se encontrava instalado em boa casa, com terreno amplo, possuindo

²² Acervo AGCRJ.

²³ Para o Instituto Profissional Masculino, parte entre os ex-alunos e parte entre pessoas estranhas a casa. Isto porque, segundo o relatório do diretor Leôncio Correa “a guarda noturna das oficinas só pode ser eficazmente confiada a homens que tenham exacta compreensão da grande responsabilidade dessa inspecção. Devendo esse lugar de inspector ser criado comissionado, do qual o nomeado possa ser dispensado, uma vez traída a confiança nele depositada...” O diretor conclui o relatório pedindo melhorias para o Instituto, tais como: melhores salas e ensino literário e mais práticos.

uma direção zelosa, obtendo com isso bons resultados, expressos, por exemplo, nas exposições de fim de ano, que demonstravam o aproveitamento escolar das internas nas oficinas, registradas pelas lentes de Malta, como veremos mais adiante.

O referido relatório nos fornece uma visão das questões postas a essa instituição de ensino naquela década de 1920. O Instituto que era naquele momento:

... obrigado a receber crianças desde 5 anos, idade de Jardim de Infância, até 15, quando já deve estar terminado o curso complementar. Dahi a complexidade da direção desse estabelecimento e a impossibilidade de uma organização perfeita das suas classes.(...) as menores somente ao completarem dezoito anos serão compulsoriamente desligadas. Um estabelecimento com uma tal organização não pode ser recommendavel, sobretudo quando seria muito fácil a installação de internatos que, recebendo as crianças a partir de 6 anos, as entregassem ao Instituto Orsina aos 12. A criação de dois estabelecimentos desse gênero e de mais um outro igual ao Instituto Orsina da Fonseca é de esperar pudesse deixar a administração em condições de prestar assistência à educação a cerca de 1200 crianças do sexo feminino, que se perdem exploradas por creaturas inescrupulosas, quando não comprometidas pela miseria e pela tuberculose...(p.195-6).

Enfim, acreditava-se que mesmo com tais modificações nos Institutos, ainda não seriam atendidas metade “das solicitações de Paes indigentes e de protectores desesperados que nos procuram” (p. 231), ratificando mais uma vez a condição daquelas instituições educativas de receberem como clientela uma legião de “desfavorecidos” sociais, culturais e econômicos.

Com isso, observa-se que o Instituto Profissional Feminino era modelo de assistência à infância das meninas naquela sociedade carioca até essa década, sendo as imagens uma das formas de divulgação. As imagens do prédio do Instituto, além de serem transformadas em cartão-postal, como a (F-2), eram divulgadas em periódicos, como uma de 1912 da vista lateral do prédio publicada na **Brasilianisch Rundschau** (Revista Brasileira), da comunidade alemã, ano II, 5-6, maio-junho, com a seguinte descrição “As palmeiras do Jardim do IPF - Rua São Francisco Xavier”, como exemplo de uma das escolas primárias municipais no Rio de Janeiro do fotógrafo Malta, como constatamos em Barros(1997, figura 151, p. 459).

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: [1908?]
Pasta
127-O (1)
Cód. F- 009393

(F-2)

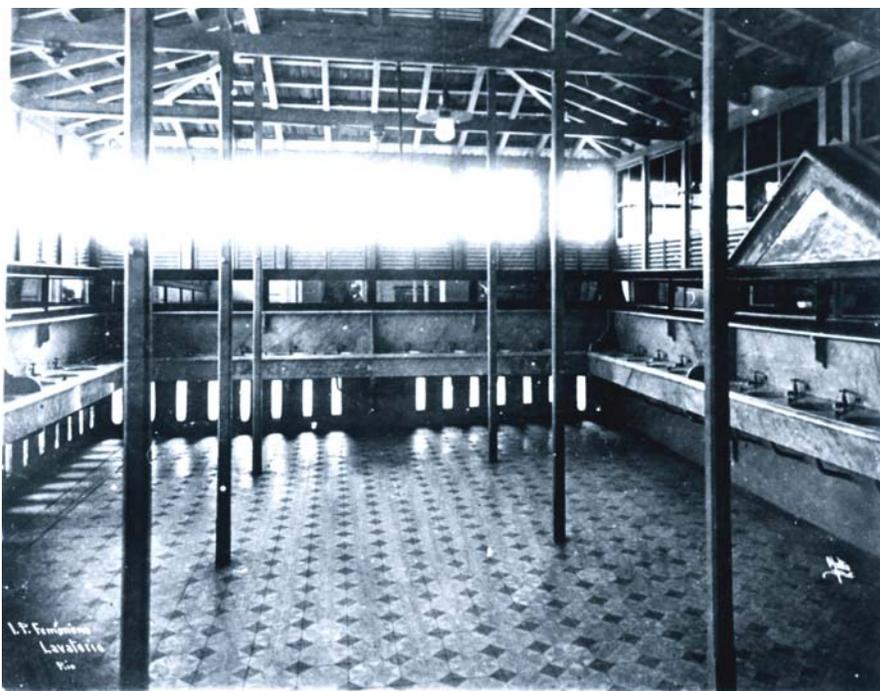
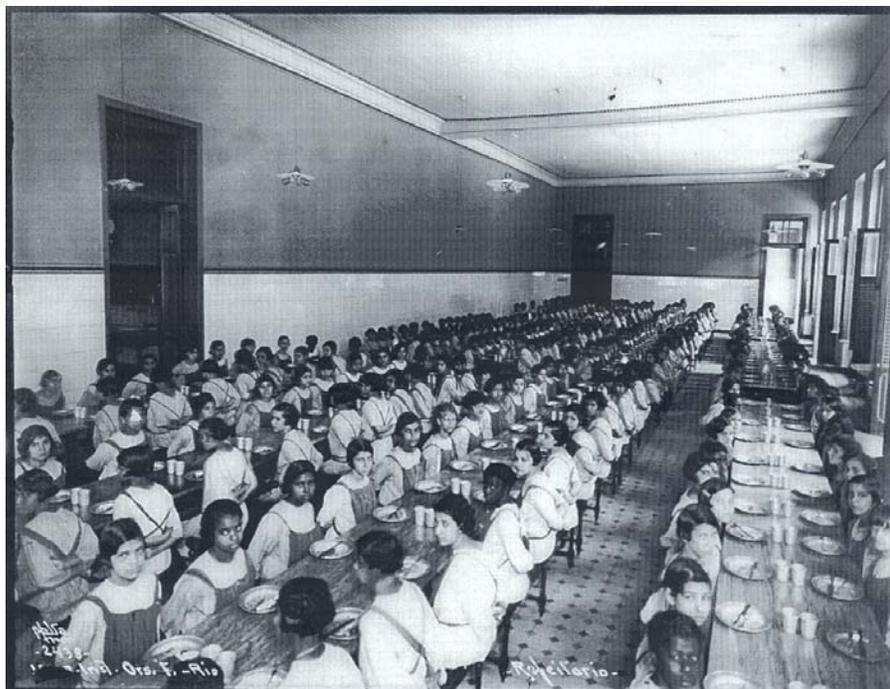


Acervo:MIS/RJ
Autor:Augusto
Malta
Data:[1908?]
Pasta
127-O (1)
Cód. F-009409

(F-3)

Acervo: AGCRJ
Autor: Augusto
Malta
Data: [1912?]
Cód. NV 0446

(F-4)



Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: [1910?]
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009382

(F-5)

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: [1910?]
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009381

(F-6)



2.4 Série oficinas e aulas

Como vimos, Passos visava transformar a cidade em um símbolo de progresso e modernidade. Em sua gestão, o espaço urbano da cidade foi totalmente remodelado, e novos hábitos e valores culturais foram trazidos à sociedade carioca aos moldes da belle époque, que foram se consolidando ao longo do tempo.

A construção da avenida Central na cidade do Rio de Janeiro, responsabilidade do governo Rodrigues Alves, tendo à frente como ministro da Viação e Obras Públicas Lauro Miller, foi uma das obras que deram o tom de progresso e modernidade ao Distrito Federal. O automóvel, a luz elétrica, o gás canalizado, a água em grande quantidade, o fonógrafo, o cinematógrafo e os grandes magazines, também são representativos. Em 1906, a Light and Power aqui se instala fornecendo luz elétrica, elemento fundamental para o parque industrial que se constituía (Rocha,1995).

Neste contexto, a moda feminina é também afetada. A moda de Paris invadia o guarda-roupa feminino. Conforme Luiz Edmundo, devido às reformas circulavam lado a lado nas ruas da cidade as damas da sociedade, as mulheres das camadas populares e as *cocottes*. A canção “Art Nouveau”, cantada por Baiano, em 1904/1905, é significativa, se referindo ao novo comportamento da mulher carioca, da qual destacamos alguns trechos da letra de autor desconhecido, como o refrão a seguir:

(...)

Pega no vestido de uma tal maneira
Como finalmente eu fazendo estou
E assim, a sorrir, a mexer, dizem todas
Tudo isso é “Art Nouveau.

(...)

Refrão

Se algumas a petulância
De tal ponto disfarçar
Só porque têm abundância
As saias deixam de usar
Compram nas lojas uns tais coletes
Que para frente puxando-as está
Uma fivela junto ao corpete
Usam ainda do lado de cá.

Refrão

Eu desejava somente
Que me dissessem agora
Como é que querem que a gente
Respeite qualquer senhora
Pois que já usam o mesmo decote
E os chapéus que parecem pitangas
A mesma coisa que usam as *cocottes*
A diferença é que não pode haver.

Disso são culpados os próprios maridos
Os tais parentes e até mesmo o avô
Em conseguir que elas usem tais vestidos
Feitos sempre em Art Nouveau. (Rocha, 1995, pp.100-101).

De acordo com o decreto n. 282, de 27 de fevereiro de 1902, o ensino profissional compreende os cursos elementar, médio e complementar das escolas primárias, devendo ser ensinado: Economia doméstica e trabalhos domésticos (lavanderia e culinária), estenografia e datilografia e higiene profissional; costura e tudo quanto a ela se relacione, “inclusive o corte de roupa branca e de cores”, cerzidura, aposição e justaposição de remendos, etc.; de bordado branco, matiz e ouro; de flores; ensino elementar. O ensino de arte compreende: desenho à mão livre, desenho geométrico aplicado às indústrias; música vocal e notação escrita, ginástica. O “curso de estudos” seria distribuído da seguinte maneira, em

número de horas: Ginástica - 6 horas; Aula primária - 12 horas; Desenho - 9 horas; Higiene profissional - 2 horas; Música - 5 horas; Economia doméstica - 2 horas; Estenografia e datilografia - 4 horas; Oficinas - 18 horas.

Não encontramos todas essas atividades registradas visualmente, porém foi possível, através do registro das imagens de Malta, visualizar no Instituto Profissional Feminino atividades exercidas pelas alunas nas Oficinas de coletes, costura e chapéus, bordados, flores, engomar, culinária, datilografia e lavanderia²⁴.

O fato é que na gênese dos Institutos fica determinado que em cada um haveria um cofre com duas chaves, uma em poder do diretor e a outra com o almoxarife. Neste cofre seriam guardados: a quantia recebida para ocorrer às despesas de pronto pagamento; o produto do trabalho executado nas oficinas; o produto das rendas diversas. Dessa forma, ao fim de cada trimestre, “o almoxarife entrará para os cofres municipais com a importância do produto das oficinas no mesmo semestre, deduzida a parte a que se refere o art. 71”. O referido artigo estipulava que quanto ao produto das oficinas seriam:

... deduzidos 30 por cento dos quaes 10 por cento serão applicados ao melhoramento das mesmas officinas, 10 por cento divididos proporcionalmente pelos mestres ou contramestres segundo o trabalho de cada uma das officinas e os restantes 10 por cento divididos proporcionalmente pelos alumnos das mesmas officinas.

A parte que compete aos alumnos será recolhida á Caixa Econômica; havendo no estabelecimento um

²⁴ O currículo caracterizava a diferença de ensino para um e outro sexo. No caso do Instituto Profissional Masculino, as oficinas eram as seguintes: carpintaria Instituto Profissional Masculino, marcenaria, entalhadura, tipografia, encadernação, alfaiataria, ferraria, latoagem, e sapataria. Cada oficina era dirigida por um mestre, assistido de tantos contramestres quantas eram as turmas de alunos operários. O estabelecimento oferecia os seguintes serviços: médico, enfermaria, farmácia, lavanderia.

'livro caixa', em que cada aluno tenha sua conta corrente, que será liquidada por ocasião da sua retirada.

Não sabemos se a indumentária feminina produzida pelas alunas podia ser adquirida por elas, ou se destinava apenas às outras moças das sociedades mais abastadas.

Imagens da época encontradas nos acervos mostram a atividade de comércio de chapéus e flores na cidade, tipo a loja que aparece na foto (F-7). Do acervo da FCRB é identificada como "tema: cidade/ Av. Central", s/ autoria, sem data, uma reprodução pertencente ao acervo do AGCRJ, com as mesmas dimensões das outras do acervo 18 x 24 cm. Na descrição se lê "Loja de chapéus e flores Mme. Rosenwald, n. 134 da Av. Central." Localizada num prédio de três andares, a tomada da fachada privilegia elementos como jornaleiro à direita, carroça de transporte, transeuntes.

Chapéus e flores eram produzidos pelas alunas nas oficinas. A imagem da "Off. de Chapéus", de 1910 (F-8) registra toda a extensão da sala com as alunas no ofício da produção de chapéus. A presença de duas mestras, uma no meio do grupo e outra no canto da sala, ao fundo demonstra a orientação dada. Nela, as meninas não denunciam a presença do fotógrafo. Luminárias e mobiliário fazem parte dos elementos envolvendo a imagem.

Na Oficina de flores, datada de 25 de [abril] de 1908 (F-9), as alunas aparecem sentadas, em sua maioria, desenvolvendo os trabalhos de confecção de flores, como se não tivessem percebido a presença do fotógrafo, porém esta presença é denunciada por três alunas em pé, duas delas olhando diretamente para a lente, uma mostrando um trabalho e a outra parada atrás de uma prensa sobre a mesa de madeira, usando o mesmo uniforme da oficina de datilografia.

A imagem da "Off. de Coletes" (F-10), tomada de frente em toda extensão da sala, registra as alunas frente a máquina de costura confeccionando coletes

sendo observadas por duas mestras. Duas delas consultam as mestras. Imagens da “Officina de Costura” são encontradas também nos acervos.

Na imagem da “Off. de engomar” (F-11), elementos como ferro a carvão na mão das alunas diante da tábua de passar roupa, são visualizados. Ela registra a aprendizagem desse ofício, sendo orientadas pela mestra.

Na lavanderia (F-12), registra-se uma multiplicidade de aprendizagem ocorrendo ao mesmo tempo: algumas alunas estão de costas lavando, outras expondo tecidos lavados, demonstrando asseio e capacidade de aprendizagem; outras torcem a roupa, todas sob o olhar vigilante da mestra. Usam um uniforme composto de vestido até os pés e chapéu na cabeça. Em outra imagem (F-13), elas aparecem na entrada da lavanderia torcendo um provável lençol numa bacia, em exposição para o registro do fotógrafo. Essa foi publicada como ilustração do período em que a escola era exclusivamente para o sexo feminino, no livro editado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, intitulado **Multieducação: Núcleo Curricular Básico**, de 1996; na introdução traz a seguinte identificação: “Instituto Profissional Feminino (1910), atual E. M. Orsina da Fonseca”.

Na aula de datilografia (F-14), observa-se na expressão das alunas a intencionalidade da foto, pois todas estão em pose, olhando diretamente para a câmera fotográfica, à espera do clique. Sentadas, num total de seis, e duas em pé, não sabemos se alunas ou mestras, pois todas trajam o mesmo uniforme, diante de suas máquinas de datilografar. Na mala de guardar a máquina observa-se a marca Oliver. O vestido é comprido, até os pés, o que nos leva a crer que, embora a imagem não esteja datada, o registro seja provavelmente da primeira década do século XX.

As atividades físicas incluíam aula de ginástica e outras atividades desportivas no pavilhão do recreio, tais como tênis e vôlei. Na aula de ginástica (F-15), uma grande turma de alunas em um dos pátios desenvolve exercícios físicos perfiladas uma ao lado da outra, demonstrando disciplina; na tomada em

profundidade, a professora não aparece, destacando-se a educação do corpo. As meninas aparecem vestidas com um uniforme abaixo dos joelhos, porém sua rigidez não chega aos sapatos, pois alguns são diferentes. A aula ocorre em uma quadra coberta, protegida do sol. A arborização do espaço escolar é evidente na imagem.

Uma outra imagem registra duas atividades do Instituto: em primeiro plano, uma atividade cultural, onde as alunas estão em um dos pátios vestidas de meninas e de meninos, representando os trajes típicos usados em determinada região, a qual no limite dessa pesquisa não conseguimos identificar. Este pátio serve também como quadra de vôlei; ao fundo da imagem observam-se meninas jogando e de uniforme próprio para a prática desportiva. Virada de costas para a câmera, entre as meninas, observa-se a figura da professora. Outras fotos dessa mesma chapa fotográfica aparecem no acervo como trajes típicos (F-16). Embora sem estarem datadas, acreditamos que essas imagens são anteriores a 1912, pois se trata do Instituto Profissional Feminino, sem a homenagem à primeira dama.

Uma outra imagem registra uma aula de tênis de quadra, em um dos pátios do Instituto, cuja indumentária das jogadoras/alunas se compõe de um vestido longo com avental (F-17). Sem indicação também de autoria, essa imagem traz em sua superfície a anotação: "Instituto P. Feminino - Lawn Tennis". Se considerarmos que Lawn quer dizer grama, é uma aula de jogo de tênis em quadra gramada. Na foto, aparecem dois pares de alunas, um de cada lado da rede, sendo observadas por outras na lateral da quadra, sendo seu entorno bastante arborizado.

O caráter de testemunho, divulgador e propagandista do ensino primário profissional na capital para meninas, através da imagem produzida por Malta, é considerável. Do Instituto imagens dessas oficinas mereceram veiculação em outro tipo documental – o cartão-postal, como a F-13 e a F-14. Nesse outro formato documental produzido para a venda, ou mesmo para a distribuição, as imagens circularam na sociedade carioca, e para além dela, de maneira incisiva,

sendo expostas e adquiridas como símbolo de progresso e civilidade social e educativa daquela sociedade (Barros, 1997, p.XXXI). Um cartão-postal só se justifica (afinal, ele vai circular pela cidade, pela sociedade, com valor de compra) para divulgar pontos turísticos e representativos do desenvolvimento e progresso de uma cidade. E o oferecimento de um modelo de educação “adequada” às meninas “desvalidas” pelo Estado se incluía neste progresso.

Um fato a destacar é que a imagem é possível de ser “interpretada” mesmo por aqueles que não dominam o código escrito oficial, porém independentemente desse domínio a imagem possibilita múltiplas leituras de caráter cultural, social, ideológico, simbólico, educativo, nos quais se insere o seu leitor. Das trazidas nesta série a F-7 e F-11 também foram publicadas no *Jornal do Brasil* de 29 de outubro de 1998, p. 3, por conta da comemoração do centenário dessa instituição educativa.

Nas imagens das oficinas, percebe-se a diversificação da indumentária utilizada pelas alunas de acordo com cada atividade desenvolvida por elas, ou melhor, nas imagens das oficinas e aulas podemos observar o uso de diferentes uniformes. O fato é que como uma Instituição educativa assistencialista, assim como os alunos do Instituto Profissional Masculino, as alunas do Instituto Profissional Feminino recebiam do governo vestuários e calçados sem restrições, “com a abundância que seria necessária, para poderem andar com a limpeza e decência precisas”.

Nos documentos encontrados no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, são significativos os pedidos de matrícula como o datado de 15 de fevereiro de 1899, onde uma “mãe de menina pobre” solicita ao prefeito que sua filha de 11 anos seja admitida no Instituto Profissional para o Sexo Feminino; e o de um pai funcionário municipal, datado de 26 de junho de 1903, para que sua filha, órfã de mãe, seja admitida no mesmo Instituto.

Podemos observar também na fala do professor João José Rodrigues Vieira: um Memorial de 1903 sobre a Escola Profissional, apresentado ao

Conselho Municipal, o professor é de opinião que embora a escola primária nada mais seja do que um cabide de emprego e inútil ao progresso nacional, da forma como se apresenta, isenta dessa situação os institutos profissionais masculino e feminino, pois para ele estes institutos, antes de serem escolas de educação, são casas de caridade, diferentemente das escolas primárias que pretendem também dar ensino profissional. Em suas palavras:

A escola primária profissional é a que educa por meio do trabalho inteligentemente aplicado. Sendo os alumnos que freqüentam as escolas publicas os futuros homens do trabalho manual, braçal ou de posições subordinadas, formam elles a massa popular correspondente a 90% da população. (p.7)

Nos livros contábeis datados dos exercícios de 1899-1909 do Instituto Profissional Feminino, podemos observar as compras realizadas para ele: comida, material de limpeza, feixes de linha, lasanha, macarrão, cebola, alho, massa de tomate, sapato, carne sem osso, bananas, material de Serviço da Enfermaria; máquina de escrever para aula de datilografia, talheres, caldeirão, cadeiras esmaltadas, fechadura para a porta, bacalhau, banha, açúcar refinado, carne seca, café²⁵.

No entanto, essa é uma condição que vai se modificando paulatinamente. O discurso encontrado no Relatório datado de 1903, apresentado pelo diretor geral de Instrução Pública Medeiros e Albuquerque (1901-1906) ao prefeito Pereira Passos, é sinalizador da questão. Segundo o Relator, reconhecendo a impossibilidade do governo continuar com essa assistência irrestrita, o antecessor do prefeito pensou em duas providências para resolver a questão: o de só fornecer roupas e calçados aos alunos comprovadamente pobres, na

²⁵ Fonte: acervo do AGCRJ.

proporção que o orçamento determinasse; e suprimir no Instituto Profissional Masculino as oficinas de alfaiate e sapateiro²⁶.

Corroborando esse pensamento Medeiros e Albuquerque se pronuncia da seguinte maneira:

O Instituto Profissional não é mais uma casa de caridade. Evidentemente ahi se educam de preferência os filhos de pessoas pobres, mas a pobreza não é a razão principal para a admissão. Assim, lá existem muitas que podem perfeitamente receber de suas famílias o enxoval modesto, exigido pelo Instituto. Este lhes dará casa, alimentação e educação. Não é muito portanto, o que se lhes pede.

Chama atenção que a medida proposta já está oficializada pela lei n. 890 de 22 de setembro de 1902, em seu art. 1º, parágrafo 2º determina que: " O fornecimento de roupa e calçado só se fará aos alumnos pobres, na proporção marcada no orçamento, sendo a todos em geral fornecida a alimentação." Se aplicado esse dispositivo, o número de alunos e alunas que teriam direito a receber vestuário e calçados estaria condicionado ao orçamento. Em relação ao Instituto Profissional Feminino, solicita autorização para expedir edital convidando as alunas (...) que não forem órfãos de pae e mãe ou, ao menos, de pae, a trazerem o enxoval necessário" ²⁷. Essa é uma questão que fica oculta na imagem.

²⁶ As oficinas citadas do Instituto Profissional Masculino, poderiam ser suprimidas, pois eram mal aparelhadas e serviam até o momento, de forma não satisfatória, para fornecer roupas e calçados aos alunos; além do mais não realizavam o fim educativo a que deviam ser destinadas, pois delas, em sua opinião, "não se sahia nunhum operário perfeito (...)"

²⁷ Relatório datado de 27 de janeiro de 1903.

Porém, a condição de ser uma instituição assistencialista e acolhedora dos mais necessitados se mantém até a década de 1920 constatado no Relatório final de mandato de Carneiro Leão na Diretoria de Instrução Pública. Ainda naquele momento, segundo o educador, em todo o Brasil a assistência à infância era ainda precária, sendo então um problema de todos os responsáveis pelos destinos da nação. No caso do Distrito Federal, segundo ele, o quadro era o seguinte: “As crianças miseráveis que encontramos perambulando pelas ruas, vendendo bilhetes ou jornaes, exploradas em ocupações domesticas e até indigentes constituem ainda multidão na nossa Capital” (1926, p.231). E para solucionar esse quadro até então existiam apenas os nossos Institutos Profissionais destinados a atender as “crianças mais miseráveis”, agravando-se a situação, tendo em vista que os existentes não podiam comportar o número crescente de crianças nas ruas da capital.

Esse aumento populacional indesejável propiciava a destruição individual do ser humano, mas sobretudo a destruição do bem-estar coletivo daquela sociedade que se queria moderna. Por isso, urge a necessidade de criação de mais institutos dessa natureza. Propõe, então, a criação de pelo menos mais dois Institutos Masculinos²⁸ e mais três Institutos Femininos.

No caso das meninas, o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca abrigava 350 meninas, ou seja, um aumento de 230 matrículas, considerando as 120 iniciais. Para ele, com a criação dos institutos propostos “seria possível atender á maior parte das criancinhas, desamparadas, que defínham e compromettem irremediavelmente o seu futuro e a futura harmonia social.” (p.195). Pois nos Institutos essas crianças completavam a sua instrução primária geral, recebiam uma instrução “técnica-industrial” fazendo a aprendizagem prática nas oficinas.

²⁸ A situação em 1926 era a seguinte: a Prefeitura “acolhia e educava” 850 menores nos Institutos Masculinos (João Alfredo, Ferreira Vianna, Escola Visconde de Mauá) .

Apesar disso, indo para 6 de dezembro de 1929, depois da Reforma Fernando de Azevedo, no mesmo pavilhão daquela aula de ginástica anterior a 1912, observamos uma outra aula mais moderna (**F-18**). Nela, aparece um grupo de alunas em aula, tendo a mestra à frente e embora dispostas com a mesma rigidez da foto anterior, apresentam um uniforme mais curto e confortável para a prática desportiva. No verso da foto, encontramos a seguinte anotação: “Carolina D’Artayett Braga com suas alumnas de gymnastica dos Cursos Anexo e Profissional do Instituto Orsina da Fonseca. Para botar na *Revista da Semana* á título de propaganda.”²⁹ Uma aula dentro dos pressupostos da Escola Nova. Isso sinaliza que o trabalho de divulgação das escolas femininas como uma realidade, através da imagem, junto à sociedade continua após os feitos da Reforma Fernando de Azevedo.

²⁹ No Brasil, é só em 1904 que equipamentos importados possibilitam as revistas ilustradas como **Careta, Ilustrada, Kosmos, Renascença**.

Acervo: Arquivo FCRB
Sem ident.de autoria
Data: s./d.
Cód. (419) (08)
Gav. Alb. 19.3.152

(F-7)





Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: 1910
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009396

(F-8)

Acervo: AGCRJ
Autor: Augusto
Malta
Data: 24 abr. 1908
Pasta 161
Cód. 647/02
Reprodução
fotográfica: Marco
Antonio Belandi

(F-9)





Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: [1910?]
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009386

(F-10)



Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: [1910]
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009400

(F-11)

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: [1908]
Pasta 127 O(1)
Cód. F- 009398

(F-12)

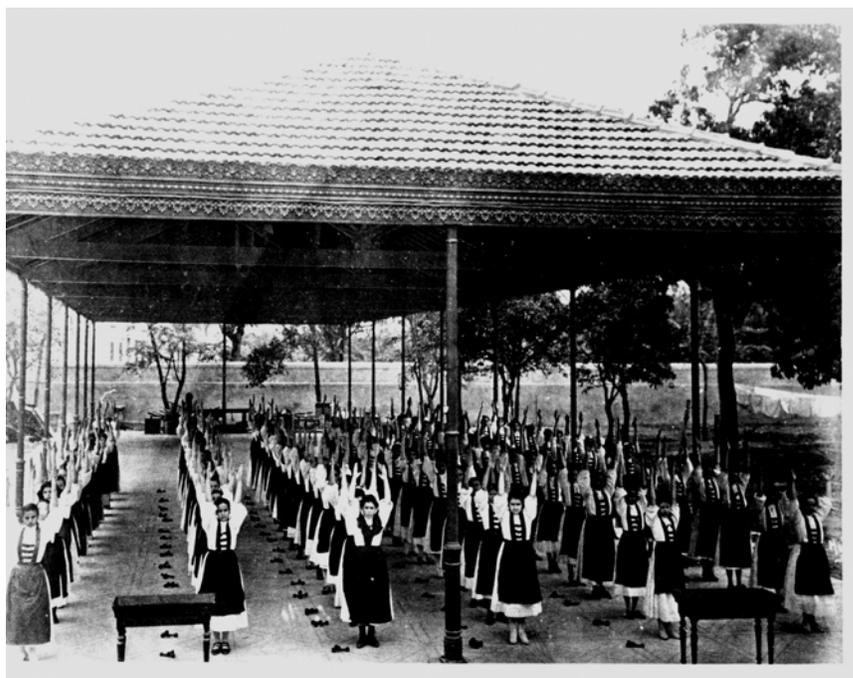


Foto: Augusto Malta
Data: 1910
Reprodução do livro
citado

(F-13)

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: [1916]
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009384

(F-14)



Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: s/d.
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009401

(F-15)

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: s/d.
Pasta 127 (2)
Cód. F- 009673

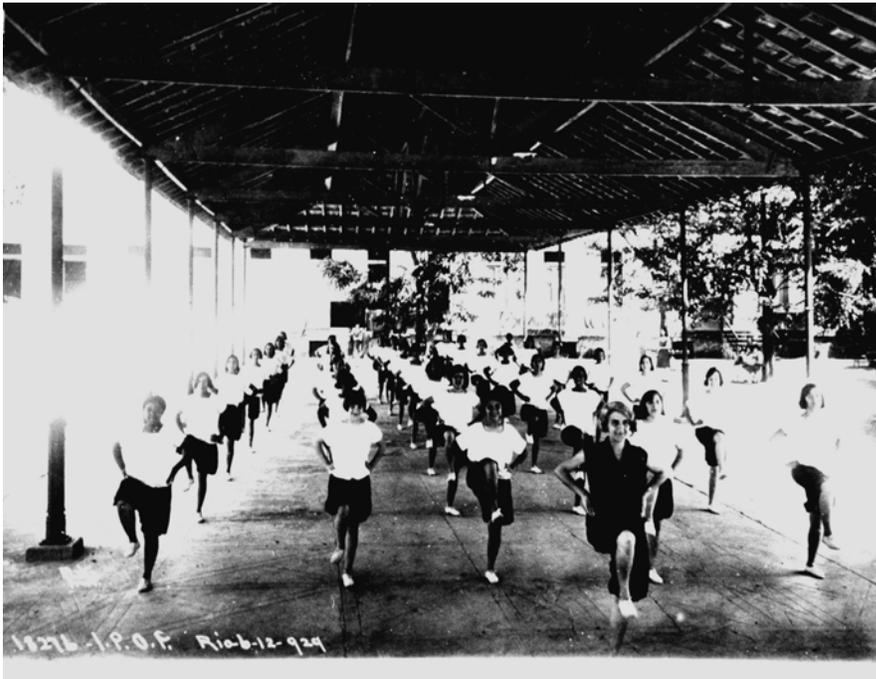
(F-16)



Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: s/d.
Pasta 127 O(1)
Cód. F- 009404

(F-17)





Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: 06 dez.1929
Pasta 127 (2)
Cód. F- 009665

(F-18)

2.5 Série grupo

Pela legislação vigente no nascedouro do Instituto Profissional Feminino, o seu corpo docente seria constituído de duas professoras primárias; dois auxiliares do ensino; um professor de economia doméstica; um professor de estenografia e datilografia; um professor de higiene; uma professora de música; um professor de desenho.

Conforme o artigo 83 do decreto n. 282, de 27 de fevereiro de 1902, os lugares de professores e auxiliares do ensino do Instituto seriam providos por normalistas que no ano anterior serviram em divisões de turmas de aulas de Ciências e Artes, cabendo às diplomadas o lugar de professoras e para as não diplomadas os de auxiliares. O professor de higiene ocuparia também a função de médico no Instituto Masculino. E mais, seis mestras de oficinas.

Quanto ao pessoal administrativo: uma diretora que deveria morar no estabelecimento, o que, pelos documentos consultados, não ocorreu como vimos pelo Relatório de 1908, que a diretora ainda não tinha casa no prédio; e ainda na década de 20 Carneiro-Leão reclamava a falta dessa moradia para uma melhor vigilância das alunas. O Instituto deveria possuir também uma subdiretora; uma secretária; uma ecônoma; uma porteira. A secretária seria designada, pelo Diretor Geral, entre as professoras adjuntas efetivas ou estagiárias. Este lugar seria ocupado por cargo em comissão, sem acréscimo de salário. Diferentemente, no Instituto Profissional Masculino, a função de secretário constituiria cargo especial e com vencimentos estipulados.

E o que se considerava o “pessoal subalterno”: uma enfermeira; uma roupeira; uma cozinheira; uma ajudante; duas lavadeiras; uma engomadeira; três serventes; um jardineiro. Assim, as alunas estariam bem atendidas naquela Instituição.

Considerando as condições iniciais do Instituto já descritas antes, as imagens de Malta não nos revelam todo esse pessoal, embora não nos tenha sido

possível no tempo da nossa pesquisa identificar todos os personagens destacados nas imagens.

O fotógrafo nos revela com suas lentes os registros em grupo de alunas professoras, com a constante presença da diretora ao centro da imagem em tomada frontal, de modo a que se perceba o contingente humano presente no Instituto e a autoridade daquela. Não percebemos a presença de pais ou responsáveis, embora alguns personagens retratados pudessem ser eles ou mesmo autoridades em visita à instituição **(F-19)**, como a de 11 de dezembro de 1909, onde o fotógrafo registra as alunas sentadas lado a lado com uma indumentária comum, vestido e touca na cabeça, variando o tipo de calçado; das mais novas são claros e, das mais velhas são escuros. Na fileira atrás, as professoras em pé do lado esquerdo, portando chapéus e vestidos das senhoras da época, impecáveis, em consonância com as senhoras das sociedade carioca; mais ao centro a diretora e, do seu lado direito, homens, talvez autoridades em visita ao Instituto. Percebe-se na disposição dos personagens na imagem uma certa hierarquia nos papéis desempenhados por cada um: alunas, professoras, diretora (autoridade máxima dentro do Instituto) e as autoridades externas. Observa-se meninas menores do lado esquerdo com outro tipo de roupa e enfeite no cabelo, todas bem cuidadas, limpas, asseadas.

No acervo do MIS, encontramos uma foto de 1910 identificada como sendo do corpo docente do Instituto. Na superfície da foto, podemos ler a identificação de Malta como o fotógrafo, o ano e o local da imagem “Inst. P. Feminino” **(F-20)**. As mestras aparecem dispostas perfiladas lado a lado, sentadas e em pé, na frente do prédio, de modo, que todas fossem inseridas na imagem. Observamos mais para a direita na fileira mais alta uma mais idosa - a Diretora. O detalhe a destacar é que essa mesma foto aparece no Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa identificada como reprodução do original do acervo do AGCRJ com a seguinte descrição: “grupo de senhoras da sociedade” **(F-21)**.

Na foto mais antiga que podemos resgatar, datada de 19 de fevereiro de 1902 (F-22), a imagem feita em tomada frontal registra em uma das varandas do Instituto um grande grupo de alunas dispostas lado a lado, em pose para o fotógrafo Malta. Na foto, podemos verificar meninas pequenas e outras já adolescentes variando a faixa etária das alunas do Instituto. A idade de admissão das internas, ao longo de sua história, variou na faixa de 5 a 15 anos. Bem no centro da imagem, há uma senhora com uma indumentária diferente, novamente a diretora. O Instituto era administrado por senhoras leigas e religiosas. A foto privilegia em toda a sua extensão a presença das meninas “necessitadas” naquela instituição educativa.

Em outra imagem, de 7 de dezembro de 1905 (F-23), aparece um grupo menor de alunas de frente organizadas para a foto na escadaria da porta de entrada do Instituto, com o uniforme, um vestido comprido até o pé, conforme a de 1902. Com o tempo, os uniformes foram encurtando, como podemos visualizar na (F-24) de [1] de dezembro de 1926, onde as alunas aparecem com um uniforme mais curto e com meias inteiras, acompanhando as tendências da moda feminina que foi se modificando ao longo do tempo. Dispostas lado a lado e em filas em formação, o primeiro grupo sentado e os demais, atrás, em pé, no pátio do Instituto.

Na imagem (F-25) vemos um grupo de alunas uniformizadas, reunidas na varanda da Escola Orsina da Fonseca, deixando aparecer também a fachada lateral da escola e seu pátio arborizado. Pelo uniforme, e em contraste com outras fotos, é posterior a 1912, pois outro detalhe é que aparece como Orsina da Fonseca. Nela observamos crianças menores e adolescentes, conforme a faixa etária atendida pela Instituição.

Muitas dessas imagens em grupo também viraram cartão-postal, como as do tipo (F-26). A imagem de novembro de 1910 traz as alunas no pátio do Instituto, dando destaque ao grande grupo, organizadas em sentido vertical, algumas na parte inferior e outras num plano superior, na varanda, de modo que

todo o grupo fosse alvo da lente do fotógrafo demonstrando a “imensidão” numérica de alunas atendidas naquela instituição. À esquerda da imagem, a presença da autoridade da professora observando as meninas.

Destacamos que essas imagens, além de valorizar os personagens centrais do Instituto, alunas, professoras e diretora, procuram valorizar também as instalações externas, pois foram produzidas sempre em pátios e varandas, demonstrando amplo ambiente que as abrigam. Apesar das críticas feitas ao Instituto, ele estava muito bem instalado, considerando a totalidade das escolas primárias ainda em precárias condições, por isso seu caráter divulgador por parte do Estado dentro de um projeto de educação para o sexo feminino que vinha dando certo para os olhos daquele. A formação naquele Instituto profissional para “meninas necessitadas” contemplava preferencialmente as atividades domésticas, de confecção de indumentária feminina, de trabalhos manuais, registradas pelas lentes de Malta, de acordo com a concepção do papel da mulher e suas habilidades no lar e no trabalho naquela sociedade.

Pelo decreto n. 1066 de 19 de abril de 1916, que regulamentava o ensino profissional, ficou instituído que o “Instituto Profissional Orsina da Fonseca seria transformado em um externato profissional”, sendo excluídas as internas maiores de 18 anos. As alunas excluídas nestas condições teriam “preferência para a admissão a matrícula nos externatos profissionaes”. Observamos aqui que a idade máxima para a matrícula era de 15 anos, permanecendo a aluna até 18 anos.

No livro de matrícula das alunas externas do curso Profissional do Instituto Profissional Orsina da Fonseca, de 1916, encontra-se o seguinte termo de abertura:

Servira este livro para a matrícula das alumnas externas do
Curso Profissional.
Instituto Profissional “Orsina da Fonseca”.
Em 11 de julho de 1916.

A directora “interina”.
Andrea Borges Costa³⁰

Neste ano, é criado no Instituto Feminino o curso Comercial, funcionando como externato, sendo ali aproveitadas as professoras que prestavam seus serviços na Casa de São José.

A Lei n.1997 de setembro de 1918, do Conselho Municipal, autoriza a separação entre o Internato e o Externato, regulamentada pelo decreto n. 1266, de 28 de setembro de 1918. Tendo cada um autonomia, a subdivisão da diretoria fica assim constituída: para o internato, Amália da Silva Quintas, e para o externato, Andréia Borges da Costa, sempre presente nas imagens, é confirmada na função (permanecendo como diretora até 1940).

Funcionando ambos no mesmo edifício, o externato passa a se denominar Externato do Instituto Orsina da Fonseca, destinado exclusivamente ao sexo feminino e oferecendo os cursos Profissional e Comercial. Em 1919, esse externato se desvincula do Instituto, ganhando vida própria, passando a denominar-se Escola Profissional Paulo de Frontin, da qual falaremos no capítulo três.

Dessa maneira, sofrendo modificações pedagógicas, estruturais e de funcionamento ao longo do tempo, de fato em sua trajetória o Instituto não atendeu à totalidade da população feminina, nem para as atividades do lar doméstico, nem para o mercado de trabalho feminino que se constituía desejo de uma mão-de-obra mais preparada para as atividades, diante das novas técnicas surgidas. O número de vagas oferecido era muito inferior ao contingente necessitado da população feminina da cidade que precisava ser atendida por essa Instituição, pelo menos até o término da gestão de Carneiro Leão, que reclama mais abertura de novas instituições congêneres, como vimos neste capítulo.

³⁰ Fonte: Arquivo Permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin.

Em 1928, por conta da Reforma Fernando de Azevedo³¹, é dada uma nova orientação às escolas profissionais femininas. Tendo por base o ideário escolanovista³², a Reforma tinha como propósito aperfeiçoar o funcionamento de todo o sistema escolar do Distrito Federal; para isso, foram reestruturadas as instituições escolares existentes nos seus aspectos interno e externo, e novas instituições foram criadas (Nagle, 1974, p. 199). Como reflexo da referida Reforma, na década de 1930, o Instituto passa a denominar-se Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca. Manteve-se como escola exclusivamente para o sexo feminino até os anos 60, como “internato profissionalizante, com atividades como datilografia e ginástica”. “Até o fim dos anos 60, a escola era tradicional e disputadíssima pelas adolescentes, cujas famílias tinham, na maioria, baixo poder aquisitivo.”³³ Nesta década, foi extinto o internato, passando a ser escola mista, ou seja, para ambos os sexos, com a denominação de Ginásio Estadual

³¹ A Reforma definiu os novos ideais da escolarização no Distrito Federal, tanto de natureza pedagógica quanto de natureza social. São modificadas instituições escolares, níveis e tipos de ensino, programas, métodos e técnicas de ensinar-aprender, a arquitetura escolar, os serviços educacionais. São três os princípios orientadores da reorganização: “o da ‘escola-comunidade’, o da ‘escola única’ e o da ‘escola do trabalho’, sinteticamente, o princípio da escola socializada...” Os ideais de ordem pedagógica - “interligados com os de ordem social de modo a formar um só sistema” - são os da “Escola Nova”, tendo como referência as obras de Durkheim, Kerschensteiner, Dewey, Decroly, Claparède, entre outros. A intenção era “criar instituições escolares em que se realizassem os princípios da ‘atividade investigadora e experimental do aluno’, do respeito pelas ‘leis do desenvolvimento mental da criança’, do ‘exercício normal do trabalho em cooperação’, do ‘self-government’ e outros fins”. (Cf. Nagle, 1974, p. 199).

³² Podemos dizer que Carneiro Leão (1922-1926) iniciou o movimento de modernização escolar, Escola Nova, seguido por Fernando de Azevedo (1928-1931) e Anísio Teixeira (1931-1935). Portanto, é na década de 1920 que o ideário escolanovista ganha relevância, fruto de uma onda estrangeira vinda do final do século XIX, dos países europeus e americano do norte. Por um lado, se faz presente o “entusiasmo pela educação”, caracterizado pela alteração de um ou outro aspecto do processo educativo; reformista, pressupõe a substituição de um modelo curricular “humanista” para um outro de natureza “científica”. Por outro lado, o “otimismo pedagógico”, caracterizado pela crença nas virtudes de novos modelos de educação; é a substituição de um modelo por outro. Essa introdução sistemática preconiza a disputa entre um modelo entendido como tradicional e atrasado de escola e o modelo da “Escola Nova”. Para Nagle (1974) sua forma acabada só aparece em 1927, que no Rio de Janeiro culmina com a Reforma Fernando de Azevedo.

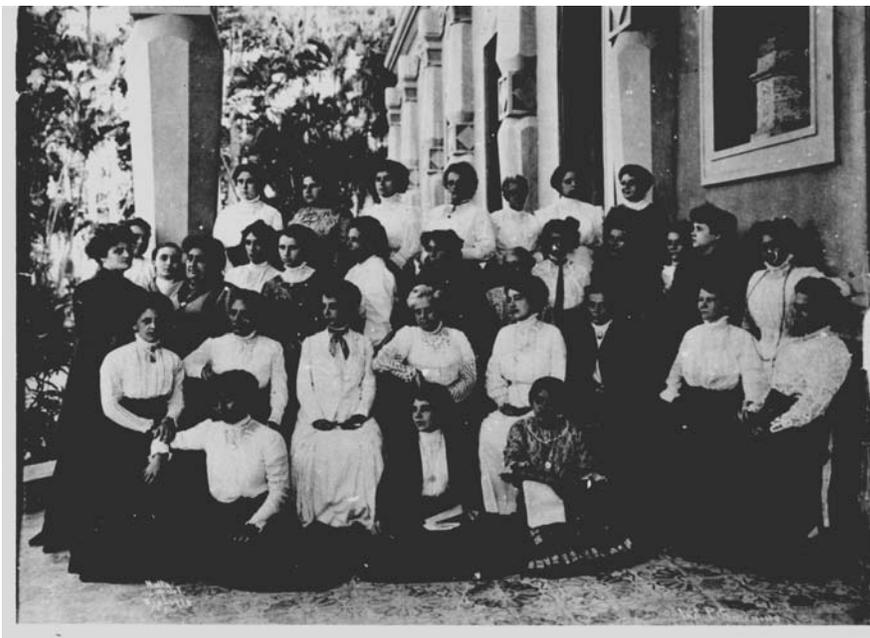
³³ Conforme reportagem do **Jornal do Brasil** de 29 de outubro de 1998, p. 3, intitulada “Colégio Orsina da Fonseca faz 100 anos”.

Orsina da Fonseca. Em 1967, é instituído o curso Colegial e inaugurado um novo prédio³⁴. Dona Ivone Lara como aluna e Lucília Villa-Lobos como professora de música são duas personalidades que passaram pela escola³⁵.

³⁴ Fonte: Centro de Memória da Educação do Departamento Geral de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Anotações foram transcritas do Álbum Seriado apresentado na exposição itinerante “A Escola de Outros Tempos”, em julho de 1995.

³⁵ Em 1975, depois da fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, recebe a denominação de Escola Municipal Orsina da Fonseca. Atualmente, oferece o Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries, em dois turnos. À noite a escola atende alunos do Curso Supletivo da rede estadual de ensino.

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: 11 dez.1909
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009392
(F-19)

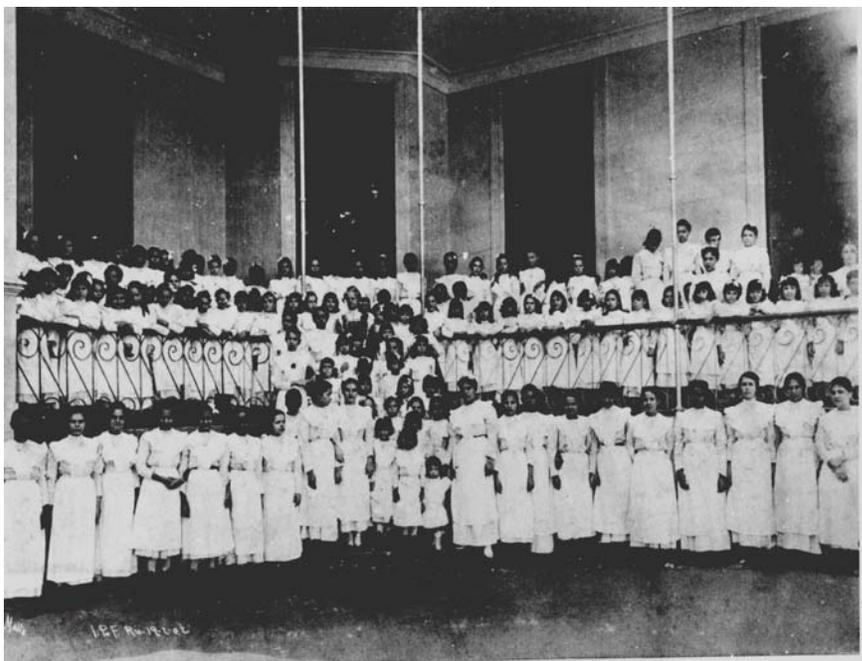


Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: 1910
Pasta 127 O (1)
Cód. F- 009411

(F-20)

Acervo: FCRB
Autor: Augusto
Malta
Data: 1910
Tema: lazer e
cultura/Passeios e
pontos pitorescos
Reprodução do
acervo AMRJ
Cód. 323 (534)

(F-21)

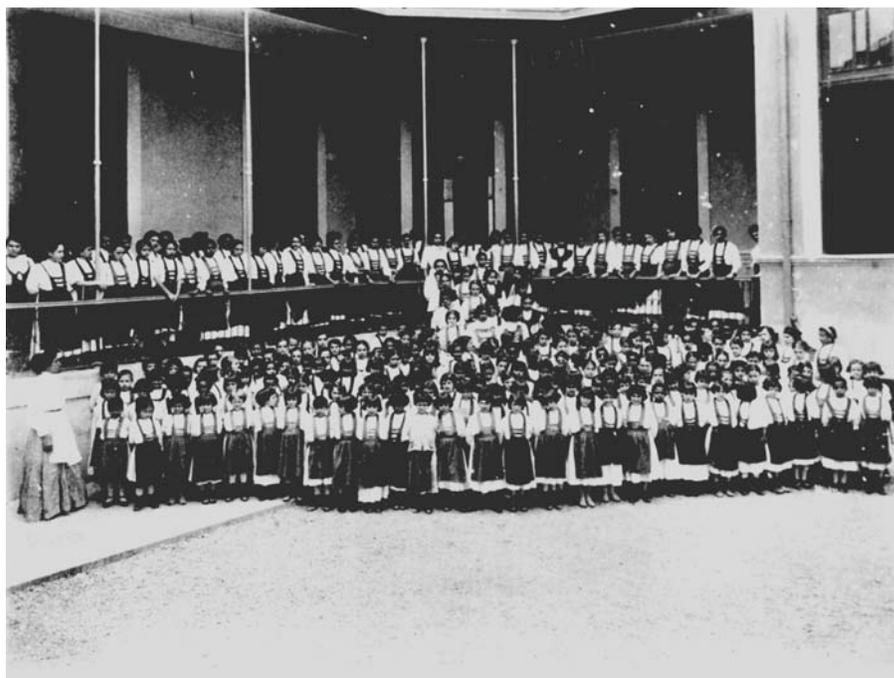


Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: 19 fev. 1902
Pasta 127 O (1)
Cód. F-009403

(F-22)

Acervo: AGCRJ
Autor: Augusto
Malta
Data: s/d.
Cód. NV 447

(F-25)



Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: nov. 1910
Pasta 127 O (1)
Cód. F-009405

(F-26)

CAPÍTULO III

IMAGENS DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA

Nesse capítulo, discutiremos os motivos das imagens da Escola Profissional para o sexo feminino detectadas pela pesquisa. Constatamos que das três escolas surgidas a partir do decreto de 1911, estudadas por nós, a que mereceu o maior número de registro imagético por parte de Augusto Malta foi a Rivadavia Correa. O porquê dessa prevalência era a pergunta. A imagem mais antiga que recuperamos é de 1904, registrando o prédio dessa escola quando ainda ocupado pela Escola Normal; prédio que foi adaptado posteriormente para se instalar a então denominada 2ª Escola Profissional Feminina.

Antes das imagens propriamente ditas se faz necessário trazeremos alguns dados, de modo a situarmos os motivos e o contexto de sua criação, para melhor se entender os motivos das imagens. Assim como as imagens do Instituto Profissional Feminino, as imagens da Escola Profissional, de nível primário, produzidas por Malta, se inserem, naquele momento, como prova de um modelo de educação profissional para o sexo feminino, dentro do projeto modernizador da cidade. O ensino profissional, oferecido às meninas pobres e de classe média baixa da capital e do país nos moldes dos países civilizados, visando ao trabalho no lar, seja enquanto dona-de-casa ou mesmo como empregada doméstica especializada, na indústria e no comércio, aqui se apresenta como parte das ações do Estado no que se refere a educação.

Afonso Costa, em seu **O ensino e a minha attitude na Camara dos Deputados**, faz o seguinte pronunciamento, em 1907:

... o século XIX foi denominado na Europa o século da instrução primária! (...) Nós brasileiros, que contamos uma população formada de elementos saídos da ignorância das senzallas e dos viciosos e desgraçados costumes das 'fazendas' do sul e dos 'engenhos' do norte, allí mesclados por laivos de uma imigração trazida a granel e sem escolha, nos devemos compenetrar de necessidade absoluta, imperiosa, de erguer as camadas populares, que se vão formando, da ignorância degradante em que se debatem. (pp.8-9)

Para ele, naquele momento, éramos um povo essencialmente industrial, habitando uma região onde a indústria manufatureira era o principal campo para a grande massa das atividades, por isso não se podia pensar um programa de sua educação nos moldes de uma nação essencialmente agrícola .

O projeto republicano visava tirar a massa ignara do atraso deixado pelo antigo regime, segundo seus ideólogos. Nesse entendimento, a educação, principalmente a instrução primária, se faz essencial. Nesse nível de instrução o ensino profissional é pensado para ser oferecido às classes menos favorecidas considerando a descentralização do ensino trazido pela República que resulta num sistema educacional sem unidade. Nesse caminho, às classes populares, o ensino primário, normal e técnico-profissional e à elite, o ensino secundário e superior. Assim, esse hiato sócio-educacional provindo do Império se mantém no novo regime, no dizer de Saffioti:

O hiato entre a rede primária de ensino e a instrução superior já implantado no Império (...) Justapunham-se, sem ligação vertical, o sistema primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o sistema secundário e superior de outro. Constituindo o primeiro o sistema de educação popular e o segundo o sistema de educação da elite... (Saffioti, 1979, p. 214).

Segundo a mesma autora, como a República não apresentava um projeto educacional orgânico e integrado de cunho nacional, assentado no princípio da laicidade de ensino instituído na Constituição, duas conseqüências se apresentavam: a dominação católica na educação e o hiato entre os dois sistemas escolares acima especificado (Saffioti, 1979, p.216).

Quanto à educação feminina, os liberais clássicos do Império defendiam uma educação voltada para o desempenho de suas funções de esposa e mãe, o que não mudou de imediato com o novo regime, porém a necessidade de progresso traz aos poucos a mulher de casa para a rua, embora de forma lenta e tímida (Araújo, 1993, p.70 e ss.).

No que tange à escolarização, inicialmente, não era a forma mais comum para os avanços intelectuais da mulher, mesmo as das classes mais abastadas. Nas primeiras décadas da República, paralelo à existência de algumas instituições educativas destinadas à educação das meninas, mantinha o mesmo hábito do Império, as moças das classes mais abastadas aprendiam em casa.

A escolarização, entretanto, não era o caminho mais amplamente utilizado, mesmo nas classes abastadas, para os avanços intelectuais da mulher no período. A leitura, sim, hábito exercido no espaço doméstico, não enfrentava as objeções sistemáticas dos conservadores. As mulheres liam principalmente romances e revistas, de preferência franceses, já que o francês era uma língua familiar para as elites, sendo mais raras as referências a jornais." (Id., Ibid., p. 72)

Tendo como fonte uma carta do arquivo pessoal de Américo Jacobina Lacombe, datada de 1º de fevereiro de 1920, (*sic*) afirma Araújo: "há mulheres que ampliaram seu conhecimento lendo em casa, estudando sozinhas, tendo inclusive

contato com a produção científica de caráter acadêmico.” Na carta, a mãe menciona ter encontrado exemplares da *Revista dos Annalles*, que envia à filha, “pois sabe que esta iria apreciá-las” (Id., Ibid., p.73).

Conforme Escragnolle Doria, em seu *Antigos colégios cariocas*, ainda no império, em 1849, funcionaram no Rio de Janeiro 45 colégios particulares para sexo feminino, “preparando o sexo tido por frágil para futuros lares e usos de sociedade”. Nestes colégios as moças aprendiam vários idiomas, ciências e belas-artes, de acordo com os programas de ensino da época. Esses colégios eram dirigidos por várias senhoras e destinados a moças de famílias abastadas.

Na linha assistencialista, quanto à educação feminina por parte do poder, para a população negra, em 1884 foi criado, no município da Corte, o Externato de Ingênuos¹ para meninas, que teve vida efêmera.

A Municipalidade criou uma escola para receber unicamente ingênuos, o que logrou aprovação do governo Imperial, conforme decreto n. 9.214, de 24 de maio de 1884. Esse externato chamou-se “Escola Isabel” em homenagem a Princesa Isabel. Nesse estabelecimento receberiam as educandas a instrução elementar e aprenderiam as prendas femininas que as habilitassem aos trabalhos no lar doméstico. As alunas ficavam distribuídas em duas seções distintas: a das maiores e a das menores. Estas freqüentariam as aulas do curso elementar e das de costura; aquelas aprenderiam os demais trabalhos do programa. Embora com visão de ensino (para a época), essa escola teve vida efêmera e ao se findar o ano de sua fundação também se fechou”. (Freitas, 1954, p.298).

¹ No Brasil, após a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 o filho de escravo nascido após a referida lei era denominado de ingênuo - designação tirada do Direito Romano.

Quanto às mulheres das classes desfavorecidas, em nível oficial o debate girava em torno da educação para o trabalho, para a qualificação da mão-de-obra feminina. Conforme Sud. Mennucci, ainda no império, em 1874, um projeto debatido na Câmara dos Deputados de reorganização do ensino primário, quanto ao ensino no município da Corte, propõe que o governo poderá, entre outras iniciativas no que se refere à educação feminina “Instituir ‘escolas de trabalho para o sexo feminino...”(1932, p.151). Posto em debate, em 1875, Cunha Figueiredo Junior (pernambucano) argumenta que embora não seja contrário ao trabalho profissional das mulheres que dele necessitam, considera ser um dispêndio aos cofres públicos a criação de escola de trabalho para o sexo feminino, pois as mulheres já trabalhavam sem precisar dessa formação específica.

Ao trabalho profissional podem aplicar-se as mulheres que deles necessitam, visto que há nas fabricas, oficinas e estabelecimentos particulares, onde elas exerçam diversos officios e [?], sem ser necessario a criação de escolas, com aumento da despesa publica... (Id., Ibid, p.159)

Conforme Cunha (2000), o decreto n. 1.313, de 17 de janeiro de 1891, proibia o trabalho de menores de 12 anos de ambos os sexos, nas fábricas do Distrito Federal. Exceção para tecelagens, que podiam empregar crianças de ambos os sexos de 8 a 12 anos, a título de aprendizagem, com tempo de trabalho limitado a 3 ou 4 horas diárias. As meninas de 12 a 15 anos e os meninos de 12 a 14 só poderiam trabalhar 7 horas por dia e nunca mais de 4 horas consecutivas. Para todos era proibido o trabalho noturno, assim como nos domingos e feriados nacionais, mesmo que fosse para limpar as oficinas.

Um projeto sobre o ensino prático industrial, agrícola e comercial, na sessão de 17 de dezembro de 1906 solicita do Congresso Nacional para cumprimento do art. 35, §2º, da Constituição, que lhe incumbe, embora não privativamente, estimular em

todo o país, as indústrias, a agricultura e o comércio. Quanto aos Institutos Profissionais [masculino e feminino], propõe que em cada Estado sejam criados ou subvencionados, também em número correspondente á população, os institutos profissionais de ensino prático elementar de comércio e indústria, com cursos nos períodos diurnos e noturnos. Também cursos de ensino prático e elementar de agricultura e escolas de serviços doméstico, além de internatos de ensino prático industrial e agrícola para menores desamparados e viciosos. No artigo 6º propõe que os cursos de ensino elementar de indústria devem possuir duas divisões: uma preparatória outra técnica. As disciplinas das mencionadas cadeiras deverão ser gradativa e metodicamente distribuídas em séries, da seguinte forma: a seção de aprendizagem compreenderá:

- **Para homens:** oficinas de carpintaria, marcenaria, torneiro de madeira, entalhador, escultura em gesso, madeira e pedra fundida, fundição de metais, tipografia, litografia, gravura em pedra, gravura em madeira, serralheiro, modelagem, torneiro de metais, instrumentos de precisão.
- **Para mulheres:** oficinas de tipografia, litografia e gravura, relojoaria, telégrafos e correios, papelaria, fabricação de vidros, preparo de tecidos.

Seriam admitidos candidatos de ambos os sexos, com mais de 14 anos. Para cada um dos alunos que trabalhar com assiduidade nas oficinas se formará um pecúlio, conforme as disposições relativas aos internatos de ensino profissional de menores desamparados como os Institutos masculino e feminino.

Quanto às escolas de serviço doméstico, estipula que terão duas divisões: uma preparatória e outra técnica. Na preparatória, será dado o ensino de instrução primária e elementar; a técnica será composta de duas seções: uma de estudos e outra de aprendizagem. Neste tipo de escola só poderão matricular-se indivíduos do sexo feminino que tenham mais de 12 anos e o ensino será gratuito. A seção de estudos

será composta de: elementos de química orgânica e inorgânica aplicáveis aos serviços domésticos, noções de escrituração mercantil, aritmética prática. Já a Seção de aprendizagem será composta de: oficinas de costura, corte de vestidos, cozinha, lavagem e engomado de roupas.

Segundo Ciavatta, a introdução do trabalho na escola visando a uma preparação profissional está, desde os primórdios, associada à educação elementar das classes menos favorecidas, populares. A introdução do trabalho na atividade escolar é discutida e introduzida nas primeiras décadas do século vinte, se estendendo até a década de 30 em torno da idéia da “escola do trabalho” (1993, p.11) Embora a atividade agrícola ainda fosse preponderante, a evolução ocorria no sentido do fortalecimento da indústria. Para a autora, do início da República até os anos 20 ocorre o processo de crescimento industrial, não acarretando modificações estruturais profundas na economia, diferentemente da industrialização ocorrida a partir dos anos 30 que implica nessas modificações (p. 17)

Neste sentido, podemos dizer que as escolas profissionais para o sexo feminino trazidas no período de nossa pesquisa são precursoras da “Escola do Trabalho”.

O fato é que as Escolas Profissionais oficiais surgidas no período no Distrito Federal para o sexo feminino são oferecidas a nível primário às classes populares, em regime de externato. As meninas dessas escolas não trilhariam o ensino secundário tampouco o superior, que era para formação da elite, como bem observou Saffioti.

Em nível federal é criada, em 1909, a rede de Escolas de Aprendizes Artífices e as Escolas Profissionais Masculinas² e Femininas pelos estados, visando a melhor destreza no trabalho manual e preparação profissional para se tornar um homem produtivo. (Ciavatta, 1993, Kuenzer, 1999, Cunha, 2000)

De acordo com Cunha, nesse ano de 1909

² Em 17 de janeiro de 1892, o decreto 72 criou o Instituto de Educação Profissional, que se estabeleceu no Asilo dos Meninos Desvalidos. Em 1894, o Asilo passa a denominar-se Instituto Profissional Masculino e em 1910 Instituto Profissional João Alfredo. Em 1911, se extingue o internato pela Reforma Álvaro Batista, através do decreto n. 1.328 de 12 de junho.

... o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários não só numerosas, como articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. Neste contexto o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de idéias exóticas” no proletariado brasileiro pelos imigrantes, que constituíam boa parte do operariado. (2000, p.94)

Como vimos, o ensino primário, normal e profissional é de competência dos estados e do Distrito Federal. No caso da educação profissional, surgem as escolas profissionais de nível primário separadas para cada sexo de acordo com o decreto 838 de 20 de outubro de 1911, que determina a criação de uma rede de vinte escolas profissionais, das quais dez destinadas ao sexo masculino e dez ao sexo feminino. Porém as duas primeiras escolas são criadas dois anos depois por força do Decreto 912 de 10 de maio de 1913³, do prefeito general Bento Ribeiro⁴ (15nov.1910-15nov.1914), no governo do marechal Hermes da Fonseca, nos moldes do já existente Instituto Profissional, em regime de externato e devendo ser regidas e dirigidas por mulheres.

Denominadas como 1ª Escola Profissional Feminina e 2ª Escola Profissional Feminina, seguindo a lógica de denominação dadas às escolas de nível primário, teve posteriormente essa denominação alterada para Escola Profissional Bento Ribeiro e Escola Profissional Rivadávia Correa, respectivamente. O curso profissional para o sexo feminino abrangeria: modelagem, desenho, pintura, gravura, litogravura, fotografia, datilografia, escritura mercantil, estenografia, tipografia, costura a mão e a máquina, rendas a mão e a máquina, flores e suas aplicações, chapéus e coletes para

³ Por conta desse decreto também são inauguradas as escolas profissionais para o sexo masculino. A Primeira Escola profissional para o sexo masculino recebeu o nome de Escola Profissional Álvaro Baptista, em 13 de novembro de 1914, situada na rua Jardim Botânico, 916.

⁴ Sendo substituído por Rivadavia Correa, cuja posse foi registrada por Malta.

senhoras, gravatas. No adestramento das atividades manuais, a mulher era mais indicada para isso.

Pela legislação, o ensino público municipal ministrado nas escolas primárias e profissionais deveria ser livre, leigo e gratuito, devendo o ensino profissional ser distribuído inicialmente ao longo de três anos, em conformidade com o regulamento que lhes era dado.

Segundo Freitas (1954), assim como no Instituto a Escola Profissional nasceu tendo como objetivo a educação física, visando ao bem-estar do corpo feminino, atendendo a sua anatomia, a intelectual e moral, e prática necessárias, tanto para o bom desempenho das profissões designadas no seu Regulamento, como também para tornar menos difíceis os encargos do lar doméstico.

Quanto à necessidade do registro oficial dos feitos do governo municipal, embora o cargo de fotógrafo tenha sido extinto em 1909, Malta continuou a trabalhar como tal, junto à criação das escolas profissionais; justamente em 1913, o cargo é recriado.

No registro das imagens as que mereceram um maior destaque, foram as referentes às atividades manuais, em especial as da Escola Profissional Rivadavia Correa. Como determinava a legislação, observamos nas imagens que a escola feminina é dirigida por senhoras, figura central no registro feito por Malta. Ao criar essas escolas “O general Bento Ribeiro teve nítida percepção do futuro da mulher brasileira, a clarividência benfazeja de suas aptidões, a compreensão ampla de seu necessário concurso à sociedade futura...”⁵ Neste período estava à frente da Instrução Pública Municipal o barão Ramiz Galvão.

Outros decretos se seguiram, regulamentando o ensino primário, normal e profissional do Distrito Federal, como o decreto n. 981 de 2 de setembro de 1914, ainda na gestão de Bento Ribeiro; por ele fica instituído que o Instituto Profissional

⁵ Documento do acervo da Escola Municipal Bento Ribeiro. Os textos datilografados (transcritos) encontrados no arquivo da escola não trazem fonte nem autoria, porém folhas dispersas apontavam o livro **Vida e obra do Marechal Bento Ribeiro** de Gregório da Fonseca, o qual não conseguimos encontrar no tempo da pesquisa.

Feminino Orsina da Fonseca seria transformado em um externato profissional. Pelo decreto n. 1066 de 19 de abril de 1916 o **Curso Profissional** compreenderia o **Curso de adaptação** e o de **ofícios**. Os programas do curso de adaptação seriam os do curso complementar primário, com ênfase em física e química, história natural e higiene e geometria.

Nessa trajetória é criada em 1919 a Escola Profissional Paulo de Frontin, sendo esta originária do Externato Profissional Feminino Orsina da Fonseca, que trataremos em seção à parte.

Quanto à mão-de-obra feminina, os dados estatísticos indicam que a república acentuaria a tendência, já esboçada no império, de concentração do elemento feminino em certos ramos do ensino menos valorizados socialmente (Saffioti, 1979, p.219). Inicialmente, dois setores de emprego eram caracteristicamente femininos, reforçadores dos estereótipos em torno da mulher: o serviço doméstico, que exige traços específicos da figura feminina, como atenção às minúcias, o trabalho na cozinha e o cuidado das crianças, entre outros e o magistério.

De acordo com Araújo, no período de 1906 a 1920 houve um avanço da participação feminina, além do setor de magistério, no setor de vestuário - costura, acabamentos e bordados, ofícios considerados próprios para o sexo feminino e presentes no plano de estudos do Instituto e da Escola Profissional. Se em 1906 temos no magistério 31,07% de homens contra 68,93% de mulheres, em 1920 essa ocupação é de 18,80% de homens e 81,20% de mulheres. No setor de vestuário e toalete temos naquele ano 42,65% de homens e 57,35% de mulheres; em 1920, a mão-de-obra ocupada no setor de vestuário, por exemplo, era de 37,82% de homens e 62,18% de mulheres (1993, p. 76).

Nessa década, Alair Prata Soares, assumindo o cargo ainda no ano de 1922, fez várias reformas devido ao aumento da população. No campo da educação aqui, mais do que nunca, apesar de todas as reformas legislativas implementadas, na prática a educação pública primária oferecida ao povo, incluindo o ensino profissional, seja em termos de qualidade e mesmo de quantidade não vinha

atendendo às necessidades e aos anseios de uma cidade que se queria moderna. O ensino profissional era também uma preocupação que se colocava ao poder público municipal.

Quanto ao ensino profissional, Carneiro Leão em seu relatório de final de mandato para a Diretoria Geral de Instrução Pública, de 1926, criticava o oferecido para o sexo masculino, pois, segundo ele, estava faltando “um entrelaçamento directo entre a escola e a industria e a officina”, na formação da mão-de-obra operária, por outro lado suas palavras denunciavam o “sucesso” da formação profissional para as meninas. Para o educador, as escolas profissionais femininas vinham cumprindo o seu papel de formar as moças prendadas para o trabalho no lar, na indústria e no comércio. Porém, em seu discurso observamos que a universalização pretendida para todas que quisessem dela usufruir ficou na letra da lei. Faltavam mais escolas, porém, para ele, em qualidade as escolas femininas vinham “correspondendo francamente ao esforço feito e às esperanças nellas depositadas” (p.190). Em seu Relatório informa que a procura por matrícula todos os anos era grande, várias candidatas ficavam aguardando vagas. Mesmo com o exame nas escolas Rivadávia Correa e Paulo de Frontin “ficam mais de trezentas candidatas, annualmente, aguardando vagas e, em 1925, tivemos novecentas matriculas nas duas escolas” (p.191). Para Carneiro Leão, essa procura demonstrava a confiança e o sucesso depositados nas escolas profissionais femininas, por isso, a abertura de mais escolas do tipo se fazia premente.

A Escola Profissional era reivindicada não apenas pelos representantes do próprio poder educativo, mas também pela sociedade organizada, visando atender as moças das classes menos favorecidas. Na discussão travada sobre o ensino profissional e a que ele serve, na primeira Conferência pelo Progresso Feminino, tendo como presidente Berta Lutz⁶ e organizada pela Federação Brasileira pelo

⁶ Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, nomeada em 1919 para alto cargo no Museu Nacional.

Progresso Feminino⁷, no Rio de Janeiro, em 1922, a fala de uma representante da Liga Paulista, representando parte das concepções do movimento feminista de então, em torno de sua necessidade e existência, é significativa. Segundo ela, havia em São Paulo uma Escola Profissional Feminina bem-sucedida e tecendo elogios à escola, conclui seu pensamento da seguinte forma: “Só podemos fazer votos para que, com o correr dos tempos, a Escola venha a ter os seus cursos aumentados, de acordo com as diferentes aptidões profissionaes que as operarias venham a revelar.”

A seguir, por ordem de criação, apresentamos cada uma das escolas tendo em vista as imagens resgatadas pela pesquisa. As séries fotográficas foram criadas de acordo com o volume de fotografias encontradas de cada uma das escolas, sinalizando o interesse por parte do fotógrafo e do seu contratante, a prefeitura do Distrito Federal, de se registrar visualmente essa ou aquela escola. Na produção fotográfica de Malta, Oliveira Junior destaca três gêneros específicos: o documentarismo, o paisagismo e o retratismo (1994, p.41). O registro das escolas se inclui no primeiro tipo. E assim, como nas imagens do Instituto, a composição das séries levou em consideração, seu conteúdo, o período, o local retratado, os personagens e os objetos e o arranjo técnico e estético dado a eles, a paisagem, o entorno, elementos representados nas imagens próprios da composição fotográfica de Malta, de acordo com aquele autor e verificado por nós. As escolas são apresentadas de acordo com a data de criação.

⁷Acervo do Arquivo Nacional - AP 46 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A entidade tinha como membros de sua diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates. No *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado, encontramos verbetes de algumas dessas mulheres, a saber: Bertha Lutz (ver p. 106-112); Stella Durval (ver p. 502); Jeronyma Mesquita (ver p. 290-291); Evelina Arruda Pereira (ver p. 214-215). Mantive os nomes grafados como aparecem no documento original. No *Dicionário* também encontramos um verbete referente à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF (ver p. 217-225).

3.1 Imagens da 1ª Escola Profissional Feminina: Escola Profissional Bento Ribeiro

Dessa escola encontramos apenas uma imagem de 1916 (F-27) no acervo do MIS. Na imagem, visualizamos alunas sentadas no pátio da frente, em fileiras crescentes, de modo a que todas coubessem no registro imagético. Na primeira fileira as alunas estão sentadas no chão, depois em pé. Em destaque ao centro, na segunda fileira, observamos a diretora Madame Francisca Bonjéan⁸, senhora carioca “possuidora de nobres virtudes e boníssimo coração”. Ela permaneceu à frente da direção até a sua morte em 1931, mesmo com todos os “avanços e retrocessos” sofridos pela escola em sua história.

Fomos em busca de outros documentos que nos ajudassem a esclarecer o porquê de sua pouca visibilidade imagética, considerando que foi a “1ª Escola Profissional Feminina” por conta do decreto de 1911.

Conforme Freitas, essa escola foi instalada de forma experimental, em 10 de maio de 1913, no andar superior da escola de instrução primária José de Alencar⁹ no Largo do Machado. Porém, de acordo com a ata transcrita abaixo, a 1ª Escola Profissional Feminina foi inaugurada em 7 de julho de 1913.

Aos sete dias do mes de Julho de mil novecentos e treze, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, presentes os Senhores General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro – Prefeito do Districto Federal, membros do Conselho Municipal, e mais pessoas gradas que subscrevem esta Acta, foi solemnemente inaugurada a 1ª Escola Profissional Feminina no pavimento superior da Escola José de Alencar sito à Praça Duque de Caxias n. vinte. E

⁸ Dados do acervo da Escola Profissional Bento Ribeiro (Extraído do BOLETIM MENSAL do Col. Estadual Bento Ribeiro, nº 2, maio de 1973, “60 Anos a Bem da Educação”, p. 41).

⁹ Hoje Escola Amaro Cavalcanti

para constar e comemorar esta inauguração, foi lavrada a presente Acta, que vai assignada pelas pessoas presentes.

General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, [Arthur Meneses], Esther Pedreira de Melo, [Armando Salamanca]; Virgílio Várzea; D. Rodrigues da [?], Roberto Gomes, Alfredo [?], [João] da Silva Pereira, A . da Silva Moutinho, Fabio [Luiz]... ¹⁰

... entre outros signatários, num total de 20 mulheres e 9 homens. Esther Pedreira de Mello foi uma das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal na 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, em 1922.

A data é confirmada em um ofício datado de 4 de julho de 1913 da Diretoria Geral de Instrução Pública, convidando a diretora da 2ª Escola Profissional Feminina [Rivadavia Correa], para a inauguração da 1ª Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro].

Realizando-se na próxima segunda-feira, 7 do corrente, a inauguração da 1ª Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro], que vai funcionar á Praça Duque de Caxias, 20, convido-vos para esse acto que se effectuará ás 11.30 da manhã desse dia.

Saudações.

O Diretor Geral,

Dr. Ramiz Galvão ¹¹

Os cursos começaram a funcionar em 8 de julho do mesmo ano. Porém é a data de 10 de maio que ficou consagrada às comemorações do aniversário da Escola.

Conforme o ato de 26 de outubro de 1915, assinado pelo então Diretor Geral de Instrução Pública, Antonio Augusto Azevedo Sodré, na gestão do prefeito Rivadavia Correa, atribuiu-se àquela Escola o nome de seu fundador, passando a

¹⁰ Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscrito.

¹¹ Acervo do Arquivo da Escola Municipal Rivadavia Correa.

denominar-se “Escola Profissional Bento Ribeiro”¹², em homenagem ao ex-prefeito. Em 7 de junho de 1916, foi transferida para a rua Marquês de Abrantes n. 18, no bairro do Flamengo, lá permanecendo até 1918. Documentos indicam que nesse ano foi fechada por ter sido vendido o prédio onde funcionava, ficando desativada por oito anos. No entanto, no Arquivo da Escola Rivadavia Correa, há um ofício datado de 8 de dezembro de 1920, do Diretor Geral de Instrução Pública designando uma professora de desenho da Escola Profissional Paulo de Frontin para a Escola Bento Ribeiro. Por outro lado, encontramos dois ofícios encaminhando alunas dessa Escola para a Rivadavia Correa. Um de 30 de junho de 1917 “para continuarem o curso de flores nas oficinas dessa Escola” e outro de 21 de março do mesmo ano, da diretora da Bento Ribeiro, encaminhando alunas do 3º ano para cursarem o 4º ano na Rivadavia.

O texto do ofício é o seguinte:

De acordo com a resolução tomada pelo Sr. Dr. Director Geral de Instrução Pública, devendo ser transferidas para o 4º anno na Escola Rivadavia Corrêa as alumnas que cursaram o 3º anno na Escola Bento Ribeiro, certifico que a alumna Maria Silva frequentou os 3 annos da officina de Bordados nesta Escola, tendo obtido a média 10 nos trabalhos de officina e autorisação á promoção no Desenho pelo Superintendente d’esse ensino.

¹² Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, filho do tenente Vitorino Jose Carlos Monteiro e de D. Benevenuta Carneiro Monteiro, barões de S. Borja, nasceu no dia 2 de setembro de 1856 em Jaguarão, Rio Grande do Sul. Em março de 1875 ingressou no Exército. Aluno da antiga Escola Militar da Praia Vermelha em 1878, passou por todos os postos da carreira e em 1920 era marechal graduado. Fez o curso de Engenharia e bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas. Como engenheiro militar construiu linhas telegráficas de valor estratégico em Mato Grosso e Rio Grande do Sul, sobressaindo a que une a cidade do Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Em 1904, comandava a Escola Militar do Rio de Janeiro. No governo de Nilo Peçanha foi chefe do Estado-Maior do Exército e no do marechal Hermes da Fonseca de novembro de 1910 até o fim de 1914, prefeito do Distrito Federal. Como prefeito, fundou a 1ª e a 2ª Escola Profissional Feminina. Faleceu em 20 de agosto de 1921. Fonte: acervo da Escola Municipal Bento Ribeiro.

Numa imagem identificada como “E. P. Cairu”, no acervo do MIS, há a seguinte descrição: “Antiga Escola Visitação, depois Bento Ribeiro, situada na rua Felipe Cavalcanti, Meyer.”¹³ A Escola Profissional Visconde de Cairu era destinada aos meninos¹⁴. A Escola Bento Ribeiro ocupou esse prédio quando foi reaberta em 1926, no Morro do Vintém. Carneiro Leão, em seu relatório no término de sua gestão, nos confirma essa data de 1926. Diz ele ao elogiar o “sucesso” das escolas profissionais femininas : “Este ano [1926] temos mais reabertas a escola de Aperfeiçoamento e a Escola Bento Ribeiro”. (1926, p.193)

Essa trajetória em busca de um prédio próprio vem explicar em parte os poucos registros imagéticos neste período por parte do fotógrafo e de seu contratante no período. Parece-nos que o Estado pouco se interessou naquele momento pela escola, não sendo assim modelo de atuação do poder público em relação a educação feminina.

Se os registros imagéticos existirem, não estão nos arquivos públicos ou então ainda não foram recuperados pelo trabalho dos técnicos; ou estão “perdidos” em algum lugar que no limite de nossa pesquisa não nos foi possível ainda detectar.

De acordo com Freitas, ainda sem prédio próprio, a escola foi transferida em 1928 para a rua 24 de Maio no. 133, e posteriormente, em outubro de 1934, como Escola Técnica Secundária Bento Ribeiro, para a rua Paraguai, n. 112, hoje Cônego Tobias. Dessa forma, a escola sofre da falta de um prédio próprio, só conquistado em 1962, por ato do governador Carlos Lacerda, como escola estadual.¹⁵

O hino abaixo “Canção do Cinquentenário do Ginásio Estadual Bento Ribeiro”¹⁶, com letra da diretora Maria da Glória Maia e Almeida e música da professora Ascendina Caetano Martins, de 10 de maio de 1963, se por um lado enaltece o papel da escola surgida como escola feminina, com suas oficinas

¹³ Acervo Museu da Imagem e do Som (F-008714).

¹⁴ Hoje é um colégio estadual.

¹⁵ O antigo Distrito Federal era então Estado da Guanabara

profissionais, por outro demonstra a sua peregrinação na busca de espaço, desde sua instalação na Praça Duque de Caxias.

Neste teu aniversário
Com carinho e devoção nós cantamos tua glória, tua
história e tradição.
Teu passado doce e nobre – meio século de amor – é
alento em nossas vidas é perfume feito flor.

Coro: Imortal Bento Ribeiro! És amor, simplicidade!

Com ativas oficinas te ergueste numa praça como escola
feminina tu crescestes sempre em graça.
Mui sereno caminhaste com ternura e humildade
espalhando uma mensagem de Paz e de Verdade.

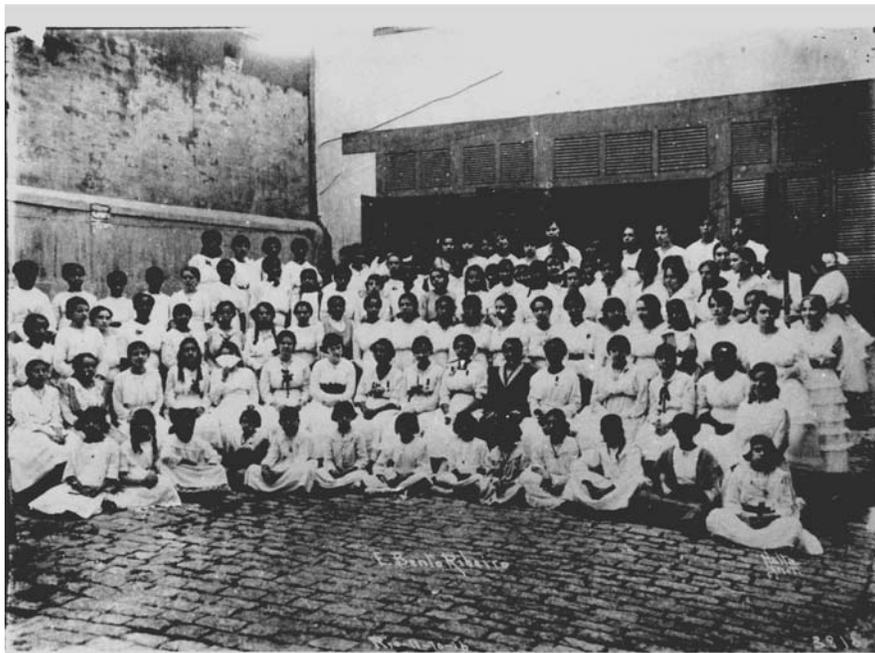
Árduas lutas bem travaste pela tua instalação para aqui
nesta colina encontrar libertação.
E do céu mais perto agora – casa grande bem querida –
encontrou tua família novos rumos, nova vida.

Criada para atender à população escolar feminina, a Escola Bento Ribeiro funcionou assim até 1968, quando passou a receber alunos de ambos os sexos, transformando-se em “escola mista”.

Como vimos, as alunas da Bento Ribeiro podiam ser transferidas para a Escola Rivadavia Correa, é dessa escola que falaremos a seguir.

¹⁶ Com a transformação do Distrito Federal em Estado da Guanabara, passou a denominar-se Ginásio Estadual Bento Ribeiro.

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: 11 out. 1916
Pasta 127-A
Cód. F-008715



(F-27)

3.2. Imagens da 2ª Escola Profissional Feminina: Escola Profissional Rivadavia Correa

É da Escola Rivadavia Correa o maior número de imagens¹⁷. Por que a grande visibilidade imagética dada a ela, era a pergunta. Uma das possibilidades de resposta, estava ligada ao fato de estar o prédio localizado em um ponto privilegiado e estratégico da cidade, como veremos adiante. Suas imagens ocuparam com destaque as páginas de jornais e revistas como a *Revista da Semana*. Encontramos fotos da escola nos v. 17, n. 46, p. 50-51, de 23 de dezembro de 1916; e v. 19, n. 30, p. 6, de 31 de agosto de 1918. A escola teve também algumas de suas imagens veiculadas na forma de cartão-postal.

As imagens valorizam a arquitetura escolar; nelas, podemos ver as varandas, os pátios, a fachada do prédio, as grades, o Museu; as aulas de ginástica, as atividades culturais e extraclasse; as festas, eventos, as visitas de autoridades; professores, alunas, a figura da diretora; mobiliários e a variedade de uniformes usados pelas alunas; a disciplina, a harmonia e a satisfação existentes na elaboração dos trabalhos, a organização. Parece-nos que tenta passar a satisfação e aplicação das alunas no seu fazer cotidiano escolar. Valorizam sobretudo os trabalhos manuais desenvolvidos nas diversas oficinas e aulas de prendas domésticas, corte-costura, pintura, confecção de chapéus, desenhos, modelagem, arranjos de flores e o material necessário para seu desenvolvimento, valorização expressa no registro das exposições de final de ano com o produto do trabalho das alunas. Também se registra as aulas de datilografia e as atividades físicas. E a educação complementar que lhes era oferecida é destaque.

São imagens demonstrando o cotidiano escolar de um projeto-pedagógico entendido como bem-sucedido, merecedor de elogio por parte de um professor americano da Universidade de Columbia, na gestão de Carneiro Leão na Diretoria de

¹⁷ As imagens do AGCRJ que não estavam no sistema automatizado tiveram reprodução fotográfica realizada pelo fotógrafo Marco Antonio Belandi, do próprio Arquivo.

Instrução Pública (1922-1926). O Dr. I. L. Kandel, após visitá-la, destaca o trabalho desenvolvido na escola, enchendo de orgulho a orientação dada ao ensino profissional do Distrito Federal, sob a batuta daquele educador pernambucano. O professor se expressa, segundo o diretor, da seguinte forma: “O Sr. deve estar orgulhoso da sua escola, essa orientação é magnífica.” (1926, p.191).

Aqui foi possível dividi-las em séries, devido ao expressivo volume e as temáticas pertinentes, sendo apresentadas como as do Instituto Profissional Feminino. As séries fotográficas são as seguintes: instalações físicas (o prédio e suas partes); oficinas e aulas (aulas de desenho, oficina de chapéus, de costura, aula de arte culinária, aula de atividades físicas). Esta foi subdividida nas subséries, a saber: Exposição de trabalhos manuais e Atividades culturais e passeios (extra-classe); por último, a série grupo (solenidades, visitas de autoridades, grupo de alunas, professoras e a diretora figuram nessa série).

3.2.1 Série instalações físicas

Antenor Nascentes, de acordo com Nelson Costa (1958), no jornal *Efemerides Cariocas*, em 14 de março de 1877, informa que foi inaugurada no município da Corte a Escola Pública da Freguesia de Sant’Ana, cuja pedra fundamental foi lançada em 1874. Dom Pedro II lançou a pedra fundamental do sobrado, na praça da Aclamação, entre a rua de São Pedro (atual av. Presidente Vargas) e a rua Larga de São Joaquim (atual av. Marechal Floriano). Assim, o prédio da escola faz parte de uma das oito escolas construídas com o produto da coleta de dinheiro a expensas oficiais e donativos do povo destinados à estatua do imperador D. Pedro II em sua honra depois da guerra do Paraguai com a vitória brasileira em 1870, se ele houvesse concordado. A negativa para a honraria fez com que o dinheiro fosse destinado para a construção de escolas no Rio de Janeiro (Azevedo, 1969; Primitivo, 1936).

Na Ata de lançamento da pedra fundamental para a construção da “Escola Pública da Freguesia de Sant’Anna”, consta:

“Aos cinco dias do mês de outubro do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1874 às 5:12 horas da tarde, em presença do povo, foi por S.M. o Imperador o Sr. D. Pedro II lançada a pedra fundamental deste edifício, planejado pelo engenheiro Dr. Francisco Pereira Passos, destinado para escola pública de ambos os sexos da Freguesia de Sant’Ana desta muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no local do Campo de Aclamação, entre as Ruas de S. Pedro [Presidente Vargas] e Larga de São Joaquim [atual Marechal Floriano] oficiando a cerimônia religiosa o Revem. Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque...”

Consta que a escolha do local – Campo de Santana, deve-se principalmente ao fato de ser aquele lugar o centro político-administrativo da capital do Império, ponto estratégico onde se localizavam vários prédios representativos do Poder. Em 1880, o Campo foi ajardinado.

Planejado pelo engenheiro Pereira Passos, futuro prefeito da República no Distrito Federal, este edifício teve o seu projeto modificado em 1896 pelo engenheiro Antonio de Paula Freitas, para funcionar como Escola Normal¹⁸. Esta foi transferida posteriormente para o bairro do Estácio para que, após as devidas adaptações, o prédio abrigasse a Escola Profissional Rivadavia Correa, destinada exclusivamente ao sexo feminino, em 1915.

Na imagem do prédio de 1904, na Praça da República (**F-28**), podemos verificar sua pomposidade, pois foi enquadrado o seu frontispício, onde na parte superior aparece a inscrição “Escola Normal” e o Campo ajardinado. Na tese de

¹⁸ A Escola Normal foi transferida para a Escola Estácio de Sá, na rua S. Cristóvão e, em 1930, transferida para o prédio próprio na rua Mariz e Barros.

Barros, mencionada no segundo capítulo o pesquisador aponta imagens dessa escola na forma de cartão-postal, ainda como Escola Normal e depois de algumas de suas oficinas já como Escola Profissional Rivadávia Correa. Lembramos que pelo decreto n. 844, de 19 de dezembro de 1901, o ensino do Distrito Federal compreendia o ensino primário, o normal e o profissional, sendo o prédio planejado por Pereira Passos. Por isso, a imagem do prédio da então Escola Normal como modelo de estrutura oferecida pelo governo do Distrito Federal ao ensino para formação do magistério primário.

Confirma-se como prédio, já modificado, da Escola Profissional Rivadavia Correa, na foto, sem data, publicada na reportagem do jornal *A nação*, datada de 10 de maio de 1938, por conta do “Jubileu de Prata da Escola Rivadávia Correa”, com o subtítulo “Desfile escolar pelas ruas da cidade – Outras solemnidades”¹⁹. Nessa imagem **(F-29)**, pode ser verificada a urbanização da cidade iniciada na gestão de Pereira Passos, como o paisagismo, transporte carril, a presença de automóveis, a iluminação pública, calçamento, transeuntes e a frente já toda reformada com ruas calçadas e vias para automóveis, sinalizando um progresso na cidade, convivendo com outras edificações como a Casa da Moeda e a sede da Light and Power. Outro detalhe importante nessa imagem é que na sua superfície há a identificação da escola por parte do fotógrafo, assim como sua assinatura.

Outra imagem significativa é a de 19 de novembro de 1921. **(F-30)** Nela vemos em tomada lateral da fachada do prédio da Escola a sua frente um grupo de alunas uniformizadas em fileiras lado a lado e outras alunas debruçadas nas janelas; à frente desse grupo, outros personagens que não conseguimos identificar, talvez professoras. Podemos ver em seu frontispício grafado o nome da escola, além da grama, a limpeza.

Como Escola Profissional foi criada pelo mesmo decreto que criou a Bento Ribeiro. Instalada inicialmente no andar superior do prédio n. 80 da rua da

¹⁹ Fonte: acervo da Escola Rivadavia Correa.

Harmonia, bairro da Saúde, onde se encontrava a Escola José Bonifácio de nível primário. Como vimos no 1º capítulo, apenas algumas escolas primárias foram instaladas em bons prédios naquele início de século, em detrimento da maioria, e a José Bonifácio era uma delas.

Ocupou então parte de um prédio de arquitetura privilegiada, de grandes dimensões, como visualizado na imagem publicada (F-31) dessa primeira sede da “2ª Escola Profissional Feminina”. Segundo a ata transcrita abaixo foi inaugurada um dias após a 1ª Escola, ou seja, no dia 8 de julho de 1913.

Aos oito dias do mês de julho de mil novecentos e treze, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, presentes os Senhores General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro – Prefeito do Districto Federal, o director geral de Instrucção Publica Municipal, e mais pessoas gradas que subscrevem esta Acta, foi solemnemente inaugurada a 2ª Escola Profissional Feminina no pavimento superior da Escola José Bonifácio, sito à rua da Harmonia n. oitenta. E para constar e commemorar esta inauguração, foi lavrada a presente Acta, que vai assignada pelas pessoas presentes.
General Bento Ribeiro Carneiro Monteiro...²⁰

... E mais 47 assinaturas de pessoas de ambos os sexos.

Assim sendo, como estabelecimento municipal, foi inaugurada na administração de Bento Ribeiro, sendo escolhida para dirigi-la D. Benevenuta Ribeiro Carneiro Monteiro²¹, sobrinha do prefeito, permanecendo à frente da direção até o

²⁰ Fonte: AGCRJ Divisão de Manuscrito. Ver também a nota n. 12 referente a Bento Ribeiro.

²¹ D. Benevenuta Carneiro nasceu em 26 de outubro de 1878 no município de Uruguayana no Rio Grande do Sul, filha de Severino Ribeiro Carneiro Monteiro e Maria Rachel Ribeiro Carneiro Monteiro, neta pelo lado materno dos barões de São Borja. Seu avô, o marechal Bento Manoel Ribeiro, foi um dos militares em destaque na guerra Farroupilha, em 1835. D. Benevenuta fez seus estudos secundários no colégio de Religiosas S. José, em São Leopoldo. Foi em 1911 nomeada datilógrafa da Diretoria de Estatística no Ministério da Agricultura, onde ficou até ser chamada pelo prefeito marechal Bento Ribeiro para dirigir a Escola Profissional Rivadavia Correa.

ano de 1961. Sua imagem é figura central em muitos registros produzidos por Malta referentes a essa escola, como veremos na Série Grupo.

Na reportagem mencionada do jornal *A nação* de 1938, além de trazer a imagem do prédio, traz a do seu fundador Bento Ribeiro, apontando ainda a importância dada a escola como “Cartão-pedagógico” à sociedade carioca.

Está de parabéns o magistério desta cidade e, em particular, o ensino publico da Prefeitura do Districto Federal, pelo transcurso na data de hoje, do jubileu de prata da Escola Technica Secundaria Rivadavia Corrêa, estabelecimento educacional de maior prestígio, das melhores tradições da capital da República. Fundada a 10 de maio de 1913, na administração do então prefeito marechal Bento Ribeiro, sob a denominação de 2ª Escola Profissional Feminina, o conhecido educandário teve como sede, inicialmente, o 2º andar da Escola Primaria “José Bonifácio”, no bairro da Saúde. Em 15 de novembro de 1915, já então na administração do prefeito Rivadávia Corrêa, transferiu-se para o prédio da Praça da Republica, especialmente construída para esse fim, (...)

Como vimos, concretamente, o prédio da Escola Normal foi adaptado para abrigar a Escola Profissional Rivadávia Correa em novembro de 1915, na Praça da República. Foi em 27 de outubro de 1915 que passou a denominar-se Escola Profissional Rivadavia Correa, em homenagem ao prefeito. Um ofício datado de 28 de outubro de 1915, da Diretoria Geral de Instrução Azeredo Sodré para a diretora da 2ª Escola Profissional Feminina, comunica que no dia anterior, por ato do diretor, a Escola passa a denominar-se Escola Profissional Rivadavia Correa.

Comunico-vos para os devidos fins que denominei por acto de hontem, 27 do corrente, “Escola Profissional

Rivadavia Correa” o estabelecimento profissional que dirigia.
Saudações
A . Sodré²²

Sendo seu patrono Rivadavia Correa²³, este entendia que “naquele casarão da Praça da República” seria dada a “disciplina conveniente ao sexo feminino”.

A adaptação pela qual passou o prédio, naquele ano, teve o apoio financeiro de diversas empresas, entre elas, The Rio de Janeiro Light and Power. A presença de empresas na escola era uma constante, se fazendo visível com suas contribuições e interesses. Essa relação existente entre a escola e as empresas é demonstrada nos ofícios passados pela Diretoria Geral de Instrução Pública, em 24 de junho em 1913, comunicando à diretora o desconto de 50% nas passagens das alunas através de passes dados pela Light and Power Co, pela Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, após pedido feito pela Diretoria de Instrução.

A Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, a pedido desta Directoria, resolveu conceder as alumnas de vossa escola passes com 50% de abatimento, que serao expedidos, á vista do cartao de matricula por vós visado, para uso desses nos dias e horas de funcionamento das aulas da escola sob vossa direção, o que vos communico para os devidos fins.

Saudações
O Director Gerall
Dr. B. F. Ramiz Galvão²⁴.

²² Acervo: Arquivo da Escola Rivadavia Correa.

²³ Rivadavia da Cunha Correia nasceu em Santana do Livramento, RS, em 1866. Fez Direito pela Faculdade de São Paulo, 1884. Foi Deputado Constituinte pelo seu estado, em 1916, senador na vaga de Pinheiro Machado. Ministro da Justiça no governo de Hermes da Fonseca e depois Ministro da Fazenda. No governo de Vencesláu Brás, foi nomeado prefeito do Distrito Federal. Prefeito do Distrito Federal de 16 de novembro de 1914 a 5 de maio de 1916. Dedicou-se à regulamentação do ensino nos Institutos Profissionais e na Escola Normal (Decreto n. 058, de 29/1/1916). Teve como diretor de Instrução Pública Azevedo Sodré, que lhe sucedeu na Prefeitura, de 6 de maio de 1916 a 13 de janeiro de 1917. Faleceu em 1920.?

²⁴ Acervo: arquivo da Escola Rivadavia Correa.

Ciavatta destaca como um dos exemplos entendidos de modernização na cidade do Rio de Janeiro a

“... presença das empresas estrangeiras de serviços públicos – gás, luz, bondes e telefone – como a Light e a Companhia Telefônica Brasileira (ambas pertencentes ao grupo canadense Light, que operava no Rio de Janeiro e em São Paulo) (1993, p.92).

Nas imagens da escola, também os feitos das empresas.

O ofício datado de 19 de agosto de 1915, da Diretoria Geral de Instrução Azeredo Sodré para a diretora da Escola Profissional Rivadavia Correa, demonstra o serviço fornecido e a cobrança pelo mesmo.

Faço-vos sciente de que a porteira dessa escola, quando residir no prédio que lhe é destinado no edifício da antiga Escola Normal, á praça da Republica, terá de fazer o necessário depósito na Companhia do Gaz para garantia do seu consumo.

Saudações.

O Director Geral

A . Sodré

Uma imagem de seu **ambiente interno** registra o consultório dentário, serviço oferecido às alunas. A imagem registra um grupo de autoridades em visita ao gabinete dentário, entre elas, Carneiro Leão. Essa imagem está presente tanto no acervo do MIS (**F-32**) como no acervo do AGCRJ (**F-33**), datada de 16 de outubro de 1923. Conforme Freitas, esse gabinete foi instalado em 1922 com donativos de particulares. Aqui os ideais escolanovistas já estão bastante presentes como, além do ambiente do gabinete dentário, pudemos constatar, através das imagens, a existência

de um museu na escola. Nela vemos vitrines com objetos em exposição, painel com fotografias e quadros na parede. Nesta foto, a assinatura e o código numérico estão à direita junto à identificação da escola e grafada a palavra museu, o que propicia a identificação da imagem como sendo também de 1923 (F-34).

A escola só teve a sua arquitetura alterada com a construção de um anexo de cinco andares em 1929, na gestão de Prado Junior, por conta da Reforma Fernando de Azevedo, não sem oposição da diretora Benevenuta. Revoltada com o projeto, decidiu ausentar-se, viajando para diversos países, chegando até o Egito. Enquanto viajava o anexo foi construído, naquele momento, possuindo os cursos Industrial, Doméstico e Comercial.

Nas séries seguintes podemos verificar que as imagens dos ambientes interno e externo registram a amplitude das instalações do prédio e tudo que ele podia oferecer às alunas pelo Poder educador: as salas de aula e oficinas, os pátios com aulas de ginástica com seus uniformes próprios, a convivência entre alunas e professores, as atividades extraclasse, os pátios e varandas com registros de grandes grupos de personagens que circulavam no cotidiano da escola.

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: [Augusto Malta]
Data: 1904
Cód. 619/01 (fichário)
Pasta 156
(F-28)

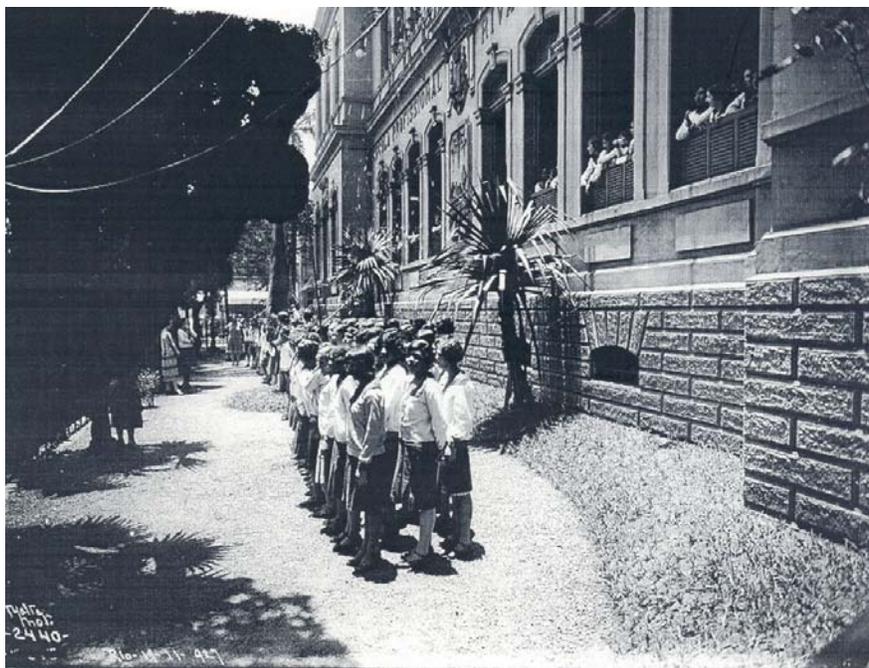


Acervo: Arquivo da
Escola Rivadavia Correa
Fonte: jornal *A nação*.
Data: 10 maio, 1936
Original: Acervo AGCRJ
Fundo/coleção:
Prefeitura do Distrito
Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta

(F-29)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 19 nov. 1921
Cód. NV 00521

(F-30)



Acervo: Arquivo da Escola
Rivadavia Correa
Fonte: jornal [?]

Legenda: "A primeira sede da
Escola na rua da Harmonia

(F-31)

Acervo: MIS/RJ
Autor Augusto Malta
Data: 16 out. 1923
Cód. F-009224
pasta 127K/2

(F-32)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 16 out. 1923
Cód. NV 00534

(F-33)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: s.d.
Cód. NV 00540
(F-34)



3.2.2 Série oficinas e aulas

Da memória imagética da Escola Profissional Rivadávia Correa, a mais extensa e preservada, pela quantidade de fotografias encontradas, aliado a outros documentos, podemos dizer que a maioria é a relativa às atividades ligadas ao trabalho manual, às atividades profissionalizantes, sem dúvida, pela sua importância para a escola e para a formação de uma mão-de-obra seja para o trabalho no lar ou externo a ele.

Observamos a ênfase dada no currículo a esse tipo de atividade, merecedora de exposição dos trabalhos no final do ano. Nessa série fotográfica, percebem-se imagens que registram as oficinas e aulas como de prendas domésticas, de costura, de pintura, de chapéus, de desenhos, de arte culinária, de modelagem. As exposições de trabalhos manuais, pelo volume de imagens, aqui mereceram destaque sendo apresentada como uma subsérie. Também as atividades físicas realizadas e a emulação estão presentes nas imagens.

O registro imagético parece querer demonstrar como prova a disciplina, a organização, a aplicação empreendidas pelas alunas no desenvolvimento das atividades; querer testemunhar a igualdade entre elas, a calma, a colaboração, a tranqüilidade e ao mesmo tempo a autoridade da professora.

A disputa pedagógica aparece nas imagens referentes à prova de desenho como a datada de 27 de novembro de 1925 no interior da “Sala Dr. Benedicto Raymundo” em “Exame de desenho”. No resultado final, vem escrito nos desenhos o nome da aluna e “Exame: de memória em hora e meia”. **(F-35)** Essas imagens nos revelam as habilidades das alunas ao desenhar modelos de vestuário feminino em moda na cidade, em estilo europeu. Nas revistas onde se publicavam as imagens dessa escola, observamos muita propaganda do vestuário feminino aliado a segredos de beleza. A imagem registrada em 17 de novembro de 1923 **(F-36)**, onde aparecem quatro alunas em pé sobre as pranchetas desenhando e a mestra supervisionando o trabalho de uma delas, se torna prova visual dessa capacidade.

Essa atividade retratada nas imagens era tão importante no currículo da escola que seu conhecimento era demonstrado para visitantes ilustres, como é o caso do ministro do Egito, em 1925, registrada em uma série de fotos, algumas destacadas na **Série Grupo** desse trabalho.

Entendida por Carneiro-Leão como possibilidade de demonstrar o “sucesso” pedagógico dessa escola, ele destaca a capacidade das alunas para o ensino de desenho e na sua percepção a felicidade com que as alunas realizavam tal tarefa:

Nellas o desenho e a modelagem são a base de tudo. Trabalho algum é executado antes de devidamente projectado e desenhado pela alumna; E é interessante verificar com que precisão e alegria desenham um chapéo, modelam um figurino. (Id., *ibid*, p.191)

Na seqüência de imagens de 17 de novembro de 1923, destacamos uma outra da **oficina de chapéus**, onde as alunas são registradas sentadas às mesas executando trabalho de agulha, em aula prática de feitura de chapéus, trajando uma indumentária diversificada e não com o uniforme da escola. Elas são orientadas e observadas por professoras posicionadas de forma a possibilitar total controle sobre a turma. A tomada fotográfica é frontal em toda a extensão da sala (**F-37**).

Na imagem da **Oficina de costura**, vemos alunas sentadas diante da máquina de costura, executando trabalhos e outras manipulando agulhas com as mãos, em tecido, sendo também observadas pelas mestras (**F-38**).

A imagem de 1922 registra a **aula de artes culinária (F-39)** na cozinha doméstica denominada “Sala Mabel Pearson”. As alunas trajando uniforme e com touca de pano na cabeça, as mestras também usando um avental, demonstrando a preocupação com a higiene na feitura dos alimentos.

Confirmada a existência dessas atividades no plano de estudos da escola, num requerimento datado de maio de 1974, um deputado estadual comunica que requereu à Mesa, na forma regimental, voto de congratulações ao Colégio Estadual

Rivadavia Correa, na pessoa de seu diretor, prof. João Baptista Chagas Filho, pela passagem do 61º aniversário de fundação. Justificando a importância do colégio traça um histórico chamando atenção para a sua atuação enquanto escola para o sexo feminino; neste sentido, se expressa da seguinte forma: “... Outrora dedicou-se à orientação e à cultura da mulher brasileira, através de aulas de artesanato, culinária, corte e costura, bordado etc.”²⁵

As **atividades físicas** incluíam aula de ginástica (**F-40**), como o registro da imagem de 8 de dezembro de 1921, onde vemos alunas uniformizadas em demonstração de ginástica no pátio interno da escola, com total disciplina.

3.2.2.1 Subsérie exposição de trabalhos manuais

Os trabalhos manuais (de agulha) produzidos pelas alunas eram expostos nas “Exposições de fim de ano” em diversas salas, fazendo parte da avaliação escolar, sendo abertas à visitação. Nelas podemos observar a prática de exposição de chapéus, desenhos e modelagem de vestuário feminino (corte e costura, com máquinas e manequim de “gesso” da época), flores. Em algumas imagens, destacam-se apenas os trabalhos e em outras há a presença de alunas, como a exposição de trabalhos ocorrida em 11 de dezembro de 1916, onde as alunas são registradas sentadas e em pé, e as professoras em pé, vestidas com trajes de passeio, expondo arranjos florais (**F-41**).

²⁵ Acervo: Arquivo da Escola Rivadavia Correa.

Ao longo do tempo, essas exposições foram acontecendo como parte do currículo e de acordo com a legislação em vigor. De 1921, vemos um grupo de alunas junto à mesa com exposição de arranjos florais. (F-42) No interior da “Sala Francisco Alves”, uma exposição de trajes femininos (F-43), e na “Sala Marechal Bento Ribeiro”, os chapéus femininos produzidos nesse ano também são expostos (F-44).

Os desenhos produzidos pelas alunas também eram expostos como esses registrados no interior da “Sala Dr. Venceslau Braz” de modelagem feminina (F-45) e da “Sala Dr. Azevedo Sodré” (F-46).

Uma das críticas feitas por Carneiro-Leão já na década de 1920 ao Instituto Profissional Feminino era a falta de uma cadeira de desenho com a mesma qualidade da existente nas escolas Rivadávia Correa e Paulo de Frontin. Um memorando do secretário geral de Instrução Pública passado à diretora da escola, datado de 20 de dezembro de 1915, demonstra que o Instituto, naquele momento, carecia de material nessa área de ensino, tendo de solicitá-lo por empréstimo.

O Sr. Dr. Director Geral pede que, por empréstimo, sejam cedidas para o Curso de Desenho do Instituto Profissional Orsina da Fonseca á cargo do Prof. Luiz Dumont, as planchetas existentes nessa Escola.

Saudações.

O Secretario Geral,

[assinatura]

Observamos nas imagens o uso para exposição das várias salas “batizadas” em homenagens a ex-prefeitos, políticos influentes, padrinhos, entre outros benfeitores.

Assim como o gabinete dentário, as salas das oficinas também foram instaladas com o apoio de terceiros. Por isso, muitas dessas salas foram “batizadas” com os nomes de seus benfeitores, políticos, entre outros. Conforme Freitas, em 1915, elas foram instaladas a expensas do livreiro Francisco Alves, Vilas Boas & Cia,

Leandro Martins e The Rio de Janeiro Light and Power. É essa a razão de terem sido inscritos esses nomes em salas da nova sede da escola”.

3.2.2.2 subsérie atividades culturais e passeios

Nem só de atividades internas viviam as alunas; atividades culturais e passeios também faziam parte de seu cotidiano, que não deixaram de ser registradas por Malta, de modo a demonstrar todo o ensino oferecido às meninas pobres. Os registros feitos de várias atividades culturais ocorridas em 11 de novembro de 1923, no pátio da escola, são significativos. Neles podemos visualizar a dança coreografada pelas alunas em trajes típicos e identificada como “Na Terra de Carmen” (F-47), encontrada no acervo do MIS. Dessa atividade, uma outra imagem foi encontrada no acervo da FCRB (F-48). Nessa festa cultural, a apresentação teatral “Toselli - Serenata” não deixou de ser registrada, conforme identificação feita pelo próprio Malta na superfície da imagem (F-49).

As atividades não se limitavam aos muros da escola; as alunas faziam visitas de estudos e passeios culturais, sempre acompanhadas pelas professoras e diretora, como, por exemplo, ao morro do Corcovado (Cristo Redentor) e ao Museu Histórico, como a de 14 de maio de 1926 (F-50).



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção:
Prefeitura do Distrito
Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 27 nov. 1925
Cód. 662/16
Pasta 166/1

(F-35)

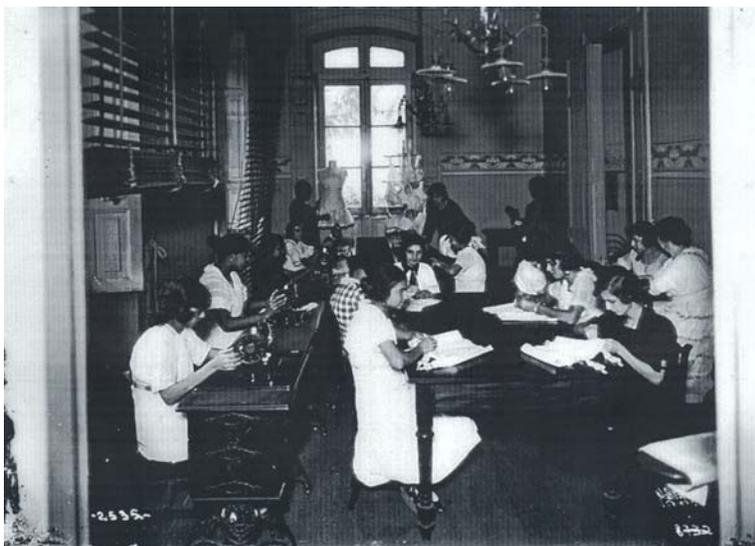


Acervo: FCRB
Autor: Augusto Malta
Data: 17 nov. 1923
Cód. 149 (272) Gav. E4

(F-36)

Acervo: FCRB
Autor: Augusto Malta
Data: 17 nov. 1923
Cód. 152 (274) Gav. E4

(F-37)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: s/d.
Cód. NV 00532
(F-38)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 1922
Cód. 662/36
Pasta 166/2
(F-39)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 8 dez. 1921
Cód. NV 00525

(F-40)

Subsérie exposição de trabalhos manuais

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: 11 dez.1916
Cód. F-009141
pasta 127
(F-41)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção:
Prefeitura do Distrito
Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 1921
Cód. NV 00767
(F-42)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 1921
Cód. NV 00778

(F-43)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 11 dez. [1921]
Cód. NV 00771

(F-44)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 1921
Cód. NV 00773

(F-45)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 11 dez. [1921]
Cód. NV 00777

(F-46)

Subsérie atividades culturais e passeios

Acervo: MIS/RJ
Autor Augusto Malta
Data: 11 nov.1923
Cód. F-009175
pasta 127K

(F-47)



Acervo: FCRB
Autor: Augusto Malta
Data: 11 nov. 1923
Cód. 151 (280) Gav. E4

(F-48)

Acervo: FCRB
Autor: Augusto Malta
Data: 11 nov. 1923
Cód. 177 (281) Gav. E4

(F-49)



Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: 14 maio 1926
Cód. F-009170
pasta 127K

(F-50)

3.2.3 Série grupo

Nessa série, incluímos solenidades, visitas de autoridades, grupo de alunas e professoras, tendo a diretora como presença central. Registros realizados em vários espaços da escola, em pátios, varandas, interior de salas do prédio.

Na imagem de 10 março de 1921, em um dos pátios da Escola, vemos um aglomerado de alunas em pé, tendo ao centro um grupo de mestras sentadas, e a frente um outro subgrupo de alunas sentadas mais abaixo; ao fundo, na lateral, um pequeno subgrupo em um dos alpendres de alguma sala de aula. Todas voltadas para a lente do fotógrafo que capta toda a extensão do grupo **(F-51)**. Outra imagem do mesmo ano registra alunas e professoras no pátio da escola, vestidas com trajés de passeio, tendo ao centro a diretora Benevenida Ribeiro **(F-52)**.

De 6 de setembro de 1926, vemos alunas uniformizadas e organizadas de frente em uma das entradas laterais da escola, em pé e sentadas com uma [mestra] no centro em destaque **(F-53)**.

Devido à data de 10 de maio de 1923, a imagem **(F-54)** parece registrar a solenidade de aniversário de dez anos da Escola. Nessa foto, as alunas aparecem com vestido de “gala”, de frente, em fileiras, dispostas lado a lado, formando um arco.

A importância dada à escola era tanta que recebia freqüentemente, por um motivo ou outro, visitas de personalidades e autoridades nacionais e internacionais, todas alvo do fotógrafo, como a mencionada presença de um professor norte-americano que veio elogiar, segundo Carneiro-Leão, o trabalho pedagógico desenvolvido pela Escola. As visitas daquele educador enquanto diretor de Instrução Pública, como aquela do gabinete dentário eram motivo de registro (ver **(F-55)** na série anterior).

Prefeitos e presidentes da República também se fizeram presentes, como marechal Hermes da Fonseca. Outro presidente que também prestigiou a escola foi Venceslau Brás, vindo a inaugurar a biblioteca. O prefeito Alair Prata era uma

presença bastante freqüente nas solenidades, como na imagem datada de 4 de dezembro de 1925, que registra um grupo de alunas uniformizadas e pessoas reunidas no pátio da Escola, destacando-se no centro da imagem o prefeito e a diretora Benevenuta Ribeiro (F-55), posição representativa da autoridade externa e interna à escola. E outra da mesma data traz o grupo de pessoas, entre elas alunas uniformizadas, reunidas em interior da “Sala Dr. Azevedo Sodré”, destacando-se o prefeito Alaor Prata (F-56).

A visita do ministro do Egito em 28 de novembro de 1925 mereceu várias chapas fotográficas, em vários momentos. Em uma delas, o ministro aparece sentado, assinando o livro junto à diretora, por ocasião de sua visita à escola na “Sala Dr. Azevedo Sodré”. No cenário atrás, aparece em exposição um painel com trajés femininos desenhados pelas alunas (F-57). Nessa visita é apresentada ao ministro a capacidade de desenho das alunas, a imagem (F-58) registra cada uma delas desenhando modelos de vestuário feminino em quadro pregado à parede, sendo observado por um grupo de pessoas, entre elas, o Ministro do Egito. Na de 28 de novembro de 1925 vemos alunas sentadas de uniforme na frente da escola (F-59); tudo indica ser por ocasião da visita do ministro do Egito, ocorrida nesta data.

Apesar da República leiga, as escolas eram abençoadas pela Igreja Católica. Essa imagem de 26 de outubro de 1925 faz parte de uma série de registros que nos revelam a presença de autoridades religiosas nas solenidades da escolas e outras formas de presença. Ela registra um grupo de alunas uniformizadas tendo ao centro a diretora, reunidas em forma de v, de modo que o foco da câmara alcance todas, na “Missa na Cruz dos Militares, vendo-se ao fundo o estandarte [bondade] pelas almas” (F-60).

Não se descartam os procedimentos pedagógicos-eclésiásticos presentes e influentes nas escolas, apenas com uma penada. Quanto a essa presença, Saffioti com base no discurso pronunciado por Pandiá Calógeras, em 1912, criticando a Lei Orgânica de Ensino de 1911, trazido por Primitivo Moacyr no seu livro *A Instrução e a República*, vol. IV, p. 62, entende que a República ao surgir não tinha um plano central

que desse as diretrizes para uma política nacional de educação, com isso a República leiga deixava margem para a atuação da Igreja Católica nesse terreno devido a sua tradição nessa área.

O liberalismo que se impregnava a legislação sobre o ensino na primeira República deixava larga margem de atuação à Igreja católica, muito mais apta do que os leigos, pela tradição e pela posse de quadros habituados ao magistério, a desempenhar as tarefas educacionais... (Saffioti, 1979, p.214)

Isso justifica a influência e a presença da igreja nas escolas, mesmo nas públicas, pois a elite governamental do novo regime não apresentou um projeto educacional consistente. Sem uma orientação pedagógica precisa no seu nascedouro, de acordo com o novo ideal político de um Estado leigo, não conseguiu afastar a influência da igreja de suas escolas públicas, mesmo que consagrado por lei. Conforme a mesma autora, as inovações oriundas da pedagogia norte-americana e aqui introduzidas pelas escolas protestantes, numa renovação cultural, não fizeram frente efetivamente às concepções católicas que dominavam não apenas as escolas religiosas católicas mas também as escolas públicas.

Essa presença não só permanece como se consolida ao longo do tempo. A mencionada reportagem do jornal *A Nação*, fala da realização de uma “missa solemne, às 8 horas na Basílica da Cruz dos Militares, com benção especial do Pavilhão Brasileiro ofertado a esse estabelecimento para demonstrações cívicas das alunas...”, portanto a influência da igreja persistia.

As imagens nos mostram alunas de diferentes idades: é que para a admissão à escola a aluna teria de ter idade entre 12 e 20 anos; e possuir conhecimento, de pelo menos, parte das matérias do ensino primário, demonstrado em exame de admissão. Num dossiê de aluna encontramos o seguinte ‘atestado de escolaridade’:

Distrito Federal, 29 de agosto de 1916

Attesto que Bárbara da Conceição durante o anno de 1914 frequëntou o curso complementar da 11ª. Escola primária de letras do 5º. Districto, onde prestou exame final, estando a referida classe sob minha direção.

E por ser verdade aqui attesto para os fins competentes.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1916.

Julieta Capanema²⁶.

Na maioria das imagens a que tivemos acesso, a figura da diretora é personagem central. Sua vida se confunde com a história do colégio. O ofício recebido da Directoria Geral de Instrucção Publica, datado de 23 de maio de 1913, o mais antigo encontrado no acervo da escola, em resposta ao ofício da diretora Benevenuta Ribeiro, demonstrou o poder de ingerência dessa diretora sobre a escola em todos os segmentos.

“...tendo recebido o officio n. 1 da Escola sob a Direção de V.Ex., lembro que, na forma da letra L do art. 11 do Regulamento das Escolas Profissionaes, incumbe á Directora nomear e despedir os serventes, independente de approvação desta Directoria, podendo incluil-os na folha de pagamento, contar do dia em que começarem a trabalhar.

Sou com especial estima

Dr. V. Exa []

D. [B] F. Ramiz Galvão

A reportagem do jornal *A Nação*, destaca ainda a continuação de Benevenuta à frente da escola até aquele ano. “A direcção atual do estabelecimento esta a cargo do desvelo e competência da professora Benevenuta Ribeiro...”

²⁶ Acervo: Arquivo Permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin.

Outra reportagem do *Jornal do Brasil*, datada de 10 de maio de 1973, intitulada “Colégio Rivadávia Correia chega aos 60 anos com um acervo de objetos raros”, também destaca o trabalho pedagógico desenvolvido na escola sob a batuta da diretora. Sob sua administração, se em 1915 a matrícula foi de 35 alunas, em 1916 já era de 200, havendo então um aumento significativo de um ano para outro.

Dois anos depois de criado, em 1915, o colégio foi transferido para a sua atual sede, matriculando-se 35 alunas na primeira escola profissional feminina no Rio. [vimos que foi a 2ª., porém obteve maior destaque]. As meninas aprendiam a cozinhar, a fazer enfeites de flores, a bordar, a fazer chapéus. De 1913 a 1961 o colégio foi dirigido por Dona Benevenuta Monteiro, que morreu aos 80 anos, poucos dias depois de deixar a direção do colégio.

Conforme a mesma reportagem, a diretora dirigiu o colégio, impondo o seu estilo, quase como um internato. Apesar disso, da aparente harmonia, a escola não deixou de conviver com a violência. Um ofício de abril de 1918 do delegado do 23o. distrito policial demonstra essa evidência. Pedindo informações sobre uma aluna que se queixa de um “defloramento” sofrido por ela, solicita à diretora da escola a confirmação da aluna no rol de matriculadas. No ofício diz o delegado: “defloramento de que se queixa a menor... que disse ser aluna dessa escola...”

Em 1922, participou da 1ª Conferência pelo Progresso Feminino. Tendo como presidente efetiva Bertha Lutz, a Conferência discutiu, entre outros temas, na Comissão de Educação e Instrução, o ensino profissional para o sexo feminino. Além de Benevenuta Ribeiro Carneiro Monteiro, como participante pelo Distrito Federal e Diretora da Escola Profissional Feminina Rivadavia Correa, contou também com a

presença de Carneiro Leão²⁷ como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1922-1926), de Esther Pedreira de Mello (uma das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e como vimos um dos signatários da ata de fundação da Primeira Escola Profissional - Bento Ribeiro). Embora recebesse críticas quanto ao plano de estudos, era uma escola reivindicada, naquele momento na Conferência, que trazia a preocupação em torno da formação dada pelas escolas profissionais para o sexo feminino.

Enquanto esteve à frente da escola a diretora não permitiu o ingresso de alunos, o que veio a ocorrer tão logo decidiu retirar-se, em 1961. Ficou como exclusiva para o sexo feminino até aquele ano.

Por fim, as imagens trazidas nas duas últimas séries nos passam a idéia do grande contingente de alunas atendido pela escola. Em termos numéricos, a reportagem do jornal aponta ainda para registrar a importância dada à escola, o contingente de alunas que passaram por ela e os benefícios proporcionados, como ter como professoras ex-alunas. Ela

...registra a passagem por seus cursos de 14.000 alumnas, sendo que, dessas, centenas e centenas ocupam hoje importantes funções não só no commercio como na administração pública e no magistério. Digno de registrar-se é o facto de duas de suas actuaes professoras serem ex-alumnas da Escola.

A seguir, trazemos as imagens da Escola Profissional Paulo de Frontin.

²⁷ Carneiro Leão, então diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, como nacionalista que era, visava à preparação técnica “das novas gerações brasileiras”. Via a necessidade de instrução primária do povo como solução para que o país saísse do atraso em que se encontrava frente às nações modernas. Dizia ele ao término de sua gestão na Diretoria Geral de Instrução Pública: “*A orientação impressa ao ensino primário (...) e, sobretudo, a indicada nos novos programmas, patenteiam a preocupação de uma educação de actividade, de uma preparação technica das novas gerações brasileiras.*” No seu entendimento, essa preparação técnica não vinha ocorrendo de forma satisfatória na capital do país. Embora mais preocupado com a primária, a escola profissional não deixou de ser alvo. É fato que a proposta de Reforma de Carneiro Leão não foi aprovada pelo Conselho Municipal.

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: [1921]
Cód. 009160
Pasta 167

(F-51)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura do
Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: [1921]
Cód. 663/36
Pasta 167

(F-52)



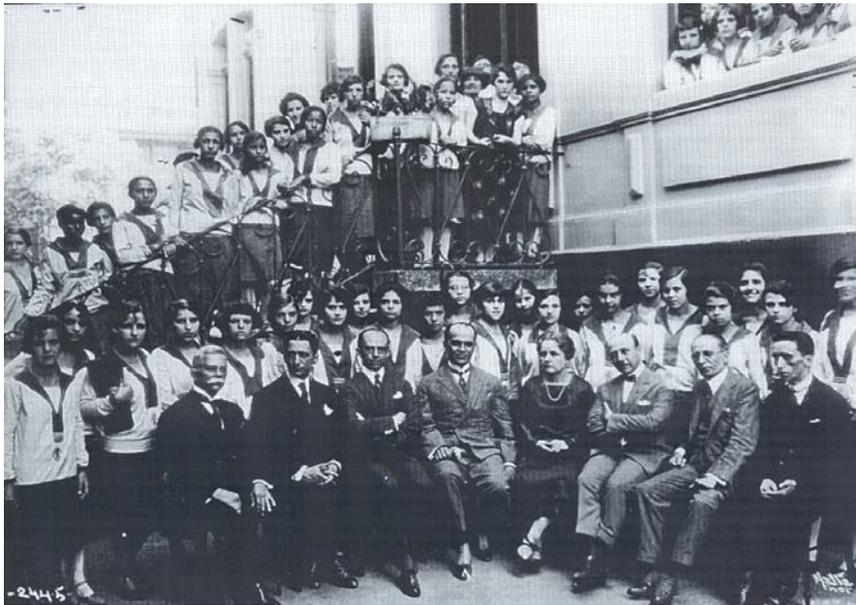
Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto
Malta
Data: 6 set.1926
Cód. F-009139
pasta 127L/2

(F-53)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 10 maio 1923
Cód. 663/11
Pasta 167



(F-54)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 4 dez. 1925
Cód. NV 00518

(F-55)

Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 4 dez. 1925
Cód. NV 00535

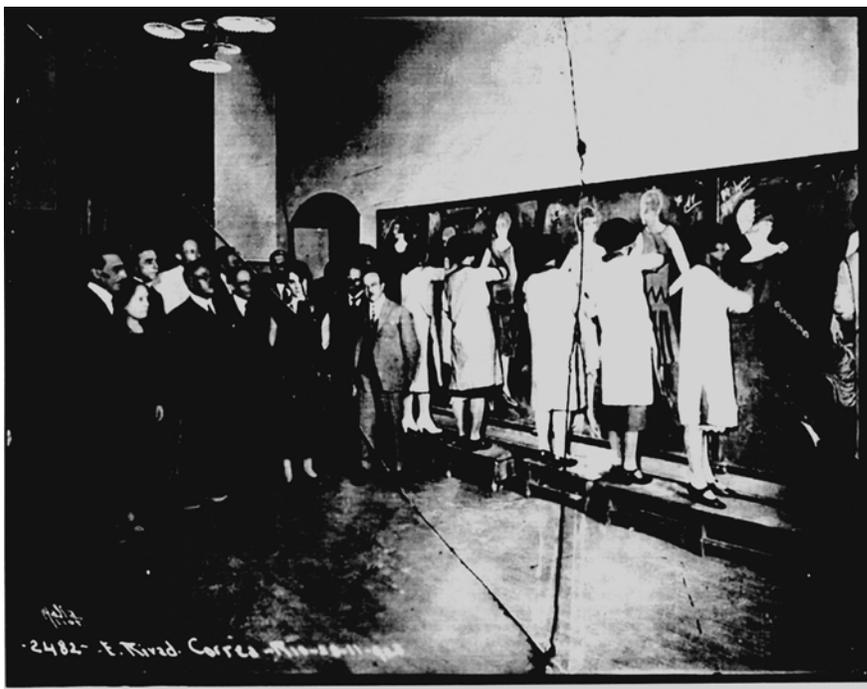
(F-56)





Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção:
Prefeitura do Distrito
Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 28 nov. 1925
Cód. NV 00510

(F-57)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção:
Prefeitura do Distrito
Federal/RJ; Coleção
fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 28 nov. 1925
NV 00522

(F-58)

Acervo: MIS/RJ
Autor: Augusto Malta
Data: 28 nov.1925
Cód. F-009277
pasta127L/2

(F-59)



Acervo: AGCRJ
Fundo/coleção: Prefeitura
do Distrito Federal/RJ;
Coleção fotográfica (1903-
1958)
Autor: Augusto Malta
Data: 26 out. 1925
Cód. 663/02 Pasta 167 e NV
00528

(F-60)



3.3 Imagens da Escola Profissional Paulo de Frontin

Dessa escola encontramos poucas imagens e só a partir de 1926, apesar do seu surgimento em 1919. Basicamente, são registros realizados a partir da gestão de Fernando de Azevedo (1927-1930) na Diretoria de Instrução Pública Municipal. O porquê era a também a pergunta. Em sua trajetória buscamos uma possível resposta.

Assim como a Escola Profissional Bento Ribeiro, a Escola Profissional Paulo de Frontin também sofre em sua trajetória com a falta de um prédio próprio. Tendo origem no Externato do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, em fevereiro de 1919, conforme a portaria de 29 de julho daquele ano, na gestão do Prefeito do Distrito Federal, o engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin²⁸, muda-se para um prédio alugado, situado na rua Hadock Lobo, 252, oferecendo então o curso profissional (que compreendia o de adaptação e de ofícios) e o comercial exclusivamente para o sexo feminino, ainda sob a denominação de externato. Após o término da gestão do referido prefeito, em sua homenagem o Externato do Instituto Orsina da Fonseca passou a denominar-se *Escola Profissional Paulo de Frontin*.²⁹ Possuindo, naquele momento, 337 alunas matriculadas no curso profissional e 94 no curso comercial, perfazendo um total de 431 alunas.³⁰ Conforme os livros de matrículas, a maioria nascida na capital.

Em 1920, o prédio da rua Hadock Lobo fora entregue a seu proprietário por motivo de venda, passando a escola a instalar-se precariamente num prédio

²⁸ André Gustavo Paulo de Frontin nasceu em 1860, em Raiz da Serra, então Petrópolis - RJ, e faleceu em 1933 na cidade do Rio de Janeiro. Engenheiro, em 1889, em seis dias aumentou o abastecimento de água no Rio de Janeiro. Como colaborador de Pereira Passos, participou da remodelação do Rio de Janeiro. Em 1909, recebeu o título de conde pelo papa Pio X. Em 1903 Paulo de Frontin é nomeado pelo ministro do Interior como um dos principais engenheiros da reforma urbana. Ele e o Clube de Engenharia terão um papel importantíssimo antes, durante e após o período da reforma de Passos. (Rocha, 1995, Abreu, 1987, Barros, 1997)

²⁹ Fonte: documento do acervo do Arquivo Permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin.

³⁰ Id., *ibid.*

municipal adquirido para demolição na rua Aristides Lobo, 224, aí ficando em caráter provisório até 1926.

O prefeito Alaor Prata, pelo decreto n. 2137, de 25 de maio de 1925 desapropriou o antigo solar do Barão de Ubá, na rua que levava o seu nome, para instalar a escola em melhores condições de funcionamento, após adaptações necessárias, permanecendo até hoje neste endereço.

Situada no bairro do Rio Comprido Malta registra imagens da fachada do **prédio**, como uma de 3 de novembro de 1927 (**F-61**). Assim como no Instituto Profissional Orsina da Fonseca, as várias reformas de ensino geraram na então Escola Profissional Paulo de Frontin diversas modificações estruturais, pedagógicas e administrativas ao longo de sua história. Na administração de Antonio Prado Junior, no lugar do prédio em que funcionava foi construído um outro, em consonância com os pressupostos da Reforma Fernando de Azevedo, que impôs uma modificação no ensino profissional, incluindo a construção de prédios, sendo inaugurado em 10 de novembro de 1929 ³¹.

De seu **ambiente interno**, registra uma imagem sem data de uma sala onde aparecem duas alunas desenvolvendo trabalhos com mapas do Brasil, relevo, gravuras, acompanhadas por uma mestra, sinalizando já alguns elementos da Escola Nova (**F-62**); e outra nessa linha de raciocínio é a imagem de um laboratório [de química] sem a presença de alunas (**F-63**). Uma outra imagem de 12 de novembro de 1927 registra o interior de uma sala de aula sem a presença de alunas e professores mas com carteiras individuais de madeiras e quadro-de-giz. Lê-se no quadro “Escola Paulo de Frontin” com um tipo de letra e abaixo “Tipo de classe 6,00 x 9,00” com uma abreviação nos números não identificada, e logo abaixo “40 alumnos”, sinalizando conter a classe 40 alunos. A tomada da imagem em profundidade no sentido do final da sala para a porta de entrada, tentando demonstrar a extensão da mesma (**F-64**).

³¹ Id., *ibid.*

Segundo o plano de estudos instituído para as Escolas Profissionais a escola oferecia o curso profissional e comercial para as alunas. Este último instituído ainda quando era um externato do Instituto Profissional Orsina da Fonseca, em 1916. Nos assentamentos dos livros de matrícula do Curso Comercial constam as seguintes disciplinas: estenografia, datilografia, contabilidade, francês, inglês³².

Carneiro Leão chama atenção para a vocação do Distrito Federal para o comércio, expresso em seu Relatório no final do mandato frente à Diretoria de Instrução³³. Ele solicita dos poderes públicos uma preparação mais técnica do empregado do comércio, ensino em seu entendimento tão necessário como o industrial, sempre tendo em vista a instrução da população pobre. Segundo o educador, com isso, propiciava-se uma profissão em nível primário e técnico para o mercado que se constituía com uma mão-de-obra mais qualificada. Naquele momento, o curso complementar das escolas primárias para o sexo feminino já continha um pouco dessa preparação, no seu plano de estudos, mas não era o suficiente.

Para o diretor apenas a Escola Paulo de Frontin não estava sendo suficiente na formação dessa mão-de-obra feminina qualificada; de acordo com a demanda do mercado, era necessária a abertura de mais cursos desse tipo, era preciso uma intervenção maior do Estado, o que se solicitava eram mais cursos específicos de

³² Podemos verificar no Arquivo Permanente do Colégio Paulo de Frontin os livros de matrícula do Curso Comercial do período de 1923 a 1929, constando o termo de abertura, assinado pela diretora Andréa Borges da Costa e as disciplinas ministradas. Conforme os assentamentos nos livros percebe-se que as alunas inscritas moravam, em sua maioria, próxima à escola.

³³ Diretores da Instrução Pública: José C. Medeiros e Albuquerque (4 set. 1900-25 ago. 1904); Abelardo G. Almeida Feijó (25 ago.-31 dez. 1904); José C. Medeiros e Albuquerque (31 dez. 1904-8 mar. 1905); Abelardo G. Almeida Feijó (8 de mar.-31 dez. 1905); José C. Medeiros e Albuquerque (31dez. 1905-27 abr. 1906); Manoel Bonfim (27 abr. 1906-26 abr. 1907); Abelardo G. Almeida Feijó (26 abr.-31 maio 1907); Leôncio Correia (31 maio 1907-24 maio 1909); Francisco Cabrita (24 maio 1909-9 set. 1909); Abelardo G. Almeida Feijó (22 a 26 out. 1909) Joaquim da Silva Gomes (26 out. 1909-15 nov. 1910); Abelardo G. Almeida Feijó (15 nov. 1910-31 jan. 1911); Álvaro Baptista (31 jan.-23 abr. 1912); Benjamin Franklin de Ramiz Galvão (23 abr. 1912-29 mar. 1916); Antonio Augusto de Azeredo Sodré (29 mar.-18 maio 1916); Julio Afrânio Peixoto (18 maio 1916-24 jan. 1917); Manoel Cicero Peregrino da Silva (24 jan. 1917-14 nov.1918); Antonio Pinto da Rocha Vaz (14 nov. 1918-27 jan.1919); Raul de Faria (27 jan.-27 jul. 1919); Raul Leite Cunha (28 jul. 1919-7 jun.19120); Ernesto do Nascimento Silva (7 jun.19120-15 nov.1922). Antonio Carneiro Leão (15 nov.1922-1926)

formação de mão-de-obra para o comércio: “há necessidade da multiplicação de cursos commerciaes para ajudar a população pobre a preparar-se melhor.” Até então, para o sexo feminino o curso comercial era “excessivamente procurado, na Escola Paulo de Frontin...” Nessa escola, de 1921 até 1925, “terminaram o curso 100 moças e quasi todas bem collocadas nas respectivas profissões” (p.192-3). Esse contingente era insignificante se considerarmos a população escolar da época.

A Escola Rivadavia Correa e o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca neste período já contemplavam também esse tipo de aprendizagem para o comércio, como pudemos ver nas imagens.

No Brasil, até 1930, o ramo profissional mais procurado pelas mulheres era o magistério, porém no que se refere aos cursos técnicos profissionais os cursos especiais de datilografia e taquigrafia (principalmente em São Paulo) começaram a ser procurados por mulheres:

das camadas sociais mais baixas e pelos extratos inferiores das camadas médias. A grande concentração de mulheres nesse setor de ensino indica que consideráveis contingentes humanos começavam a ver na profissionalização dos elementos femininos da família possibilidade de ascensão social do grupo como um todo.” (Saffioti, 1979, p.221).

Na “Comissão de Instrução” da Conferência de 1922, se colocava a preocupação com as profissões no comércio exercidas majoritariamente por mulheres e com a formação dada pelas escolas de Comércio; a questão colocada era se o aumento da oferta dessa mão-de-obra poderia levar a um rebaixamento de salários de profissões como, por exemplo, de datilógrafa e de estenógrafa. De uma delegada da Liga Paulista pelo Progresso Feminino, D. Branca de Canto e Mello, sobre a instrução da mulher, se referindo e valorizando a escola de comércio:

Até ha bem pouco tempo, o campo único aberto á actividade feminina era o professorado (...) De algum tempo a esta parte, um novo campo surgiu, risonho e promissor: o commercio com suas multiplas occupações. E hoje, as funções de Caixa e a parte de Dactylographia e Stenographia nos escriptorios commerciaes são quase exclusivamente preenchidas pelo sexo feminino. E as Escolas de Commercio, e as Escolas Normaes continuam a diplomar centenas de moças, annualmente.

Uma imagem dessa Escola onde vemos as alunas realizando essas atividades pode ser visualizada no capítulo II, ainda enquanto Externato do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, de 1916, ano em que foi instituído o ensino comercial (F-11).

Enaltecendo a competência e o sucesso das escolas profissionais para o sexo feminino, em relação às escolas profissionais para o sexo masculino, pois a evasão escolar³⁴era maior nessas do que naquelas escolas, diz Carneiro Leão em seu relatório de 1926:

Funcionaram aqui, o anno passado, quatro escolas profissionais masculinas com 800 matriculas e duas femininas com mais de 900... Nas escolas masculinas é pequeníssimo o numero daquelles que terminam o curso, nas femininas, entretanto, esse número é grande e cada vez maior (p.193).

³⁴Como a escola oferecia logo uma formação, ou seja, o aluno aprendia um ofício, este ia em busca de ser absorvido pelo mercado de trabalho, pela necessidade econômica; sendo absorvido, não continuava na escola. Constatamos esse dado no trabalho de Ciavatta sobre a escola profissional masculina diz ela: "Em todas elas, poucos alunos terminavam o curso, se "diplomavam", como registram os documentos, o é confirmado pelos professores entrevistados. As razões eram a pobreza e a necessidade dos adolescentes de trabalhar e ajudar nas despesas da família tão logo adquirissem conhecimentos que lhes permitisse o exercício inicial de uma profissão." (Ciavatta, p.30)

As escolas a que se referem são a Paulo de Frontin, que oferecia o curso de comércio e a Rivadavia Correa. Como vimos, neste ano de 1926 é reaberta a Escola Profissional Bento Ribeiro.

De 1928, encontramos uma imagem **(F-65)** da Escola Paulo de Frontin de 10 de dezembro, registrando o interior de sala com exposição de peças de indumentária infantil dentro e em cima de cristaleiras. Inicialmente nos lembra o museu da Rivadavia Correa. Uma outra imagem **(F-66)** da mesma data registra o interior da sala com exposição de arranjos florais, levando a crer que podem ser atividades de final de ano, como avaliação, como no Instituto e na Rivadavia Correa, tendo em vista o regulamento das escolas profissionais.

Na parte de ofícios, observamos o registro de uma sala de aula datado de 16 de novembro de 1928, com carteiras duplas de madeira onde as alunas estão desenvolvendo trabalhos de agulha. Algumas estão concentradas no ofício parecendo ignorar a figura do fotógrafo, outras já denunciam sua presença, olhando diretamente para a câmera. Ao fundo vemos a professora em pé. **(F-67)**

Registros de solenidades, visitas de autoridades, grupos de alunas e professores e diretora, também através da imagem, como a de 19 de novembro de 1928, da festa da bandeira, com alunas na sacada do prédio. **(F-68)**.

A presença de Paulo de Frontin na escola era uma constante, como a visita registrada na imagem de 12 de novembro de 1926 **(F-69)**. Nela vemos um grupo de autoridades, destacando-se Paulo de Frontin e alunas uniformizadas reunidas em solenidade no pátio da escola. Todos as alunas foram organizados em fileiras frontais dispostas lado a lado, tendo as autoridades no centro da imagem. E outra imagem **(F-70)** de 7 de novembro de 1929, registrando também a visita de um grupo de autoridades, destacando-se novamente Paulo de Frontin ao centro e alunas uniformizadas no pátio interno da escola.

Observamos que todos os registros foram feitos nos espaços externos da escola como pátios e fachadas, de modo a demonstrar parte do que está se oferecendo às alunas em termos arquitetônicos. A imagem **(F-61)** da sala de aula na série anterior

também foi registrada nessa mesma data, parecendo fazer parte de um evento que não conseguimos identificar.

O fato é que até o término da gestão de Carneiro Leão na Diretoria de Instrução Pública, o poder público não atendeu o contingente de meninas menos abastadas que queriam freqüentar esse tipo de escola. Não formando esse contingente feminino na proporção de sua procura nem para o lar doméstico, com todas as representações em torno do papel da mulher como mãe e esposa, nem para o mercado de trabalho em sua plenitude.

Concretamente, a escola segue continuando a formar moças para serem “a futura rainha do lar” e em caso de necessidade “auxiliar suas famílias fora do lar”, conforme as palavras de sua diretora na década de 1940, já como Externato de Educação Técnico-Profissional Paulo de Frontin. Pensamento em consonância com a fala do professor Aprígio Gonzaga, citado naquela Conferência de 1922.

Pelo decreto n. 11.998, de 30 de março de 1953, passa a denominar-se Ginásio Municipal Paulo de Frontin, funcionando de acordo com os termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário em vigor. A portaria n. 913, de 15 de dezembro de 1953, assinada pelo Diretor do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura, Armando Hildebrand, concede autorização para funcionar como Colégio, por dois anos, de acordo com os termos da portaria ministerial n. 501, de 19 de maio de 1953. A instituição educativa recebe então a denominação de Colégio Municipal Paulo de Frontin. Pela Resolução n. 6, de 3 de fevereiro de 1954, do Secretário Geral de Educação e Cultura, Morão Filho, é criado o curso Colegial, em regime de externato, sendo destinado exclusivamente ao sexo feminino.³⁵

Com a mudança da capital para Brasília e a criação do estado da Guanabara recebe a denominação de *Colégio Estadual Paulo de Frontin*. Essa instituição de ensino

³⁵ Fonte: documentos do acervo do Arquivo Permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin.

permanece como exclusiva para o sexo feminino até 1970, quando meninos passam a ser admitidos³⁶.

Acervo: AGCRJ
Fundo: Prefeitura do Distrito
Federal
Coleção: Augusto Malta
Autor: Augusto Malta
Data: 3 nov. 1927
Cód. NV.0479

(F- 61)

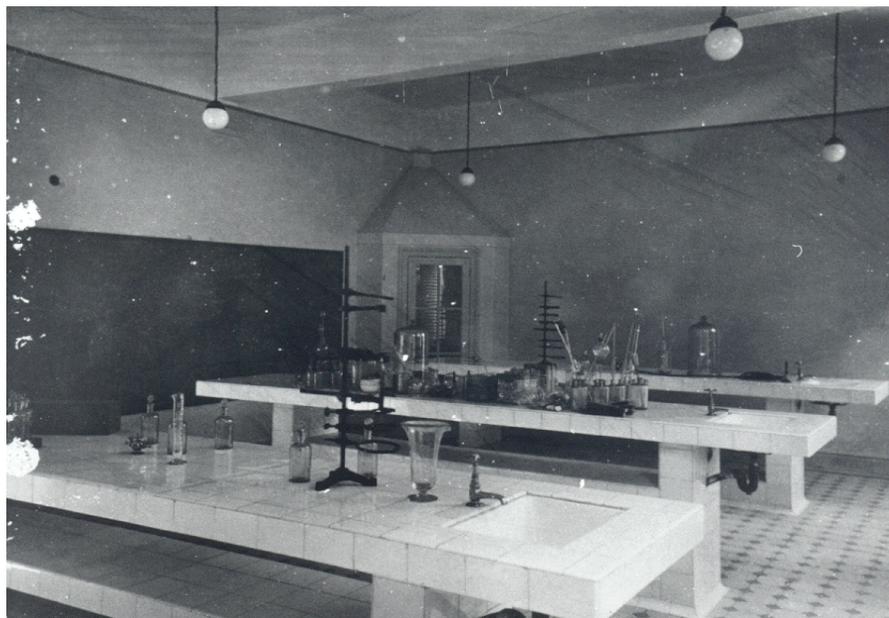


³⁶ Com a Lei 5.692/71 criam-se os cursos profissionalizantes: Contabilidade, Processamento de Dados, Secretariado, Administração de Empresas. Em 1984 são extintos os cursos técnicos profissionalizantes e estabelecido o Curso de Formação Geral (2º. Grau), hoje Ensino Médio de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) de 20 de dezembro de 1996.



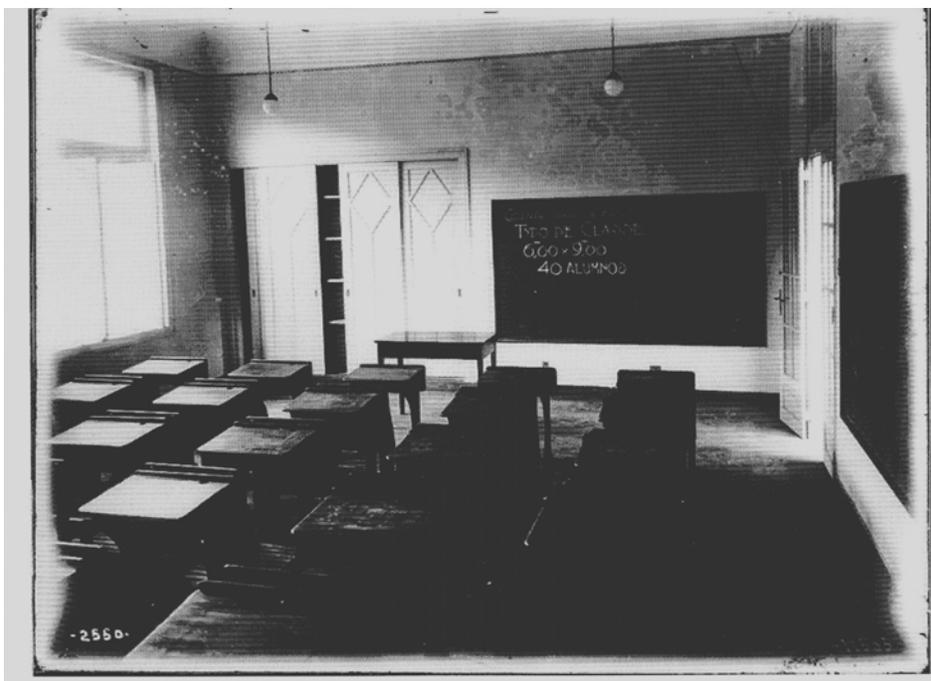
Acervo: Museu da Imagem e do Som
Arquivo: Augusto Malta
Data: s/d.
Cód. F-008587
Pasta 127

(F-62)



Acervo: Museu da
Imagem e do Som
Arquivo: Augusto Malta
Data: s/d.
Cód. F-008586
Pasta 127

(F-63)



Acervo: AGCRJ
Fundo: Prefeitura do
Distrito Federal
Coleção: Augusto
Malta
Autor: Augusto
Malta
Data: 12 nov. 1926
Cód. NV.0479

(F - 64)

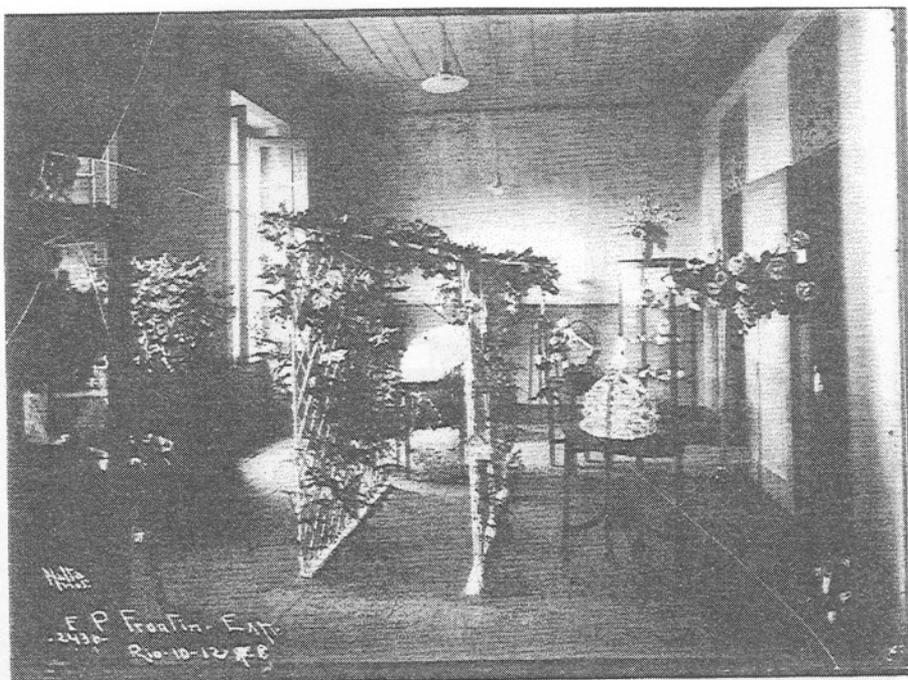


Acervo: AGCRJ
Fundo: Prefeitura do
Distrito Federal
Coleção: Augusto Malta
Autor: Augusto Malta
Data: 10 dez. 1928
Cód. NV.0477

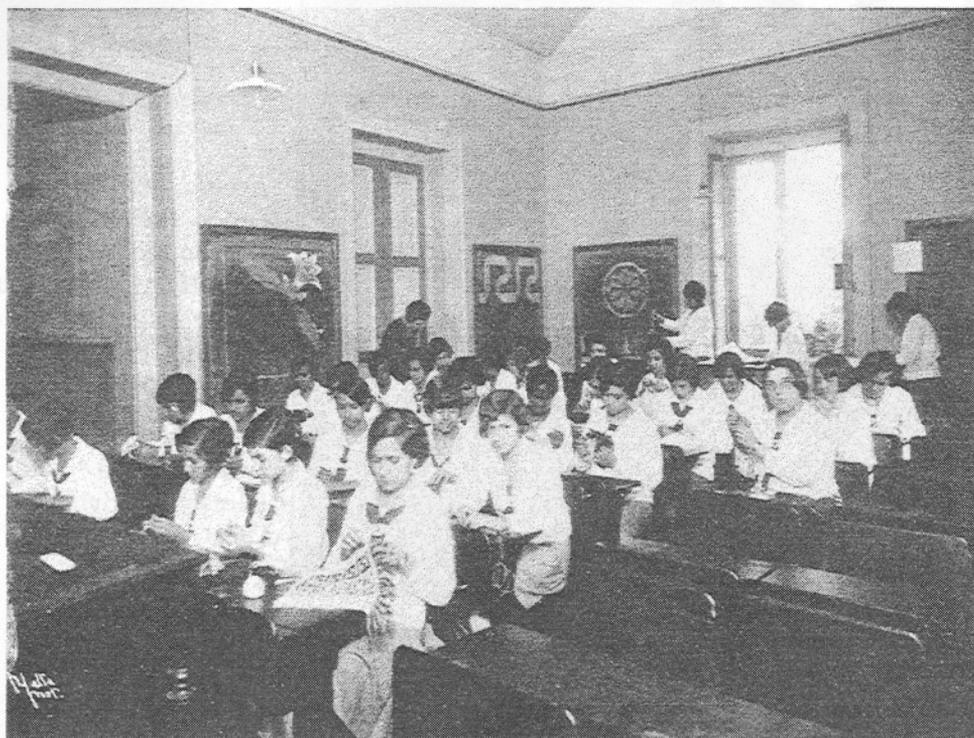
(F - 65)

Acervo: AGCRJ
Fundo: Prefeitura do
Distrito Federal
Coleção: Augusto
Malta
Autor: Augusto
Malta
Data: 10 dez. 1928
Cód. NV 523

(F - 66)



(F-66)

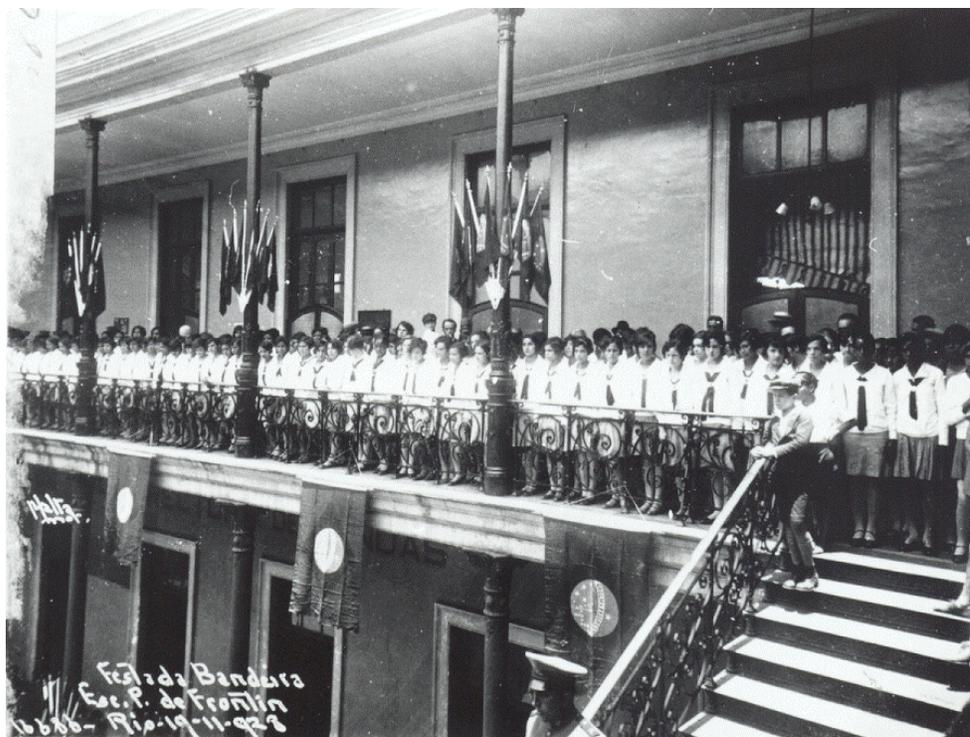


Acervo: Museu da
Imagem e do Som
Arquivo: Augusto
Malta
Data: 16 nov. 1928
Cód. F-008593
Pasta 127

(F - 67)

Acervo: Museu da
Imagem e do Som
Arquivo: Augusto
Malta
Data: 19 nov. 1928
Cód. F-008592
Pasta 127

(F-68)

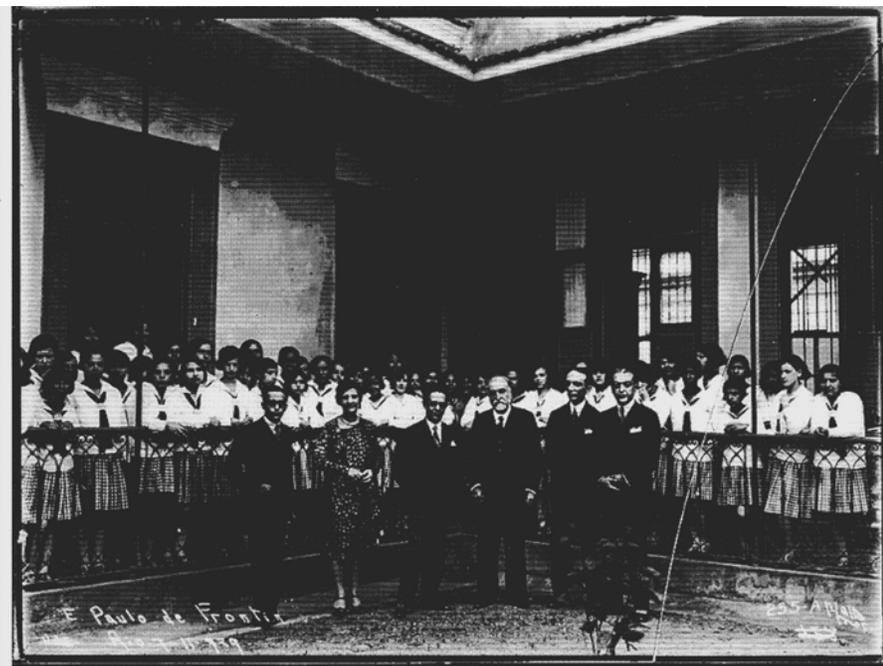


Acervo: AGCRJ
Fundo: Prefeitura
do Distrito Federal
Coleção: Augusto
Malta
Autor: Augusto
Malta
Data: 12 nov. 1926
Cód. NV.0476

(F - 69) ver
também (F-61)

Acervo: AGCRJ
Fundo: Prefeitura do
Distrito Federal
Coleção: Augusto
Malta
Autor: Augusto Malta
Data: 7 nov. 1929
Cód. NV.0474

(F - 70)



Vimos nas imagens das escolas, em especial da Rivadavia Correa, a aprendizagem por parte das alunas de diversas atividades voltadas para o trabalho no lar. Considerada a “ciência do lar”, a **educação doméstica**, na Conferência de 1922, não foi esquecida. Reivindicava-se que fosse destinado nas escolas um tempo maior dedicado a esse estudo; estudo tão importante para a formação da mulher como uma perfeita dona-de-casa quanto ler e escrever. A delegada da Liga Paulista reforça esse pensamento citando alguns trechos da conferência sobre “Educação Profissional” proferida pelo professor Aprígio Gonzaga no Conselho de Educação de São Paulo. [Este foi convidado por Carneiro Leão para ajudar na Reforma educacional no Distrito Federal; declinou do convite devido ao acúmulo de trabalho em São Paulo.] Para esse educador: “A escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a mulher solteira. A missão principal da mulher é de ser: “mãe de família, esposa, quando necessário for, trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações.”³⁷ Porém, nem todas se casam, indo para o mercado de trabalho, e a escola tem de considerar essa realidade. E estabelecendo a diferença entre as moças ricas e pobres, enfatiza a necessidade que essas últimas têm da educação doméstica, como salvação, quem sabe, para encontrar “um bom marido” e manter assim um “bom casamento”.

... Os pais, quando ricos, dão-lhes educação de salão: piano, canto, esporte, danças e outras prendas que estão muito bem nas ricas (eu acho até que nem as ricas têm o direito de desconhecer o trabalho da educação dos filhos e a direção do lar); mas para a classe pobre, só na escola doméstica está a salvação. Na escola doméstica a mulher deve aprender a ser boa dona de casa.³⁸

³⁷ Acervo do Arquivo Nacional - AP 46 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

³⁸ Idem.

As concepções do professor apresentadas receberam o parecer favorável de Esther Pedreira de Mello, uma das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, cuja assinatura se encontra na ata de fundação da 1ª Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro].

Para Rodrigues (2000), as escolas profissionais, com um plano de estudos contemplavam a aprendizagem das prendas domésticas, produziam jovens “aptas” para o casamento, a maternidade e a vida no lar, considerando o papel imputado à mulher naquele período, mas também profissionais para o emprego doméstico.

O ensino profissional doméstico tinha como objetivo formar as jovens para o trabalho no lar, em sua própria casa ou como empregada em casas de família. Oferecido às alunas que estudavam em regime de internato ou externato, atendia, principalmente, jovens pobres orfãs ou que não podiam ser cuidadas pela família por motivos financeiros, e as jovens que buscavam uma profissionalização. Não deixava de atender, no entanto, as moças que procuravam uma formação para o casamento, a maternidade e a vida doméstica. As práticas escolares de ensino doméstico produziam diversas imagens de feminino conforme atendiam a públicos diferenciados. (p.346)

Portanto havia um incentivo às escolas domésticas, ainda em 1919, quanto à instrução nacional, em exposição apresentada, no Parlamento, ao ilustre chefe da nação e seu digno auxiliar na Pasta do Interior, por Passos de Miranda Filho, Ex. deputado federal pelo Estado do Pará (1903-1911), publicado do Diário Oficial de 28 de novembro de 1919, em relação à instrução feminina, diz o parlamentar:

A mulher brasileira, das classes menos abastadas da sociedade, luta com enormes embaraços para achar collocação ou trabalho lícito, que proporcione elementos

da vida. Mesmo nas classes abonadas não há certo critério de previdência na educação ministrada.

De presente, a infante do ensino primário passa, quando donzella, ao curso normal, com a seducção de um diploma de professora, que ella supõe há de amparal-a contra os azares possíveis de existencia. A esta se reduz o que a instrucção official lhe offerece, salvo algum emprego somemos no vastíssimo quadro burocratico que acolhe os parentes de toda casta. As escolas congregacionistas, bem merecem pela instrucção e educação primorosas que dao ás suas alumnas: entretanto, estas – a verdade seja dita – quando voltam aos respectivos lares não sabem nem podem dirigil-os porque a respeito não tiveram conhecimentos peculiares adequados.

Ora, uma educação, boa e útil, não despreza, antes prepara e conduz as aptidões necessarias no funcionamento da actividade. E a completa disposição para o exercicio deste é o que faz o homem e a mulher no espaço e no tempo em que tiverem de estar a viver. Nenhuma acuidade da inteligencia, nenhum requinte de arte, nenhuma belleza de vestuario, nenhuma distincção de maneiras podem compensar a falta das grandes qualidades fundamentaes, assim denominadas porque estimulam, desenvolvem e aperfeiçoam a capacidade requerida para o papel, que se tem de desempenhar na sociedade, segundo a vocação, o sexo, o estado e a condição de cada um. O cultivo dessas qualidades para especialização mais efficaz de capacidade feminina, eis a nobre aspiração, eis o ponto de mira fecundo para onde devem incidir sua vista os mentores pedagógicos de nossa Pátria, procurando estabelecer o chamado *enseignement menager*, ou curso de economia domestica, o qual vai da cozinha á hygiene alimentar, do engommado ao bordado, dos pontos de costura ás confecções de moda, dos preços médios dos generos ás regras communs de excripturação mercantil, do arranho e decoraçãõ de interiores da casa ao trato das flôres e dos fructos, nos jardins e nos pomares.

Proporcionando tal ensino, faremos das industrias, das artes e dos officios caseiros – [votados] pelas classes ricas ao mais completo abandono e pelas classe pobres, na mais extravagante desordem – dignos elementos de trabalho productivo que faculte á mulher manutenção segura.

Assim, educada, a mulher estará garantida e será feliz em qualquer estado ou condição.

Um exemplo só da utilidade das escolas desse typo. Morrem por milhares as crianças, no primeiro anno de existencia, sendo a cifra tanto mais angustiosa quanto se verifica que estes pequenos sêres vêm ao mundo, de ordinario, normalmente constituídas. Se eles morrem é pela ignorância [palmar] em que as mãis estão acerca das regras de hygiene infantil e maternal. Ora, os cursos de economia doméstica comprehendem, em seu programa, lições de puericultura, mediante as quaes a mortandade diminuía consideravelmente.

Cheysson, no “Relatório” que escreveu ao Congresso realizado sobre o assumpto, na Suissa, em 1908, refere-se á colaboração preciosissima que os cursos de educação doméstica podem trazer a campanha social contra o alcoolismo, tuberculose etc.

... empregando estes e outros processos pedagogicos convenientes, preparamos a mulher brasileira para que venha a ser uma utilidade digna, conscientte, real e cooperante na riqueza e na regeneração da Nação, invertidos, natural e sabiamente, os termos descompassados do feminismo moderno, que tanto lhe exaggera os direitos, como lhe posterga os deveres. 17/9/1919 Passos de Miranda Filho.

Nas imagens trazidas pela pesquisa verificamos registros das oficinas de costura, chapéu, bordado, colete, entre outras. Essa ênfase dada no plano de estudos dessas escolas e do Instituto para essas atividades era criticada na citada Conferência de 1922 pela delegada da Liga Paulista ao falar sobre a capacidade e superioridade em torno do potencial de trabalho da mulher. Pensando no mercado de trabalho que se constituía, para ela esse potencial era ainda pouco aproveitado na formação escolar das meninas nessas escolas. Esse tipo de ensino não explorava e estimulava outras possibilidades do trabalho, como a da ourivesaria, gravação, fotografia, decorações internas, desenhos geométricos, desenhos característicos de estilos retrospectivos diversos, que muito auxiliam a indústria de fiação e tecidos, desenhos

arquitetônicos etc. E para se orientar em qualquer dessas especializações a aluna não pode deixar de aprender também um pouco de Geografia, Historia da Civilização e História da Arte. Porém, reforça representações do feminino, pois não deixa de apelar para a sensibilidade, destreza manual, paciência, entre outras características próprias do sexo feminino construídas por representações sociais.

Há dias, diante de umas jóias antigas, buriladas, cinzeladas, filigranadas, verdadeiros primores de ourivesaria antiga, feitas por mãos rudes de homens, que existiram há um século atrás, puzemo-nos a pensar como teriam sido ellas si executadas por mãos femininas, leves e delicadas.(...) Todas as manifestações da arte aplicada ou manufactureira concebidas pela mentalidade masculina, serão superiormente executadas pela mão feminina.³⁹

Para Louro, assim como o Instituto a escola profissional feminina dedica: “intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens ‘prendadas’, capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha e pintura” (Louro, 1997, p.62). Contudo, vimos que a condição de uma escola como formadora da mão-de-obra feminina que serve ao lar, à indústria e ao comércio foi se consolidando ao longo de tempo, expressas nas palavras de Afrânio Peixoto, Diretor de Instrução Pública no período de 1916 a 1917, em seu livro *A Educação da mulher*, a se expressar da seguinte maneira em relação à escola profissional feminina: “...A escola profissional, depois de Azevedo Sodré, [1915-1916] dá produtos, procurados nas industrias femininas e no comercio da indumentária.” (1936, p.111).

No período da administração de Carneiro Leão (1922-1926), vigorava o decreto 1.066, de 1916, que ao longo dos anos sofreu diversas emendas e acréscimos, vindo a acarretar uma disparidade na organização de cada escola e fazendo com que cada uma funcionasse a seu modo, de acordo com suas necessidades e interesses

³⁹ Idem.

imediatos. Isso acarretava, por exemplo, a falta de correlação nas escolas entre os cursos de ciências, artes e letras então existentes e as oficinas, problema tendendo a desaparecer diante da elaboração de novos programas e devido à atuação de professores e diretores das escolas femininas, que vinha na prática abolindo essa separação. Porém, a necessidade da reforma era reconhecida.

Num Relatório de 5 de março de 1919, sobre a educação profissional no Rio de Janeiro - DF, citado por Freitas, a Comissão (re)organizadora da Reforma do Ensino Profissional designada pelo Director Geral de Instrução, entende que quanto ao ensino feminino:

Com relação ao ensino feminino pouco achou a comissão que fazer, além de frisar um ponto que já estava assignado no actual regulamento, aquillo que a Comissão, adoptando uma locução já lançada em 1916, chamou-a "propedêutica domestica", em contraposição à "propedêutica tecchinica."

Não é preciso muito esforço para justificar essa doutrina. Se é útil amparar a mulher com um instrumento que lhe permitta prover á sua subsistência, nem por isso ella tem menos necessidade de ser o que toda mulher precisa ser, preliminarmente, isto é, a mulher do lar, a dona da casa, a mãe de família. (p.9).

O ofício enviado à Diretoria da Escola Paulo de Frontin e as demais Escolas pela Directoria Geral de Instrucção Pública, datado de 1925 e assinado pelo diretor, comunicando a nomeação de uma Comissão para rever os programas dos cursos profissionais, tendo em vista as "**exigências da pedagogia moderna**", ou seja, as concepções pedagógicas da Escola Nova, o qual transcrevo abaixo, é sinalizador dessa concepção:

Directoria Geral de Instrucção Pública
Districto Federal, 23 de janeiro de 1925.

Sra. Directora da Escola Paulo de Frontin

Esta Directoria desejando estabelecer uma relação mais íntima entre o ensino das diferentes matérias e os trabalhos das oficinas resolveu promover a revisão dos programmas do curso de adaptação, de modo que a cultura ahí ministrada obedeça á verdadeira finalidade de uma escola profissional.

Para isso faz-se também necessario uma revisão no programma de trabalhos das proprias oficinas. Nomeada uma comissão para proceder taes estudos, que esta Directoria receber dos Srs. Directores de Escolas Profissionais as suggestões que o conhecimento, a longa experiência e o interesse pela instrucção profissional lhes merece de modo a ser possível a elaboração de um trabalho que, dentro das exigências da pedagogia moderna e das possibilidades technicas do nosso meio, corresponde mais realmente as nossas necessidades actuaes.

Assim, Sra Directora, deveis remetter até 15 de Fevereiro proximo futuro todas as suggestões e modificações que julgueis proveitosos ao bom andamento do ensino profissional na Capital do Brasil.

Saudações

O Director Geral

A. Carneiro Leão⁴⁰

Em sua opinião, a escola profissional deveria estimular o gosto pelo trabalho manual na aula, provocando, direcionando para as profissões que surgiam na aprendizagem de um ofício. Relacionar-se com oficinas, fábricas e granjas através de visitas promovidas pelos professores, enfatizando a diferença da divisão do trabalho para meninos e meninas.

⁴⁰ Fonte acervo do Colégio Estadual Paulo de Frontin. O texto é datilografado e contém a assinatura original do autor, sendo atestado o recebimento pelo carimbo da Escola, datado de 7 de fevereiro do mesmo ano.

O fato é que a idéia da escola do trabalho não foi enfatizada por Carneiro Leão em sua proposta educativa e sim por Fernando de Azevedo, porém ambos concordavam que a escola profissional era importante para a formação das meninas, principalmente das “desamparadas” do Distrito Federal; assim era vista pelo Estado-educador como uma forma de regeneração do povo, e conseqüentemente, da cidade; a imagem das escolas se constituía em mais um elemento divulgador dessa regeneração.

CONCLUSÃO

A tese discute, privilegiando a fotografia como fonte documental iconográfica, o ensino profissional feminino, tendo como referência o Instituto Profissional Feminino e as escolas profissionais, surgidos nas primeiras décadas da Primeira República. A fotografia é entendida como um código não-verbal, porém que pode ser lido.

Privilegiou as imagens produzidas pelo fotógrafo Augusto Malta, contratado na gestão do prefeito Pereira Passos, para registrar as transformações sofridas pela cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, permanecendo no cargo durante toda a Primeira República. Assim, entendemos que o ato de registrar as imagens das escolas foi intencional, considerando estar, como funcionário público, a serviço de seu contratante, o governo do Distrito Federal. Neste sentido, as imagens tem um sentido ideológico, pois se incluem no projeto de modernidade da cidade, formulado pelas elites gestoras do Estado. O projeto de modernidade envolvia uma proposta de escola para o sexo feminino.

No pertinente à escolarização, a Instrução pública, na República, mantém a educação diferenciada para um e outro sexo. No “plano de estudos” do Instituto e das Escolas Profissionais para o sexo Feminino é dada ênfase às habilidades femininas, como podemos verificar pela quantidade de registros realizados das atividades de trabalhos manuais. Mas é fato que essas imagens registradas serviam como propaganda por parte da elite educadora do Distrito Federal de suas ações no que se referia à instrução feminina, tanto que muitas foram publicadas em periódicos da época e também se constituíram como cartão-postal. Assim, cumpre uma função educativa da população, sendo representativa do **que** e do **como** deve ser o feminino na sociedade, correspondendo aos anseios políticos e ideológicos dos responsáveis pela educação pública, de uma escola para o sexo feminino que estava dando certo, podendo ser para todos, mesmo com poucos exemplares.

Se por um lado, o currículo escolar revelado pelas imagens nos demonstra as atividades didático-pedagógicas voltadas para o lar, para a atividade doméstica ; por outro lado, demonstra também a aquisição de outros conhecimentos, mesmo que considerados próprios da mulher como, por exemplo, o de datilografia. Se as escolas propiciava uma formação para o casamento, para a ratificação de uma imagem da mulher como a “rainha do lar”, por outro contribuía para a formação de mão-de-obra feminina para o emprego no comércio, na indústria e mesmo como empregada doméstica “especializada”. Assim, contribuíram para a saída da mulher para a rua com outra profissão que não seja apenas a do magistério primário, porém de forma muito tímida, se levarmos em consideração os dados quantitativos.

De fato, das dez escolas propostas no decreto de 1911, em âmbito oficial, só surgiram até o final da década de 1920: a Escola Profissional Bento Ribeiro, a Rivadávia Correa e a Paulo de Frontin, esta última originária do Externato do Instituto Profissional Feminino. Assim, esse pequeno número de escolas profissionais era apenas representativo de uma instrução dada às meninas das classes populares e médias da sociedade carioca como se traduzindo de forma universal na ação do Estado educador.

Pudemos perceber que a escola que mais foi alvo das lentes do fotógrafo foi a Rivadavia Correa, talvez devido a sua localização estratégica junto a outras instâncias de Poder, no centro da capital, na Praça da República, com acesso mais fácil para visitas nacionais e estrangeiras; seguida da Orsina da Fonseca, localizada na zona norte da cidade, no bairro da Tijuca. Elas se localizavam em prédios pomposos, com arquitetura privilegiada. Os prédios escolares faziam parte de uma cidade reformada.

Em algumas imagens dos prédios, em tomada diagonal, Malta captou não apenas uma visão geral da fachada mas também, o entorno urbano, valorizando as ações do governo em relação ao ensino público e a urbanização (pavimentação, calçamento, linha de bonde, luz elétrica).

Assim, o fotógrafo destacou o prédio e seu entorno, as suas partes com o que de moderno ele oferecia; mas também os ofícios destinados à natureza das meninas; uma escola pública feminina como parte de uma nova cidade, porém mantendo as representações em torno do *ser* feminino.

Os personagens que circulavam constantemente ou eventualmente naquele espaço escolar também não foram esquecidos. As figuras das alunas, professoras, diretoras; as alunas em seu trabalho nas oficinas de chapéus, flores, bordados, culinária, lavanderia, engomar, passar, costurar de acordo com os planos de estudos de cada escola; na aprendizagem nas máquinas de datilografia e no traço do desenho; as visitas de autoridades nacionais e estrangeiras, entre essas personalidades prefeitos, presidentes, ministros e educadores foram alvos das lentes do fotógrafo. Revelam também a presença de autoridades religiosas nas solenidades das escolas.

Por fim, a tese passou a ser o início de uma pesquisa mais ampla sobre a educação feminina no Rio de Janeiro que pretendo prosseguir após o término do curso de doutorado.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplan-Rio, 1987.

ACERVO: revista do Arquivo Nacional. **Fotografia**. Vol. 6, n.1-2 (jan./dez.1993). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ALMEIDA, Stela Borges de. **Negativos em vidro**: coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930. Salvador: EDUFBA, 2002.

AMARAL, Alexandrino Freire da; **SILVA**, Ernesto dos Santos (orgs.). **Consolidação das leis e posturas municipais**. Legislação Distrital. Rio de Janeiro, v.II, 1906.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARQUIVO Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **Augusto Malta**: catálogo da série negativo em vidro. Aristógiton Malta. Coord. Elizabeth Cristina Marques de Loureiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação e Cultura, Divisão de Editoração, 1994. (Biblioteca carioca; v.29. Série Instrumentos de Pesquisa).

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro** – sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. 3ª ed. Vol. II, 1877/1969.

BARROS, Armando Martins de. **Da pedagogia da imagem às práticas do olhar**: uma busca de caminhos analíticos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. (Tese de Doutorado em Educação, 2v.).

_____. O tempo da fotografia no espaço da história; poesia, monumento ou documento? In. NUNES, Clarice (org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1).

BOIS, Guy. Marxismo e história nova. In.: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 242-257.

BOLETIM MENSAL do Colégio Estadual Bento Ribeiro. *60 anos a Bem da Educação*, Rio de Janeiro, n. 2, maio de 1973.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A trajetória escolar da mulher através da imagem fotográfica**: vasculhando arquivos escolares. Rio de Janeiro, agosto de 1998. (Projeto de tese de doutorado em educação, área temática: história, filosofia e educação, apresentado à Universidade Estadual de Campinas como pré-requisito na seleção de candidatos ao referido curso).

_____. A Escola Normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In. Campos, Maria Christina Siqueira de Souza, Silva, Vera Lucia Gaspar da (orgs.). **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista; EDUSF, 2002. pp.163-191. (Coleção Estudos CDAPH. Série Memória).

_____. **Educação [sexual] e sexualidade**: o velado e o aparente. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996. 142p. (Dissertação de Mestrado)

_____. Memória da educação: preservação de arquivos escolares. In. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Editora Dimensão, v.6, n.35, set./out. 2000. p.43-47.

BRAGA, Theodoro (org.). **Subsídios para a memória histórica do Instituto João Alfredo**. Desde a sua fundação até o presente 1875 - 14 de março 1925. Organizado segundo documentos oficiais para comemorar o 50º aniversário de sua fundação. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico "Santa Cruz", 1925.

BURKE, Peter. (Org.). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.7-37. (Biblioteca básica).

CÂMARA, Sônia de Oliveira. Reinventando a escola: considerações acerca do ensino profissional feminino nas reformas de Carneiro Leão e Fernando de Azevedo para o Distrito Federal durante os anos 20. In. **CD Rom do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Revisitando a escola: considerações para uma leitura da Reforma Fernando de Azevedo. In. **Anais do Seminário "Pedagogia da imagem, imagem da Pedagogia."** Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996. p. 225-234.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999. (Encyclopaideia).

CAMPOS, Fernando Ferreira. **Um fotógrafo, uma cidade**: Augusto Malta, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Maison Graphique, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e história. In. *Resgate*: revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória Unicamp. Campinas, SP: Papirus, 1990.

CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O ensino na Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1926. (Biblioteca Carioca, v. 6)

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed., 6ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2002.

_____. **O mundo do trabalho em imagens. A fotografia como fonte histórica**: conceitos fundamentais para a interpretação da imagem fotográfica. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1998. (Relatório de Pesquisa, v.1).

_____. **A escola do trabalho**: história e imagens. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1993. (Tese de livre docência)

COSTA, Affonso. **O ensino e a minha attitude na Camara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

COSTA, Nelson. **Rio de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958. (Coleção Estácio de Sá I)

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira** de Educação, maio/jun./jul/ago, 2000, n.14, número especial.p.89-107.

DE PAULA, Jeziel. **1932**: imagens construindo a história. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/Editora da Unimep, 1998. (Coleção Tempo & Memória; v.7).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Resgastando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em história da educação. In. **Cadernos Ceru**. São Paulo: USP, n. 8, 1997. (Série 2).

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Coordenação Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Belloto; colaboração Aparecida Sales Linares Botani et al. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DICIONÁRIO Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado / organizado por Schuma Schumacher, Érico Vital Brazil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DUBOIS, P. O ato fotográfico. São Paulo: Papirus, 1994.

DOCUMENTOS parlamentares. Instrução pública. V. 9 Rio de Janeiro. Curso Polytechnico – curso médico-escolas agrícolas e comerciais e outras de natureza technica (1891-1919). **Typ. Do Jornal do Commercio.** Senado Federal, Sessão de 17/12/1906.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos “Analles” à “Nova História”. Tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. 3ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 14ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FERREIRA DA ROSA. Rio de Janeiro. Edição Oficial da Prefeitura, 1905 [?]. Terceira parte. Instrução Pública – polícia – justiça local – serviços de assistência – abastecimento d’água estatística sanitária – commercio – industria.

FLEIUS, Max. Fundação da Cidade do Rio de Janeiro – Districto Federal: resumo didactico. São Paulo: Companhia Melhoramentos; IHGB, 1928.

FREITAS, Zoraide Rocha de. História do ensino profissional no Brasil. São Paulo, 1954.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. O Governo Presidencial do Brasil: 1889-1930; Guia Administrativo da Primeira República. Poder Executivo. Brasília, Senado Federal, Pró-Memória; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. (Série Referências, 1)

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997. (Série educação).

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série princípios)

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In. Ferreti, Celso J., Silva Jr., João dos Reis, Oliveira, Maria Rita N. S. (orgs.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p.121-139.

LE GOFF, Jacques et al. **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (O Homem e História)

_____. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção repertórios).

LE GOFF, Jacques, **NORA**, Pierre. **História**: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Edusp. 1993.

LOMBARDI, José Claudinei. Historiografia educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da história. In.: **LOMBARDI**, José Claudinei (org.). **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Caçador, SC: UnC, 1999.

_____. **Marxismo e história da educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Campinas - SP: Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado, 2v.)

LOPES, Ana Elisabete Rodrigues de Carvalho. **'Foto-grafando**: sobre arte-educação e educação especial'. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1996. 153p. (Dissertação de Mestrado).

LOPES, Eliana Marta Teixeira Lopes. Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, nº 6, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 2a. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Em co-edição com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

LÜDKE, Menga, **ANDRÉ**, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo:EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MENNUCCI, Sud. 100 anos de instrução pública: 1822-1922. Coleção Assumptos Sociaes. V. CCIII, São Paulo: Editores Salles Oliveira. Rocha & Cia, Typ. Siqueira, 1932.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional. V. 6, n.1-2, (jan./dez.1993). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p.121-144.

MOACYR, Primitivo. **A instrução no Império.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. II, 1937.

MONTEIRO, Beatriz Moreira. Da prisão cor-de-rosa aos arquivos: fontes documentais sobre a mulher no Arquivo Nacional. In. **Acervo.** Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.9, n. 1-2, p.203-224, jan./dez.1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU - Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. In. **Teoria & Educação.** Porto Alegre, nº 6, 1992.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Ribeiro de. **Do reflexo à mediação:** um estudo da expressão fotográfica e da obra de Augusto Malta. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 1994. (Dissertação de Mestrado em Multimeios do Instituto de Artes da Unicamp).

PEIXOTO, Afranio. **A educação da mulher.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. II, 1936.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. Departamento Geral de Administração. Divisão de Documentação. **Cadastro de escolas municipais.** Rio de Janeiro: SME/DGA/DD, s.d. (Dat.).

PREFEITURA do Distrito Federal. **Lei do Ensino Primário, Normal e Profissional.** Decreto n. 981 de 2 de set. de 1914. Modifica, de acordo com a autorização contida no Decreto legislativo n. 1619 de 15 de julho de 1914, o decreto n. 8838 de 20 de out. de 1911 (Ensino público Municipal) Rio de Janeiro. Typ. do Instituto Profissional João Alfredo, 1914.

ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. In **A era da demolições/habitações populares.** Rocha, Oswaldo Porto e Carvalho, Lia de Aquino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995. p.25-108. (Coleção Biblioteca Carioca)

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1978. (Brasília: Série grande formato; v.20).

RODRIGUES, Rosane Nunes. Educação doméstica e a produção de imagens femininas (DF-1920-1930). In. **Caderno de resumos do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação. 6 a 9 de nov. 2000. pp. 345-346.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In. **BURKE**, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S Corpo, 1991.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. (Centro de Memória, Comunicação Técnica, 1).

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. **CARDOSO**, Ciro Flamarion, **VAINFAS**, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.275-296.

SÓLIS, Sidney Sérgio Fernandes. Documentos, fontes e arquivos. In. **Memória e educação**. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p.53-63. (Caderno de ensaios; 1)

VAZ, Lílían Fessler. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

VIEIRA, João José Rodrigues (prof.). **Memorial sobre a Eschola Profissional apresentado ao Conselho Municipal**. Rio de Janeiro: Typ. Moraes, 1903.